

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LUANA DOS ANJOS PEREIRA

A IMPRENSA COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA:
análise do discurso dos jornais durante o Golpe de 1964 através d'O Globo e da Última Hora

São Luís
2024

LUANA DOS ANJOS PEREIRA

A IMPRENSA COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA:
análise do discurso dos jornais durante o Golpe de 1964 através d'O Globo e da Última Hora

Dissertação apresentada como requisito preliminar para obtenção do título de mestre do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Maranhão.

Orientador: Prof. Dr. Yuri Costa

Linha de Pesquisa: Historiografias, linguagens e ensino

São Luís
2024

Pereira, Luana dos Anjos.

A imprensa como fonte para o ensino de história: análise do discurso dos jornais durante o Golpe de 1964 através d'O Globo e da Última Hora / Luana dos Anjos Pereira. – São Luís, 2024.

113 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Yuri Costa.

1. Golpe de 1964. 2. Ensino de História. 3. O Globo. 4. Última Hora. 5. Imprensa. I.Título.

CDU [93/94:371.3]:070(043)

Elaborada por Rosiene Santos - CRB 13/837

LUANA DOS ANJOS PEREIRA

A IMPRENSA COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: análise do discurso dos jornais durante o Golpe de 1964 através d'O Globo e da Última Hora

Dissertação apresentada como requisito preliminar para obtenção do título de mestre do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Maranhão.

Banca Avaliadora: 24 / 04 / 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Yuri Costa (orientador)
(PPGHIST/UEMA)

Prof.^a Dr.^a Lidianne Friderichs (1º Examinadora)
(UEMA)

Prof. Dr. Victor Coelho (2º Examinador)
(UFMA)

"Em memória de todos que foram vítimas do golpe de 1964, e de todos que choraram a morte de um ente querido, saibam que a história jamais os esquecerá."

AGRADECIMENTOS

Para a elaboração deste trabalho, contei com o apoio e a colaboração de pessoas muito especiais. Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para a realização dessa pesquisa. Em especial, quero agradecer:

A Deus por ter me concedido sabedoria e por ter me sustentado enquanto escrevia este trabalho.

À UEMA por fornecer recursos e apoio financeiro para concluir esta pesquisa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Yuri Costa, por sua orientação e ensinamentos ao longo de todo o processo de criação deste trabalho.

À minha mãe, Dailza Anjos, por todas as palavras de conforto, orações e seu amor incondicional.

À Bruna Heller, por me auxiliar na construção do produto educacional, na revisão da dissertação e pelas palavras de conforto.

Aos meus amigos Denilson Costa e Itamiris Cantanhede, pela troca de conhecimentos durante toda esta jornada.

Ao professor Marcelo Cherche pelos ensinamentos durante a disciplina de estágio docência.

À banca de qualificação formada pela Prof.^a Dr.^a Lidiane Friderichs e pelo Prof. Dr. Victor Coelho, pelas observações feitas no trabalho com o objetivo de colaborar para o melhor desenvolvimento da pesquisa.

A todas as minhas amigas, amigos e familiares que me ofereceram suporte durante o longo processo de escrita da dissertação. O apoio de vocês foi fundamental e muito apreciado.

Obrigada a todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

“We’ll be alright”

Harry Styles

RESUMO

O golpe civil-militar de 1964 ainda é alvo de disputas de narrativas, por ser um acontecimento recente na história contemporânea do Brasil bem como por ser objeto de estudos revisionistas. Refletir sobre os fatos históricos que ocorreram naquele contexto nos faz olhar para o presente e pensar nas rupturas e continuidades que ocorreram após o golpe de 1964. Sendo assim, é relevante chamar atenção para o projeto ideológico que estava sendo construído no Brasil a partir desse fato, que rompeu naquele momento com a República democrática que vinha sendo construída. O golpe efetuado contra João Goulart foi articulado com o apoio de importantes setores da sociedade civil, empresários, grupos políticos e a imprensa. Sabe-se que outros setores da sociedade estiveram envolvidos na construção do golpe e tal fato foi crucial para a articulação civil-militar ganhar ainda mais força em 1964. Neste trabalho, o objetivo principal é construir um produto educacional que contribua com o ensino de História na análise do golpe civil-militar de 1964, investigando o contexto a partir dos jornais O Globo e Última Hora, destacando os seus posicionamentos e apresentando uma proposta de uso dos jornais como fonte para o ensino destacando a participação da sociedade civil naquela conjuntura. A metodologia que foi utilizada nessa pesquisa consiste em uso de referencial teórico e historiográfico referente ao golpe de 1964 para compreender os processos políticos e sociais que ocorreram durante 1961 a 1964, com ênfase em obras que analisam a atuação da sociedade civil. Além disso, foi feita a análise de discurso a partir de Roger Chartier (1990). Como resultado desse trabalho, foi produzido o produto educacional o livro paradidático, com o título: História e Imprensa: o golpe civil-militar de 1964 através dos jornais, para alunos do terceiro ano do ensino médio. Dessa maneira, pretende-se colaborar com valorização do ensino de História e o uso das fontes jornalísticas.

Palavras-chave: Golpe de 1964; Ensino de História; O Globo; Última Hora; Imprensa; Representações; Jornais.

ABSTRACT

The civilian military strike of 1964 still is a target of narratives contests by being a recent event in Brazil's contemporary history and a target for revisionist studies. To reflect about the historical facts that happened during this context we have to look to the present and think about the breaks and continuities that occurred after the 1964's strike. That being, it is important to recall attention to the ideological project that was being built in Brazil from this fact, that broke in that moment with the democratic republic that was being built. The strike against João Goulart was articulated with the support of important civil sections such as businessmen, political groups and press. It is known that other sections of society were involved in the construction of the strike and that was crucial for the military to gain more strength in 1964. In this work our main goal it's to built an educational product that contributes with the teaching of History in the analyses of civil military strike of 1964 investigating the context from the newspapers O Globo and Última Hora, highlighting their stance and to present a proposal to use these newspapers as a source for the teaching highlighting the participation of civil society in these conjectures. The methodology that will be used in this research consists in the use of theoretical and historical reference of the 1964's strike to understand the political and social process that occurred during 1961 and 1964 with emphasis in the works that analyzes the action of civil society. Furthermore a discussion analysis will be done based on Roger Chartier (1990). As a result of this work an educational product will be done, a paradidactic book with the title: História e Imprensa: o golpe civil militar de 1964 através dos jornais, for students of the final year of high school. In this way, we want to contribute with the valuation of History teaching and the use of journalistic sources.

Keywords: 1964 Strike; Teaching of history; O Globo; Última hora; Press; Representations; Newspapers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do livro: História ensino médio: o mundo por um fio: guerras, revoluções, globalização.....	80
Figura 2 – O golpe de 1964 – Editora Saraiva	82
Figura 3 - Capa do livro: Conexões com a História	84
Figura 4 - Antecedentes do golpe de 1964 - Editora Moderna	85
Figura 5 - O governo de Jango, a crise política e o golpe de 1964.....	86
Figura 6 - Capa do Produto Educacional	92
Figura 7 – Sumário do produto educacional	95
Figura 8 – Capítulo 1 do produto educacional	96
Figura 9 – Capítulo 2 do produto educacional	97
Figura 10 – Capítulo 3 do produto educacional	98
Figura 11 - Descrição das seções do produto educacional.....	99
Figura 12 – Ícones e um recurso ao longo do texto	100
Figura 13 – Glossário, como recurso no produto educacional	101
Figura 14 – Conexões histórias, como recurso no produto educacional.....	102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 HISTORIOGRAFIA E ENSINO DE HISTÓRIA: NOVAS PERSPECTIVAS E OS DESAFIOS PARA TRABALHAR O GOLPE DE 1964 EM SALA DE AULA.....	18
1.1 AS DISPUTAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O GOLPE DE 1964	19
1.2 GOLPE CIVIL-MILITAR OU MILITAR: AS CONTRIBUIÇÕES DAS ANÁLISES RECENTES E OS PERIGOS DO NEGACIONISMO	30
1.3 “UM PASSADO RECENTE”: O GOLPE DE 1964 NO ENSINO DE HISTÓRIA	35
2 “EU NÃO PERMITIREI A DESORDEM EM NOME DA ORDEM”: A ÚLTIMA HORA E O GLOBO COMO FONTES PARA O ENSINO SOBRE O GOLPE DE 1964.	40
2.1 OS JORNAIS COMO FONTE HISTÓRICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	40
2.1.1 O papel da imprensa no golpe civil-militar	45
2.2 O GLOBO	50
2.3 ÚLTIMA HORA	52
2.4 A ELEIÇÃO E RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS	55
2.5 A POSSE DE JOÃO GOULART, O PARLAMENTARISMO E O RETORNO AO PRESIDENCIALISMO.....	60
2.6 O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964	67
3 PRODUTO EDUCACIONAL: HISTÓRIA E IMPRENSA: O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 ATRAVÉS DOS JORNAIS.....	75
3.1 AS REPRESENTAÇÕES DO GOLPE DE 1964 NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E NAS OBRAS ESCOLHIDAS	75
3.2 CONSTRUINDO LINGUAGENS: A DESCRIÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	88
3.2.1 A trajetória do produto educacional.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO

O ano de 1964 no Brasil ficou marcado politicamente pelo golpe de Estado, que foi instaurado durante a madrugada do dia 31 de março. Esse acontecimento histórico marcou diretamente as esferas relacionadas à economia, cultura, política e sociedade. O período ditatorial brasileiro é muito debatido e estudado na historiografia, uma vez que se trata de um tema em que muitos historiadores, cientistas políticos e estudiosos se debruçaram para investigar a construção do golpe militar de 1964 assim como suas reverberações.

Refletir sobre os fatos históricos que ocorreram naquele contexto faz olhar para o presente e pensar as rupturas bem como continuidades que sucederam após o golpe de 1964. Sendo assim, é relevante chamar atenção para o projeto ideológico que estava sendo construído no Brasil a partir desse fato, que rompeu naquele momento com a República democrática que vinha sendo construída.

Segundo Aparecida de Aquino (2004), os militares são “golpistas de primeira hora”. Essa expressão está ligada ao fato de que em todas as interrupções democráticas, os militares compactuaram, como foi o caso da derrubada de Getúlio Vargas em 1945, a posse conturbada de Juscelino Kubitschek em 1955, a tentativa de impedir a posse de Goulart em 1961 e, por fim, 1964 quando o golpe foi efetivado. Nesse sentido, a autora, “por detrás desta memória relativamente positiva de um regime politicamente brutal e socialmente injusto há o desgaste natural das ‘mãos sujas’ neste processo e paira até hoje, entre eles, uma certa perplexidade relativamente a qual deveria ser o papel das Forças Armadas numa democracia contemporânea” (Aquino, 2004, p. 90).

Ligado a isso, tinha-se no Brasil o discurso de uma suposta ameaça revolucionária que se espalhava pelo mundo no cenário da Guerra Fria¹. Nesse contexto, quem estava na presidência do Brasil era João Goulart (1961-1964), popularmente conhecido por Jango, que possuía uma relação muito próxima com o sindicalismo brasileiro. Dessa maneira, Jango era alvo dos grupos conservadores brasileiros, assim como dos Estados Unidos, país que não concordava com o plano de governo de Goulart. O posicionamento de Jango em relação à

¹ A Guerra Fria teve início após a Segunda Grande Guerra, por volta de 1947 e durou até 1991, o conflito foi marcado por um período de tensão geopolítica entre os Estados Unidos e a União Soviética.

esquerda e à proposta de reformas de base² fazia com que o presidente fosse alvo desses grupos conservadores e alguns deles foram financiados pelos Estados Unidos³.

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2021), a manipulação do “perigo vermelho” pode ser considerada como uma mistura de oportunismo e manipulação, tendo em vista que o discurso do anticomunismo era utilizado para reprimir as minorias e movimentos pró reformas.

As alianças políticas formadas desde a década de 1950 reuniram-se de acordo com seus interesses políticos, como foi o caso da Frente Parlamentar Nacional (FPN), que defendia as reformas sociais, e a Ação Democrática Parlamentar (ADP), que era contra o reformismo e se aliou com partidos de direita (Delgado, 2003). Faz-se necessário abrir um parêntese para as eleições de 1962, que foram igualmente importantes no processo de articulação de interesses dos partidos políticos e da sociedade civil. Os últimos suspiros democráticos foram percebidos quando os partidos se organizaram de acordo com suas ideologias. Segundo a historiadora Lucilia Delgado (2003), os partidos políticos formaram blocos coesos para a defesa de seus projetos e contraposição a outros. As reformas de base aqui mencionadas foram propostas por João Goulart e apoiadas pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) durante as eleições de 1962.

Além disso, uma parcela do empresariado brasileiro, da grande imprensa e a classe média também apoiou o golpe, pois acreditava que o país estava à beira do comunismo. Portanto, a relação da imprensa e o golpe de 1964 é relevante para o estudo do período, uma vez que os discursos e debates desse passado recente são importantes para compreender a conspiração contra o governo de João Goulart.

“A memória, um tanto errática e fragmentada, sobre o golpe e o regime militar foi o resultado lógico e simbólico desta divisão, não apenas entre esquerda e direita, mas dentro de ambas as correntes ideológicas básicas” (Napolitano, 2014, p. 284). Posto isso, no ano de 2014⁴ algumas tendências historiográficas foram colocadas em evidência, que buscam um debate mais amplo de novos temas, fontes e versões acerca desse período conturbado. De acordo com o historiador Marcos Napolitano (2016), em artigo intitulado “Roteiro de leituras para o estudo

² As Reformas de Base foram um programa estipulado pelo governo de João Goulart que assegurava a realização da reforma agrária, eleitoral, educacional e etc.

³ O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) era responsável por produzir conteúdo anticomunistas na Tv, jornais e rádios com o objetivo de fazer oposição ao presidente Jango e era financiando principalmente por empresas norte-americanas. “O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) (1961-1972) foi uma entidade formada por empresários nacionais e internacionais, tecno empresários e militares de alta patente, em especial vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG), que, com o apoio financeiro do governo norte-americano, buscou constituir uma coesão interna e fortalecer o poder de um grupo hegemônico” (Bortone, 2016, p. 76-77).

⁴ 50 anos do Golpe de 1964.

do Golpe Civil-Militar⁵ de 1964”, surgem novos caminhos historiográficos, à medida que novas documentações são descobertas e exploradas.

Portanto, é possível observar que os estudos sobre o Golpe de 1964 vêm se expandindo desde então, trazendo novas perspectivas bem como documentos para se pensar esse período. Isso foi possibilitado com a renovação desses estudos no âmbito da *Nova História*, que ganhou destaque após a renovação historiográfica advinda da Terceira Geração dos *Annales*⁶. Assim, a partir dessa renovação houve uma expansão dos estudos históricos por meio de novas fontes e abordagens. À vista disso, os revisionismos dos estudos sobre a ditadura civil-militar foram produzidos à luz da *Nova História*.

Pretende-se com essa pesquisa colaborar com o ensino de história sobre o período do golpe civil-militar e da ditadura civil-militar, apresentando um método que não enquadre o período como um fato com duas visões ou que trate os eventos como positivos e negativos. O propósito é colaborar com a desmitificação dessa visão reducionista que ainda se encontra em alguns livros e no imaginário de uma parcela da sociedade.

A pesquisadora Circe Bittencourt (2018) afirma que, após a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), houve uma diminuição da interferência dos professores na construção dos currículos uma vez que os interlocutores internacionais são prioridades, ocorrendo assim, a exclusão das universidades. Nesse cenário, a política de currículos ficou submetida a avaliações externas e com essa padronização do ensino percebe-se cada vez menos a autonomia dos professores em relação à organização das aulas, adaptações e gestão do tempo.

Apesar dos livros didáticos nos últimos anos apresentarem progressos em relação ao tema, muitos ainda continuam apresentando uma visão baseada apenas na cronologia dos militares, da repressão e da resistência em desassociação com um contexto mais amplo que foi a participação dos setores da sociedade civil⁷. Assim, é importante que seja utilizado em sala de aula cada vez mais o uso de diferentes fontes e abordagens que contemplem as diferentes experiências em que o período seja narrado. Estimular essas ferramentas didáticas é essencial para que a comunidade escolar compreenda o ofício do historiador.

⁵ NAPOLITANO, M. Roteiro de leituras para o estudo do Golpe Civil-Militar de 1964. In: Guia bibliográfico da FFLCH. [s.l.]: [s.n], 2016.

⁶ A Terceira fase dos *Annales* possuía a frente da revista o historiador Jacques Le Goff (1924-2014). Nesse período o uso de fontes seriais foi incorporado para uma nova proposta de análise histórica. Além disso, a terceira geração será influenciada pela *Nova História*.

⁷ Para o filósofo italiano Antonio Gramsci “a Sociedade Civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc.” (Coutinho, 1989, p. 76).

Ademais, a imprensa é um importante meio de difusão de ideias. Para além disso, tem seu papel de estruturar ideologias e objetivos de acordo com as necessidades daqueles que o comandam. Dessa maneira, a imprensa traz em seus conteúdos o pensamento de determinada classe⁸. Assim, nesse trabalho pretende-se analisar de que forma os jornais impressos pensaram o golpe de 1964. De acordo com Maria Helena Capelato, a imprensa nos auxilia a pensar a sociedade de uma determinada época:

A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos. O Jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas (Capelato, 1988, p. 21).

A imprensa foi um importante fator na construção do golpe de Estado. Jornais de grande circulação, como O Globo e entre outros, deixaram visível em suas matérias o apoio à deposição do governo de João Goulart. Além disso, muitos dos jornais que apoiaram o golpe sofreram as consequências da censura no período da ditadura. Entretanto, ressalta-se que não foram todos os periódicos brasileiros que apoiaram o golpe, e justamente por isso muitos programas de televisões, de rádios e jornais lidaram com intervenções.

Assim, essa pesquisa utiliza os jornais *Última Hora* e o Globo como fonte de informação e fonte histórica com o objetivo de investigar as representações do golpe de Estado a partir desses jornais durante os anos de 1961 a 1964. Desse modo, tem-se o jornal carioca *Última Hora*, inaugurado em 12 de junho de 1951, que nasceu a partir de uma necessidade de Getúlio Vargas de se aproximar com as classes populares e defender seus posicionamentos políticos⁹. O jornal de Samuel Wainer tinha como proposta inicial ser um periódico que abordasse questões políticas, cotidianas, cultura e esportes. Tinha um perfil político e, apesar de ser acessível para as classes populares, também recebeu apoio de uma parcela da elite carioca. A estrutura do jornal era marcada por cores azuis, o que era novidade na época. Além disso, inovou também no número de páginas, já que a maioria utilizava um caderno com doze páginas, enquanto o

⁸Para Gramsci, as classes sociais são construídas através das dinâmicas sociais que envolvem questões políticas, culturais, econômicas e ideológicas, ou seja, classe para o filósofo italiano está intrinsicamente ligada à noção de hegemonia e à luta pelo controle das instituições (Coutinho, 1989).

⁹ O Jornal *Última Hora*, foi fundado por Samuel Wainer um jornalista que fazia parte dos Diários Associados. A ideia surgiu após Wainer ser um dos poucos jornalistas que acompanhava as ações do governo de Vargas. Assim, Getúlio sugeriu a Wainer que criasse um jornal para cobrir as propostas do governo e defender os seus pontos de vista.

Última Hora possuía dois cadernos com oito páginas. Ao longo da década de 1952, o jornal expandiu-se para outros Estados, sendo São Paulo um deles.

Igualmente, se faz importante a análise do jornal *O Globo*, que foi fundado em 29 de julho de 1925 por Irineu Marinho, e que após apenas 21 dias da fundação faleceu e quem herdou o jornal foi seu filho Roberto Marinho. No entanto, o mesmo não ficou muitos dias na direção do impresso, pois Roberto preferiu deixar o comando do jornal nas mãos de um jornalista chamado Eurycles de Matos, amigo de confiança de seu pai. Após a morte de Eurycles, três dias depois, Roberto Marinho, filho mais velho de Irineu Marinho, passou a dirigir o jornal, sendo mais tarde auxiliado por seus irmãos Rogério e Ricardo Marinho.

O referencial teórico dessa pesquisa é o conceito de representações, campo teórico que estuda as representações do real, o discurso e a imagem como sendo mais do que meros reflexos da realidade, e esse conceito é compreendido por Roger Chartier (1990). Dito isto, é propósito desse estudo colaborar com os trabalhos já realizados sobre o período do golpe no âmbito do ensino de História. Sendo a imprensa um meio que expressa a opinião pública, objetiva-se explorar de que forma foi abordado a posição política dos impressos diante o golpe de 1964, que foi um dos processos mais complexos da história brasileira.

Portanto, essa pesquisa visa estudar o golpe civil-militar no ensino de História a partir de fontes jornalísticas, com foco na participação da sociedade civil no processo de ruptura e no contexto que o seguiu. A hipótese sustenta que a análise das representações e a natureza do conteúdo dos jornais permitem identificar o papel desempenhado pela mídia na construção e difusão do discurso anticomunista, assim como a mobilização da sociedade civil durante esse período histórico. A investigação das fontes jornalísticas proporciona uma compreensão histórica mais aprofundada sobre o golpe de 1964.

Sendo assim, a segunda hipótese é que a incorporação dos jornais como fonte no ensino de História contribui para uma leitura crítica sobre o papel da imprensa e da sociedade civil na articulação do golpe. A pesquisa visa investigar como essa incorporação influencia a compreensão dos estudantes sobre o contexto histórico e o papel desempenhado pelos jornais. Busca-se compreender, ainda, de que forma os periódicos podem ser utilizados para entender o envolvimento da sociedade civil no golpe de 1964. No entanto, as conclusões dessas hipóteses serão elaboradas ao longo da pesquisa.

Esse trabalho está organizado em três capítulos teóricos e um produto educacional. O primeiro capítulo tem como objetivo compreender a historiografia feita sobre o período, discutindo as principais obras que abordaram o tema do golpe e da ditadura, debatendo as suas diferenças e aproximações conceituais e teóricas. Em seguida, é abordado sobre como a

educação e o ensino de História trata tal tema nos livros didáticos, quais os avanços e permanências no tratamento dessas questões.

No segundo capítulo teórico pretende-se apresentar a discussão dos jornais como fonte histórica, apresentando o conceito de fonte, demonstrando a importância dessa fonte para analisar os fatos históricos que ocorreram durante os anos de 1961 a 1964 e como os jornais apresentam possibilidades de compreender os eventos políticos a partir da crítica documental. Além disso, pretende-se neste discutir de que forma a imprensa participou do golpe de Estado. Por fim, apresenta-se nesse capítulo as historicidades dos jornais O Globo e a Última Hora, e a análise dos discursos das fontes.

No terceiro capítulo, pretende-se inserir uma discussão sobre a importância de se construir um produto educacional com o objetivo de atender as demandas do ensino de História. Em seguida, apresentar a importância do livro paradidático como uma linguagem para o ensino. E discutir a importância das linguagens para o ensino de história, em especial, a utilização dos jornais. Apresenta-se nesse capítulo a proposta do produto, seu objetivo, o que ele propõe discutir, e também qual seu impacto no ensino sobre o golpe de 1964. Além disso, é apresentado o público-alvo, a importância do conteúdo, e as etapas que foram seguidas metodologicamente para o resultado final. E, por último, busca-se apresentar a trajetória de criação do produto, o que era visto como produto no início da pesquisa, e a linha de raciocínio até chegar o resultado final incluindo os erros e os acertos. Expõe-se também como foi pensado o processo criativo da diagramação, escolha de seções, imagens, ilustrações e formato.

O produto educacional que foi construído como resultado dessa pesquisa é um livro paradidático com o título *História e Imprensa: O golpe civil-militar de 1964 através dos jornais*, tratando-se de uma ferramenta que oferece aos alunos do terceiro ano do ensino médio uma discussão sobre a configuração do golpe de Estado, atividades com o uso dos jornais como fonte e sua problematização. Com esse material, pretende-se colaborar com o ensino de História e ampliar o uso dos jornais como fonte. Acredita-se que essa pesquisa colabora com os estudos sobre o golpe de Estado de 1964, além disso se compreende que é importante tal conexão com o presente para discutir esses temas em sala de aula em busca da construção de uma consciência social e política nos estudantes.

1 HISTORIOGRAFIA E ENSINO DE HISTÓRIA: NOVAS PERSPECTIVAS E OS DESAFIOS PARA TRABALHAR O GOLPE DE 1964 EM SALA DE AULA.

A historiografia representa a escrita da História, assim como é peça fundamental na construção de eventos históricos e na forma como tais são compreendidos. Remetendo à Jurandir Malerba (2006), a historiografia é uma representação do passado.

Tendo a concordar com Reinhart Koselleck quando afirma, ao pensar a relação entre representação, acontecimento e estrutura, que as questões acerca da representação e de até que ponto a história narra quando descreve apontam, no âmbito do conhecimento, para diferentes temporais do movimento histórico (Malerba, 2006, p. 19).

Assim, a produção do conhecimento científico e historiográfico, em sua visão, é uma prática cultural, ou seja, uma representação do passado com restrições e possibilidades. Citando o filósofo Benedetto Croce, Malerba (2006) disserta que a História é contemporânea e que as narrativas historiográficas são fruto do seu tempo, logo vão se tornando documentos a serem interpretados e julgados, sendo uma obra historiográfica dificilmente superada.

Nesse reino das várias práticas culturais de narração histórica e das diferentes manifestações do construto mental chamado história, “historiografia” pode ser caracterizada como uma espécie de prática cultural e de estrutura mental. É uma apresentação elaborada do passado, limitada ao meio da escrita, com suas possibilidades e restrições. Ela pressupõe a experiência social de um historiógrafo, caracterizada por certo grau de especialização e eventualmente de profissionalização e sua função em uma ordem política e social (Malerba, 2006, p. 22).

Nessa perspectiva, ainda para Jurandir Malerba (2006), essas práticas tornam-se uma representação do passado, que é limitada à escrita e à experiência de quem o escreve. Outro autor que segue uma linha de raciocínio semelhante é o historiador Michel de Certeau (1982). Para ele, a pesquisa historiográfica nasce de um lugar político, social e cultural. Assim, os métodos surgem a partir desse lugar e, a partir de então, determinam-se os interesses, questões e documentos.

Seguindo essa orientação inicial, buscamos nesse capítulo compreender primeiramente as permanências e rupturas da construção historiográfica sobre o golpe de 1964. Em seguida, investigamos a importância da renovação historiográfica no tema e para o ensino de História, analisando de que forma tal tema vem sendo abordado nos livros didáticos.

1.1 AS DISPUTAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O GOLPE DE 1964

As disputas entre teses explicativas sobre o golpe de 1964 surgiram ainda durante o período ditatorial, na segunda metade da década de 1960, intensificando-se posteriormente nos últimos anos da década de 1970. Com a publicação de livros nos quais alguns sobreviventes da repressão do regime compartilharam seus depoimentos e relatos, emergiram as memórias de um período sombrio na história do Brasil. Não se pretende, nesta análise, focar exclusivamente nesses depoimentos.

Determo-nos aqui na análise da disputa de algumas categorias explicativas sobre o período que contribuíram para a historiografia sobre o golpe e a ditadura dele advinda. Examinaremos um espectro de obras produzidas nos momentos finais da ditadura até a emergência das atuais pesquisas na área de História. Na memória recente, além das recordações dos sobreviventes, diversos pesquisadores, como jornalistas, políticos, sociólogos, cientistas políticos, entre outros, dedicaram-se a investigar e publicar suas pesquisas. Algumas dessas pesquisas resultaram de vivências durante o período do golpe e da ditadura, desempenhando um papel crucial como objetos de estudo e documentos.

A historiografia construída sobre o período do golpe ficou encarregada de desenvolver discussões e recriar as representações desse evento. Assim, essa historiografia demonstrou diversas categorias explicativas sobre as interpretações do golpe de 1964 e a construção das suas explicações. Desse modo, iniciaremos a discussão sobre a categoria *militar* como uma variável explicação por parte de cientistas políticos e historiadores. Entre as produções nessa área, se valorizou os estudos que investigaram as forças armadas, suas motivações e seu envolvimento na política. Nos próximos parágrafos, analisaremos alguns trabalhos que foram significativos na construção das narrativas sobre o golpe de 1964.

As primeiras pesquisas sobre o período aqui tratado foram feitas por brasilianistas, a exemplo de Alfred Stepan (1975), em sua obra *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira* (1975). Em suas análises, os militares detinham um *poder moderador* que se representava pela relação existente entre civis e militares, com estes últimos podendo ser convocados a intervir no sistema político a fim de restaurar a ordem. Diante disso, Stepan (1975) apresenta a legitimidade do poder político dos militares e apresenta a tese de que a instituição militar poderia cumprir funções do executivo na manutenção da ordem. Assim, suscita que grupos de civis sustentaram a intervenção militar.

Segundo Stepan (1975), no ano de 1964 o governo de João Goulart sofria com problemas de sucessão e, por conta disso, tentou governar “a moda peronista com apoio comunista” (Stepan,

1975, p. 73). Desse modo, os militares e a sociedade civil se voltaram contra eles. Em sua linha de raciocínio, em 1964 o padrão moderador se modificou, pois o cenário de crise econômica, política e social enfraqueceu as instituições civis. “A pressão civil no sentido de intervenção militar no processo político cresceu e foi comunicada aos militares através de contatos pessoais, manifestos públicos e editoriais da imprensa” (Stepan, 1975, p. 73).

Sobre os acontecimentos após o dia 31 de março de 1964, Stepan (1975) chama o golpe de *revolução*.

O movimento militar de 1964 não se limitou a depor um chefe de executivo: ao mesmo tempo os militares assumiram o poder político do país, além, dos parâmetros do padrão moderador das relações entre civis e militares que predominaram durante todo o período anterior a 1945; o conjunto do sistema político sofrera uma “mudança radical”, que mergulhava suas raízes em profunda alteração da ideologia: os militares se dispunham a ser, não mais os moderadores, mas os dirigentes da política (Stepan, 1975, p. 93).

Para o autor, as causas da *revolução* iniciaram no final da década de 1950 e início da de 1960, e reforçaram o ideal de mudança na estrutura do sistema político. Esse sentimento estava presente tanto em civis quanto em militares. O desânimo com a economia do país gerou uma insatisfação nos militares e civis. Os estudos de Alfred Stepan tiveram grande repercussão na área da ciência política e também na História.

De acordo com o historiador Carlos Fico (2004), no artigo *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*, há uma série de insuficiências históricas na obra do autor Stepan (1975). Primeiramente, afirma que não é possível classificar as Forças Armadas como poder moderador, uma vez que houve em outros períodos históricos a interferência dos militares na política brasileira anterior ao período do golpe. Seguindo a linha de raciocínio de Fico (2004), o trabalho de Stepan (1975) foi relevante somente no sentido de dar luz a essa discussão que surgiu entre os campos de estudos dessas duas áreas. Também serviu para ampliar os estudos sobre a relação da sociedade civil com os militares.

Abordando agora a visão de autores marxistas sobre o tema, consagrou-se na historiografia a obra do brasilianista uruguaio René Armand Dreiffuss, no ano de 1981. O livro *A conquista do Estado. Ação Política e golpe de Classe* (1981) afirma que, naquele contexto, o capital monopolítico transnacional expandiu-se e alcançou nível semelhante ao capital estrangeiro. “Os empreendimentos transnacionais e nacionais de grande escala, agindo como um bloco de poder, tentaram franquear as restrições político-econômica do populismo enquanto minavam o sistema político e o regime tradicional” (Dreiffus, 1981, p. 104). Logo, com o

propósito de minar o governo de João Goulart, grupos de burocratas e empresários fizeram pressão para que seus interesses alcançassem níveis governamentais.

Para Dreifuss (1981), o sistema empresarial formado por multinacionais, administradores, técnicos e executivos estatais, conhecidos por intelectuais orgânicos¹⁰, fizeram parte das ações que resultaram no golpe de 1964. “Os interesses multinacionais receberam também o apoio político de seus próprios governos, assim como a assistência, dada às companhias multinacionais e interesses associados no Brasil por organizações políticas das classes dominantes dos países-base” (Dreifuss, 1981, p. 71).

A principal tese defendida pelo autor é de que a deflagração do golpe e a instauração da ditadura foram uma articulação entre a sociedade civil (empresariado) e os militares. Ele utiliza como fonte os arquivos do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) para sustentar a articulação desses dois setores no planejamento do golpe, o que ocupou um papel decisivo em conjunto com o apoio da Central Intelligence Agency (CIA) e da Escola Superior de Guerra (ESG) (Dreifuss, 1981).

Ainda segundo Dreifuss (1981), os interesses dos empresários e técnicos formavam uma rede tecno-burocrática que tinha influência da administração pública. Sendo assim, as ações que eram de interesses da classe empresarial eram, de certa forma, facilitadas pelos executivos estatais. Ou seja, à época a lógica capitalista privada era acionada para a solução de problemas nacionais. O autor explica que “essa rede tecno-burocrática expressava o aspecto duplo do processo de controle oligopolista¹¹ do mercado, ou seja, uma abordagem empresarial para problemas de desenvolvimento” (Dreifuss, 1981, p.73).

As ações dos tecno-burocráticos se expressaram a partir do que Dreifuss chamou de *planejamento indicativo*, articulado por economistas, militares, técnicos, empresários e que tinha o propósito de supervisionar as diretrizes macroeconômicas, sendo importante para o desenvolvimento capitalista e direcionamento da sociedade. A defesa desse planejamento foi amplamente debatida nas associações empresariais e na Escola Superior de Guerra (ESG).

¹⁰ “O intelectual orgânico, proveniente da classe social que o gerou, torna-se especialista, homogeneizador e organizador [...] A organicidade dos intelectuais pode ser medida pela maior ou menor conexão nas funções superestruturais, ou da sociedade civil e seus aparelhos privados de hegemonia ou da sociedade política. Os intelectuais exercem as funções da hegemonia e do governo político em nome da classe dominante, constituindo-se os “caixeiros” dos interesses desta. Os intelectuais têm a função de unificar os conceitos para criação de uma nova cultura, que não se reduz apenas à formação de uma vontade coletiva, capaz de adquirir o poder do Estado, mas também a difusão de uma nova concepção de mundo e de comportamento” (Mari, 2011, p. 11).

¹¹ O oligopólio é um conceito da economia política e indica um mercado em que poucas empresas dominam um setor específico.

A implementação de um planejamento indicativo e alocativo significava a intervenção no processo de acumulação do potencial dos interesses multinacionais e associados, servindo principalmente aos propósitos de manter o complexo sistema social em equilíbrio (política de estabilização) e de canalizar recursos limitados e poupanças, tanto para potenciais obstáculos na indústria quanto para situações de crise (Dreifuss, 1981, p. 74).

O autor explica que, para realizar esse planejamento, as diretrizes políticas do governo precisariam se basear em medidas de oligopólio e se afastar de considerações econômicas populistas. Isso foi possível no governo de Juscelino Kubitschek. Para o plano desenvolvimentista, foi necessária uma equipe de técnicos e empresários de diversas áreas.

O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) foi criado para dar apoio financeiro a investidores privados. Os beneficiários dessa ajuda financeira foram, em sua maioria, companhias multinacionais, para cujo estabelecimento no Brasil o banco providenciava o apoio financeiro (Dreifuss, 1981, p. 75).

O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) foi importante patrocinador do plano desenvolvimentista no período do governo de Kubitschek. “Os interesses multinacionais refratavam-se no processo decisório governamental através do Plano de Metas como necessidades do desenvolvimento nacional” (Dreifuss, 1981, p. 76). Sendo assim, o autor explica também que os militares estavam intrínsecos na mentalidade tecno-burocrática e, inclusive, promoviam discursos na ESG que favorecia os interesses das multinacionais.

Dois veículos foram cruciais no processo de educação e treinamento. Um deles era a Escola Superior de Guerra — ESG — cujas turmas eram levadas anualmente aos Estados Unidos em viagens minuciosamente preparadas completando assim um ano de informação dirigida. O outro era o complexo político de acordos militares Brasil-Estados Unidos, entre os quais sobressaíam o Programa de Assistência Militar - PAM — e o Acordo de Assistência e Defesa Mútua (Dreifuss, 1981, p. 81).

Assim, a política de doutrinação ideológica entrou em ação, combinando os ideais militares e o desenvolvimento socioeconômico de interesse dessa classe. Após Dreifuss (1981) explicar como funcionou a associação e articulação desses setores civis e militares, ele desenvolveu em sua obra as ações do Instituto de Pesquisas e Estudos (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Assim, a articulação do “complexo IPES/IBAD”, como foi mencionado pelo autor, foram responsáveis por articular o golpe de Estado que já se ensejava desde 1961.

A ação do complexo IPES/IBAD dentro das Forças Armadas visava a neutralização do dispositivo popular de João Goulart e a minimização do apoio militar a diretrizes políticas socialistas ou populistas. A elite orgânica foi também responsável por estimular, entre os militares, grupos favoráveis ao golpe (Dreifuss, 1981, p. 362).

Conforme citação acima, o complexo IPES/IBAD desempenhava uma função semelhante ao de um Estado-Maior: em prol das elites econômicas do país. Esse complexo orquestrou operações coordenadas, sob o comando de uma elite orgânica, com o objetivo de promover um golpe de Estado com o intuito de defender os interesses multinacionais e tecnocráticos. Eles apresentaram capacidade para coordenar uma campanha destinada a destituir o presidente João Goulart. Na concepção apresentada por Dreiffus (1981), o golpe foi um movimento civil-militar que culminou na deposição do presidente, tendo em vista que foi ativa a colaboração de setores civis na articulação com as Forças Armadas contra João Goulart.

Embora a perspectiva do autor Dreiffus explore o lado civil-militar da articulação do golpe, outros historiadores investigaram a movimentação dos militares. No marco de 30 anos do golpe, foi lançada a obra organizada por Maria Celina D' Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares: *21 anos de regime militar: Balanços e perspectivas* (1994). A coletânea teve o objetivo de reunir as pesquisas de historiadores, cientistas políticos, sociólogos, entre outros pesquisadores, todos apresentando suas visões sobre as motivações e possíveis causas do golpe no âmbito econômico, institucional, partidário, social e empresarial com o propósito de refletir o período. Com esse enfoque, os autores da obra ressaltaram em sua introdução que o país se deparou com um governo claramente sob o controle dos militares.

Discordando da perspectiva abordada por Dreiffus (1981), o autor Ary Dillon Soares (1994), no artigo *O golpe de 64*, pretendeu analisar as possíveis causas da ruptura de acordo com análises qualitativas baseadas nas tendências de pesquisas que estavam surgindo no período, utilizando, para tal, a análise de conteúdo de textos acadêmicos, jornalísticos, militares e também entrevistas. De acordo com Soares (1994), um dos aspectos principais foi justamente as motivações dos militares para o golpe. Ele critica o pensamento economicista de Dreiffus, pois em sua visão o golpe foi “essencialmente militar”.

Ainda segundo Soares (1994), a explicação do golpe de 64, como de qualquer movimento político, dificilmente poderia ser fundamentada em um só fator. Foram vários os elementos que contribuíram para o êxito do golpe de 64 (Soares, 1994). Sobre os fatores no contexto econômico, nota-se a inflação manifestada durante o período de estagnação econômica que se consolidou em 1962, sendo ela elemento central. No cenário político, a ausência de

governabilidade no governo de João Goulart e a descrença da população em seus representantes políticos colaboraram para o aumento do descontentamento entre a população.

O uso de cargos públicos para comprar apoio político novo, sem perder o antigo. Requer a expansão contínua do aparelho do Estado. No caso de Goulart, cada apoio obtido com um cargo significava a possível perda de outro, vinculada ao ocupante anterior daquele cargo. Os negócios do Estado, é escusado dizer, foram ignorados e, progressivamente, a administração pública deixou de funcionar (Soares, 1994, p. 22).

Outro fator seria a suposta “ameaça comunista” que cresceu no imaginário da direita após as viagens de Goulart para a China. Sobre o tema, a análise de Dilton Soares (1994) pode ser resumida da seguinte maneira:

A ameaça comunista também era um fator a ser considerado pois o clima político instaurado após a Guerra Fria contribuiu para o aumento das disputas ideológicas. Dessa forma as visitas de Goulart a China Comunista, acirravam os conflitos ideológicos no Brasil. A análise de conteúdo pode ser concluída chegando a seguinte frequência: efetuamos uma análise preliminar desses dados, buscando as razões mais comuns dadas pelos autores militares, entre as 34 alegadas. Chegamos às seguintes, por ordem de frequência: 1. Caos, desordem, instabilidade; 2. Perigo comunista e subversão; 3. Crise hierárquica militar, 4. Interferência do governo nos assuntos, na hierarquia e na disciplina militares; 5. Apoio popular ao golpe; 6. Corrupção, roubo de verba pública; 7. Sindicalismo, república sindical (Soares, 1994, p. 30).

O levantamento dos trabalhos acadêmicos sobre o golpe, de acordo com Dilton Soares (1994), revela que a visão das explicações para o golpe estava sendo explorada no âmbito social, político e econômico, indo ao encontro da justificativa principal dos militares, de que o “caos” e o “perigo comunista” eram iminentes.

Uma outra perspectiva foi analisada no artigo escrito por Maria Celina D’Araújo, *Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB* (1994). Nele, a autora jogou luz à questão dos partidos políticos e a crise partidária que ocorreu no início da década de 1960, mais precisamente a partir de 1962. Seu objetivo principal foi analisar o trabalhismo do partido petebista e sua atuação na radicalização. Segundo Celina D’Araújo (1994), as opções de lideranças políticas eram um problema ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pois sempre que surgiam novas lideranças vinham também crises internas no partido, advindas dos donos do partido. “Essa capacidade que o PTB teve de influenciar setores militares ou de interagir com eles foi certamente um dos principais fatores para eclosão do golpe” (D’Araújo, 1994, p. 64).

Como mencionado acima, no artigo de Ary Dilton Soares, o “perigo comunista” foi uma das principais motivações para a articulação do golpe (Soares, 1994). Em um cenário internacional de Guerra Fria, o medo do comunismo se fazia constante em uma parcela da

sociedade do período. Um dos trabalhos que discute o anticomunismo no Brasil foi elaborado pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2000), na obra *Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*.

Com a finalidade de desenvolver a temática do anticomunismo no Brasil, que se encontrava em processo de consolidação no âmbito da historiografia sobre o golpe de 1964, muitos dos arquivos e fontes primárias sobre esse tema ainda são escassos e de difícil acesso. Contudo, essa temática é de extrema importância para os estudos recentes uma vez que a luta contra o “comunismo” no Brasil foi uma das principais justificativas dos militares.

No período de 1961 a 1964, Motta (2000) investigou que o anticomunismo foi a principal motivação para o estopim do golpe de 1964. Segundo ele, as motivações surgiram tanto em território nacional quanto em internacional. Nas palavras de Motta,

No plano internacional, o país foi influenciado pelos acontecimentos que dominavam o continente. Sob o impacto da Revolução Cubana, a América Latina se viu lançada para o centro da Guerra Fria. Até então a região era considerada teatro secundário pelas duas superpotências em luta, mais preocupadas com Europa, Ásia e África [...] A nova política norte-americana implicou numa considerável pressão sobre os países da América Latina, na tentativa de estabelecer um “cordão sanitário” capaz de impedir a progressão do comunismo [...] No caso do Brasil, pelo menos, havia uma forte tradição anticomunista desde os anos 1930, configurada na existência de grupos constantemente mobilizados contra o “perigo vermelho” (Motta, 2000, p. 287-288).

Essa tradição anticomunista no Brasil intensificou suas atividades por volta 1964 assim como quando surgiram as ligas camponesas Ação Popular (AP) e a restauração do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Toda essa efervescência no cenário político colaborou para a polarização ideológica e cita o IPES bem como o IBAD como instituições responsáveis por estruturar diversos grupos anticomunistas. Sendo assim, para Motta (2000), o golpe de 1964 foi um movimento político-militar que apresentou uma reação ao que se acreditava ser uma “ameaça comunista” e que constituiu em uma organização de setores diversos para depor João Goulart. “O objetivo principal não era dar um golpe, mas combater os comunistas. O recurso à solução autoritária era um meio para eliminar a ‘ameaça comunista’ e não um fim” (Motta, 2000, p. 340). Dessa maneira, as representações dos movimentos anticomunistas utilizaram a estratégia de alterar os ideais dos revolucionários e movimentos de esquerda para influenciar a sociedade civil e estabelecer os seus projetos políticos.

Do mesmo modo que Motta (2000), outros historiadores pesquisaram o período por meio de novas perspectivas dos acontecimentos, principalmente após quase 40 anos do golpe

de 1964. Um desses autores foi o historiador Daniel Aarão Reis Filho que, em sua obra *Ditadura Militar: Esquerdas e Sociedade* (2000), constrói uma série de reflexões sobre o golpe, a ditadura e a memória¹² desses eventos na historiografia. Reis Filho (2000) alerta para a memória comum que se construiu sobre a ditadura e as esquerdas que estão presentes em livros e outros materiais didáticos. Entendemos que essa disputa de memória pretende reconstruir as versões que foram formuladas pelas instituições militares.

Em uma entrevista concedida no ano de 2012, Daniel Aarão Reis destaca a importância de revisitar as memórias do período ditatorial, principalmente o termo “ditadura militar”. Para o historiador, a expressão se mantém graças aos interesses de diferentes grupos. Ele também entende que houve apoio dos civis no período de maior repressão do regime. Em suas palavras,

Na história da ditadura, como sempre, a coisa não foi linear, sucedendo-se conjunturas mais e menos favoráveis. Houve um momento de apoio forte - entre 1969 e 1974. Paradoxalmente, os chamados anos de chumbo. Porque foram também, e ao mesmo tempo, anos de ouro para não poucos. O Brasil festejou então a conquista do tricampeonato mundial, em 1970, e os 150 anos de Independência. Quem se importava que as comemorações fossem regidas pela ditadura? É elucidativa a trajetória da Aliança Renovadora Nacional - a Arena, partido criado em 1965 para apoiar o regime. As lideranças civis aí presentes atestam a articulação dos civis no apoio à ditadura. Era "o maior partido do Ocidente", um grande partido. Enquanto existiu, ganhou quase todas as eleições (Reis, 2012, não paginado).

Em relação às declarações, de Daniel Aarão Reis, o historiador Demian Melo (2012), no artigo *Ditadura 'Civil-Militar'? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente*, expressou algumas críticas à visão de Reis sobre o caráter civil-militar do golpe e da ditadura. Comparando com a pesquisa de Dreifuss (1981), Melo (2012) aponta diferenças na abordagem da participação dos civis, destacando a análise de Dreifuss sobre a organização da sociedade civil, notadamente o papel do IPES e IBAD, institutos de relevância no golpe, conforme já mencionado.

Em contraste, Daniel Aarão Reis (2012) destaca o papel de uma "sociedade civil". A crítica de Melo a Daniel evidencia os diferentes enfoques em relação ao papel dos civis naquele período. “Alguns pesquisadores em tempos recentes parecem ter deixado critérios metodológicos fundamentais de lado quando têm se referido ao tempo “civil” (Melo, 2012, p. 43). Melo (2012) critica a visão de Reis do termo "ditadura civil-militar" e o acusa de desviar o sentido da

¹² “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (Le Goff, 1990, p. 423).

expressão, argumentando que não se pode generalizar o apoio dessa sociedade civil. Demian ressalta que as marchas em apoio ao golpe e à ditadura foram massivas, mas destaca que era esperado que os grupos de esquerda não promovessem atos públicos após a instauração da ditadura (Melo, 2012). Além disso, segundo o autor, o capitalismo é colocado no centro de sua análise, compartilhando a visão de Dreifuss, que enfatiza a importância de uma análise crítica que leve em consideração os interesses das classes dominantes em relação ao sistema capitalista (Melo, 2012).

Apesar disso, Reis (2012) concorda com Dreifuss, em relação ao reforço do domínio do capital internacional no poder, no entanto discorda do papel passivo de parcela da sociedade diante da “dominação” ideológica do IPES/IBAD. Sob essa ótica, havia sim um entendimento sobre a distribuição de renda e poder que afetaria posições e privilégios.

A contribuição dos estudos de Dreiffus (1981) foi essencial para se compreender a influência do capital internacional na política, assim como foram importantes as discussões que tentam explicar o caráter civil e militar do golpe, principalmente a partir da década de 1980. São importantes elementos, pois serviram de base para ampliar os estudos sobre o período e trazer novos aspectos.

Exploraremos agora o impacto das recentes obras historiográficas acerca do conceito e nomenclatura do golpe e a contribuição de algumas obras que discutem por que consideram o golpe civil-militar e não apenas militar, levando em consideração a participação civil no golpe e também a sua efetividade¹³. Sobre o tema, temos o historiador Carlos Fico (2004), que explica que na visão marxista as motivações para o golpe podem ser compreendidas a partir da esfera econômica, tendo em vista que as relações econômicas determinaram os acontecimentos políticos.

No ano de 2004, na obra *Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*, Fico (2004) teve como propósito auxiliar pesquisadores do período focando principalmente no público mais jovem. Além disso, pretendeu discutir convicções do senso comum que ainda reproduzem certos estereótipos. Assim, ele traz importantes discussões em

¹³ Além da categoria *civil* e *militar* apresentadas nesse tópico, é pertinente ressaltar a terminologia defendida por Dreifuss na qual o autor utiliza o termo *empresarial-militar*. Com esse conceito, ele enfatiza a aliança entre os empresários e militares que visavam proteger seus interesses e reprimir qualquer movimento contrário à ordem que estavam tentando estabelecer. Ademais, outra terminologia ressalta o papel da imprensa no golpe. Segundo o historiador Juremir Silva (2014), a imprensa desempenhou um papel crucial na preparação do golpe, organizou-se em torno de uma operação que visava desqualificar as medidas do governo de João Goulart, principalmente em torno das reformas de base, que, como visto anteriormente, foi uma das grandes mobilizações do governo de Jango. De acordo com Juremir, o golpe foi *mediático-civil-militar*, pois sem o empenho da imprensa não haveria legitimidade para a deposição do presidente.

relação à literatura do golpe e apresenta uma extensa bibliografia organizada por temas. Fico (2004) entende que o golpe de Estado foi uma articulação de civis e militares.

Em outra obra do autor, *O golpe de 1964* (2014), reafirma sua linha de pensamento. De acordo com ele, de fato houve apoio civil ao golpe e ele foi efetivado por civis, tendo em vista que parlamentares e políticos participaram do golpe de Estado, e alerta que “não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração” (Fico, 2014, p. 9).

A partir de 2014, ou seja, passadas cinco décadas desde o golpe, emergiram novas obras que retrataram os eventos a partir de perspectivas não abordadas na narrativa anterior, que é reconhecida por alguns historiadores como “memória oficial”. Autores como Marcos Napolitano (2014), Carlos Fico (2014), Daniel Aarão Reis Filho (2014), entre outros, foram responsáveis revisitar o tema, abordando-o a partir de novas perspectivas, tendo como objetivo principal contribuir com a análise de um passado recente e que ainda está em disputa. Nesse cenário, surgem algumas pesquisas que visavam discutir o termo mais adequado para o golpe de Estado, uma vez que o golpe também foi articulado por uma parcela da sociedade civil, de acordo com algumas dessas pesquisas.

Segundo Marcos Napolitano (2014), em seu livro *1964: História do Regime Militar Brasileiro*, no ano de 1964 ocorreu um golpe de Estado que teve a participação de “civis conservadores”. Nessa perspectiva, o golpe foi resultado de embates de diferentes projetos e a consequência foi a divisão da sociedade. Sobre o regime que se instalou posteriormente, o autor não apoia a tese de que foi um regime civil-militar.

Defendo a ideia de um regime militar, pois o coração do Estado, o eixo das decisões políticas e os ministérios estratégicos para a integração nacional (transportes, interior, comunicações) foram, fundamentalmente, ocupados pelos militares informados pela Doutrina de Segurança Nacional (Napolitano, 2014, p. 11).

Outra leitura é apresentada pelo Daniel Aarão Reis Filho, na obra *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988* (2014). Em sua perspectiva, tanto o golpe quanto a ditadura foram civis-militar e a ditadura teve força porque contou com o suporte empresarial, assim como com o consentimento de parcela da sociedade.

No livro *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil* (2014), escrito pelos historiadores Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, é desenvolvida a perspectiva de que entender o processo histórico que resultou a deposição de João Goulart é fundamental para compreender como foi possível o golpe e

posteriormente a ditadura. Além disso, os autores afirmam que foi um golpe civil-militar, considerando o fato de que os líderes civis de oposição ao governo com apoio militar deflagraram o golpe. Segundo a obra, o período de 1961 a 1964 foi marcado por crises econômicas e políticas. O governo de João Goulart foi alvo de conspirações da direita conservadora e das Forças Armadas, mas ainda assim teve uma aceitação popular de uma parte da sociedade civil. No entanto, o que ocorreu foi um golpe com apoio de civis e militares contra a agenda social e reformista de Jango.

O historiador Carlos Fico (2017), no artigo *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*, constrói um debate sobre as linhas interpretativas do golpe de 1964 e da ditadura, alegando que muitas delas foram construídas sob o viés jornalísticos, por volta da década de 1960 e 1970. Segundo essa ótica, muitas dessas análises foram concebidas sem a devida atenção ao contexto político e social que envolveu o golpe, e, por isso, o autor alerta para a importância das análises recentes sobre o golpe que questionam e contextualizam a partir de uma análise crítica e que abrange a história do golpe.

Ademais, Fico (2017) chama atenção para uma série de problemáticas que envolvem tanto as recentes pesquisas, quanto as mais antigas. Com relação a essa historiografia recente, o autor elenca uma série de críticas que foram feitas por historiadores em relação à historiografia que vem sendo construída. Análises pertinentes foram elaboradas por uma suposta falta do debate teórico nas décadas de 1970 e 1980. A ausência desse debate pode ter impactado a profundidade de compreensão sobre o período do golpe e da ditadura.

A usual resistência da maioria dos historiadores ao debate teórico se tornou efetivo desalento: o conforto teórico proporcionado pelo marxismo deixará de existir [...] com isso, muitos historiadores, aqui e alhures, a partir dos anos 1980, voltaram-se para os arquivos, para as evidências empíricas, como uma espécie de refúgio, evitando o debate teórico mais amplo e adotando, quando muito, conceitos ad hoc (Fico, 2017, p. 19).

Ao longo das reflexões sobre as causas do golpe que foram apresentadas, percebemos que as explicações sobre a ruptura podem se complementar, não sendo totalmente contrárias entre si. Os autores e obras apresentadas fazem parte de um esforço da ciência política, sociais e da História para analisar um fenômeno complexo. Acerca das razões do golpe que foram discutidas aqui, entendemos que se trata de um tema com diversas nuances e vertentes explicativas que, por se tratar de um tema sensível e complexo, precisam ser levadas em consideração, desde que estejam inseridas dentro do método científico. As críticas apresentadas apontam para a necessidade de uma abordagem mais reflexiva, crítica e contextualizada na

escrita da história da ditadura militar brasileira, a fim de promover uma compreensão mais abrangente e precisa desse período conturbado da história do Brasil.

1.2 GOLPE CIVIL-MILITAR OU MILITAR: AS CONTRIBUIÇÕES DAS ANÁLISES RECENTES E OS PERIGOS DO NEGACIONISMO

A escrita da História é resultado dos anseios do presente e carrega consigo as rupturas e continuidades. Trata-se de uma ciência que transita pelos dois tempos. “O historiador é um homem do seu tempo, as questões próprias de sua época provocam revisões constates sobre o passado que acabam sugerindo novas questões e novas formas de investigação que resultam na reescrita da história” (Capelato, 2016, p. 22).

O revisionismo histórico tem como um dos seus objetivos produzir a reanálise de determinado fato ou fenômeno histórico ou reinterpretar algum fato a partir de novas motivações. De acordo com Maria Helena Capelato (2016), as revisões historiográficas acadêmicas são importantes para trabalhar com novas fontes e objetos sobre o mesmo fato e também responder questões que são impostas pelo presente. Dessa forma, o conhecimento histórico está sempre sujeito a mudanças nas quais o passado passa a ser interpretado de forma distinta.

Durante as décadas de 1970 e 1980, ou seja, após a Segunda Guerra Mundial, que o mundo experimentou um novo cenário político-ideológico. As mudanças foram sentidas na forma de pensar o mundo no plano cultural e social. Como não poderia ser diferente, os acontecimentos que ocorreram durante a década 1960 em nível mundial também foram sentidas no Brasil, quando se ensaiava uma abertura política. Desse modo, sobre o revisionismo no país, Capelato (2016) discute que nesse período ocorreu a revisão de paradigmas e propostas de novos problemas fontes e objetos.

Nos anos 1980, não só os historiadores brasileiros, mas os pesquisadores ligados às humanidades, em geral, identificaram-se com seus pares estrangeiros no que se referia ao questionamento das perspectivas estruturalistas e às interpretações generalizantes, com ênfase nas estruturas econômicas e sociais que ocupavam lugar privilegiado nos estudos históricos até os anos 1960-1970. A transição democrática contribuiu para incentivar pesquisas sobre movimentos sociais, políticos e culturais que vinham ocorrendo no país (Capelato, 2016, p. 25).

Os debates sobre o período que antecedeu o golpe de Estado e o regime ditatorial no Brasil iniciaram ainda na década de 1970, como já mencionado em discussão anterior. Porém,

a partir dos anos 2000, é possível perceber que há na historiografia sobre o golpe divergências em relação ao conceito civil-militar ou apenas militar. As discussões elencadas em torno dessa revisão se intensificaram após 40 anos do golpe. Nesse contexto, no marco de 50 anos da ruptura, no ano de 2014, percebe-se um grande aumento de trabalhos que tem o objetivo de discutir o período a partir de novas fontes e objetos.

No que diz respeito à História recente do Brasil, principalmente os eventos relacionados ao golpe e a ditadura, percebeu-se uma onda de novas análises e estudos, que em alguns casos, o objetivo não se limita em apenas contribuir para as discussões, mas também para revisitar os acontecimentos. Em meio a esse contexto, ocorreram negações dos eventos históricos ou manipulações para que alcançassem determinados objetivos. Em relação ao golpe de 1964, sabe-se que algumas das primeiras pesquisas abordaram o fenômeno como uma “revolução” ou “movimento militar”. Entretanto, quase 60 anos depois, tem-se uma historiografia consolidada que comprova por meio de documentos e pesquisa científica que o que ocorreu se tratava de um golpe de Estado com apoio e efetivação tanto civil quanto militar para depor o presidente João Goulart e defender um projeto autoritário para o país.

Conforme o historiador Enzo Traverso (2012), o revisionismo está ligado à prática do fazer historiográfico. Se o historiador tem os elementos metodológicos, fontes e objeto que viabilizem novas interpretações de determinado fenômeno a partir de questionamentos que são impostos no presente, o seu trabalho se torna legítimo. No entanto, ele alerta para as possibilidades das interpretações perigosas e confusas que podem surgir a partir do revisionismo ideológico¹⁴. Observa o autor que essa noção de revisionismo pode ser problemática, tendo em vista que pode se converter em um meio inseguro e sem base científica de se aplicar uma metodologia.

Em perspectiva semelhante, o historiador Pierre Naquet (1988) destaca que o revisionismo não se contrapõe ao verdadeiro ou falso. “O revisionismo apresenta-se sob múltiplas e variadas formas, panfletos, livros [...] o revisionismo encontra-se na encruzilhada de ideologias muito diversas e por vezes contraditórias” (Naquet, 1988, p. 129-130). Na visão de Naquet, essa encruzilhada de ideologias, indica uma multiplicidade de pontos de vista e influências que em algumas instâncias negam fatos históricos e os manipulam com a intenção de alcançar determinados objetivos.

¹⁴ "O revisionismo ideológico, em vez de negar a existência do fato, procura interpretações que desconstruam a hegemonia em torno dele, sobretudo se for uma hegemonia cientificamente embasada na comunidade de pesquisadores" Disponível em: <https://www.coc.fiocruz.br/>. Acesso em: 3 out. 2023.

No artigo *Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI*, Marcos Napolitano (2021) aponta a estratégia utilizada pelos negacionistas. Primeiramente, a abordagem se inicia com a utilização da mentira acerca de eventos históricos comprovados por fontes históricas. Seguindo essa premissa, observa-se a distorção dos fatos, desprovida de informações certas. A isso, Napolitano (2021) categoriza como negacionismo. Em consonância com a perspectiva de Capelato (2016), o autor discorre sobre o período pós-guerra, no qual a produção acadêmica e historiográfica se concentrou na análise das vítimas da opressão, deixando de lado a preocupação com os denominados "grandes heróis."

Nesse contexto de abertura, especialmente nos estudos relacionados ao Holocausto, considerado um evento catalisador por Marcos Napolitano, emerge uma prática antiga de disputas em torno do passado: a negação ou atenuação, em alguns casos, de crimes coletivos perpetrados pelo Estado e tolerados por parte de suas elites civis e militares. Esta prática, segundo o autor, recebe também se trata de negacionismo (Napolitano, 2021).

A historiadora Denise Rollemberg (2021), no artigo *Revisionismo e Negacionismo: controvérsias*, alerta-nos para a importância de diferenciar os conceitos, principalmente em contextos sensíveis, "a ideia de revisionismo refere-se a iniciativas de revisar interpretações de fatos e processos passados; negacionismo, por sua vez, a iniciativa de negá-los" (Rollemberg, 2021, p. 61).

No artigo *O golpe de 1964 no Brasil: problematizando discursos políticos e historiográficos*, dos historiadores Rafael Lameira e Diorge Konrad (2009), é apresentada uma discussão pertinente sobre o ano de 1964 por parte dos setores de direita. O mito da falta de compromisso das esquerdas, segundo os autores, foi uma pauta constante nos debates sobre o golpe de 1964. Eles argumentam que as esquerdas estavam engajadas na luta pela implementação de reformas. Nesse contexto, os autores tecem críticas à visão distorcida dos setores de direita, que tentam retratar as lutas das esquerdas como ações golpistas.

Dessa forma, os historiadores ressaltam que

Se a direita não desse o golpe a esquerda daria... Este argumento está mais para uma elucubração abstrata do que para uma interpretação historicamente válida. Um sofisma hipotético que não cabe a um historiador. Não nos cabe imaginar, nem fazer elucubrações sobre as possibilidades hipotéticas, mas sim, tentar compreender e interpretar o processo histórico (Lameira; Konrad, 2009, p. 6).

Os autores afirmam que esses argumentos contribuem para uma narrativa negacionista que fortalece a versão dos *vencedores*. Ao elencar as diferenças, evidenciamos a importância

de interpretar os fatos históricos a partir de documentos e métodos científicos e evitar as narrativas negacionistas incentivadas por ideologias.

Chamamos a atenção nesse estudo para os perigos de um revisionismo que pretende se afastar dos métodos científicos, apresentando interesses baseados no revisionismo ideológico, fundamentadas em interesses ideológicos e políticos que acabam gerando falsas concepções do golpe de Estado de 1964. Sobre esse revisionismo negacionista, o historiador Mateus Pereira (2015) reflete que:

A estrutura temporal da negação e, em alguma medida, do revisionismo, está assentada numa concepção fatalista, determinista e homogênea do tempo histórico. Uma determinada concepção de tempo homogênea tende a afirmar que o golpe de 1964 só existiu porque não havia outra alternativa; ele foi inevitável. Se não fosse o golpe, teria havido um golpe e uma ditadura comunista. Os militares salvaram o Brasil dos terroristas e comunistas, pois agiram antes. O golpe foi, na verdade, uma “contrarrevolução”. Esse tipo de argumento fundamenta-se naquilo que Vidal-Naquet chama de “revisionismos relativos”. Na internet encontramos inúmeras manifestações a esse respeito (Pereira, 2015, p. 870).

Conforme mencionado, na História recente do país presenciou-se o negacionismo baseado em uma ideologia autoritária. Destacamos aqui a fala do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, durante uma coletiva de imprensa no dia 7 de setembro de 2022, na qual ele afirma que “A história pode se repetir. Quero dizer que o brasileiro passou por momentos difíceis, a história nos mostra. 22, 35, 64, 2016 foi marcante para todos nós, 2018 também. Temos pela frente 2022” (Lucena, 2023, não paginado).

Essa citação demonstra o quão perigoso é o negacionismo disfarçado de revisionismo. Pois bem, aqui pretendemos pontuar as diferenças entre esses conceitos e discutir a importância dos novos estudos para combater versões rasas sobre o golpe de Estado de 1964. Não tinha sido a primeira vez que o ex-presidente tinha proferido falas negacionistas. Em outro momento, em uma entrevista para o programa *Roda Viva*, ele já havia mencionado que o golpe não tinha acontecido, pois o cargo estava vago ignorando todo o contexto da época (Roda Viva, 2018, não paginado).

No artigo, *Os vendedores de verdades: o dizer verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010-2020)*, da autora Sônia Meneses (2021) disserta que a negação da ditadura brasileira é um grave sintoma do processo negacionista. A fala do ex-presidente evidencia como alguns indivíduos buscam negar e distorcer os fatos históricos.

Ainda no artigo, a autora apresenta como exemplo texto lançado sobre o documentário, *1964 – O Brasil entre armas e livros* (2019) produzido pelo grupo *Brasil Paralelo*. Destacamos a seguir um trecho.

A Ditadura Militar no Brasil é um dos períodos mais deturpados de nossa história. Neste artigo, vamos explicar o contexto mundial e nacional do golpe civil-militar de 31 de março de 1964 e seus desdobramentos. Entenda como foram os vinte anos de regime militar sem qualquer apologia aos erros cometidos, mas também sem ocultar a necessidade de uma intervenção que pudesse deter o comunismo.

Finalmente, começaremos a entender o vínculo entre a Guerra Fria e a verdadeira história da Ditadura Militar no Brasil. Já entendemos como o mundo estava dividido e como as revoluções socialistas eram um terror vermelho, amplamente difundido pela URSS (Brasil Paralelo, 2022, não paginado).

De acordo com Sônia Meneses, o artigo publicado pelo *Brasil Paralelo* faz parte de uma articulação que produz discursos com o intuito de "revelar as verdades sobre 1964", descredibilizando a pesquisa científica histórica. A tentativa de negar esses fatos históricos minimiza a censura, a repressão e as violações de direitos do período ditatorial. Na era da informação em que vivemos, a manipulação das informações e a negação das fontes ocorrem de maneira mais rápida, especialmente devido à internet, facilitando a disseminação desses discursos.

Conforme Napolitano (2021), os discursos negacionistas, na maioria das vezes, utilizam o embasamento do “direito à livre expressão” para disseminar inverdades. Nesse cenário, é essencial reconhecer e reafirmar que o negacionismo busca revisitar o passado com o objetivo de destruir o conhecimento sobre o passado a partir da mentira e da explicação sobre fatos bem como processos históricos polêmicos.

Diante das discussões levantadas aqui, é necessário refletirmos a importância da produção de análises historiográficas baseado em documentos e a sua contribuição para combater teorias sem fundamentos, bem como opiniões baseadas em falsas ideologias. Nesse cenário, é preciso estarmos atentos e pensarmos caminhos assim como soluções para combater discursos negacionistas, principalmente em sala de aula, local onde as notícias chegam cada vez mais rápido com o avanço da tecnologia digital.

Dessa forma, os historiadores e professores, para enfrentarem esse cenário, precisam cada vez mais enfrentar os discursos negacionistas, apresentando um ensino de História fundamentado no método. Segundo Mary Junqueira e Marcos Napolitano (2019), a defesa do conhecimento histórico precisa fazer parte de uma construção social:

Os pesquisadores e professores de História, aos quais se pode cobrar rigor, ética de pesquisa e decoro profissional, não são meros emissores de opinião, mas profissionais que sistematizam o conhecimento histórico e ajudam a sociedade a conhecer a si mesma, em suas virtudes e mazelas (Junqueira; Napolitano, 2019, p. 2).

Nesse cenário, faz-se necessário reforçar a pesquisa e o método científico em relação ao golpe de 1964, para que as representações baseadas em negacionismo e falsa ideologia sejam cada vez menos comuns. É fundamental adotar medidas para combater o negacionismo por meio de abordagens fundamentadas em estudos científicos. Para isso, é preciso investir em políticas educacionais eficazes. Reconhecemos a importância do ensino de História e da produção de conhecimento para que discursos como o do mencionado ex-presidente não se repitam. Portanto, nos próximos tópicos, buscaremos compreender de que forma tem sido abordado o golpe de 1964 no ensino e nos livros didáticos.

1.3 “UM PASSADO RECENTE”: O GOLPE DE 1964 NO ENSINO DE HISTÓRIA

O conhecimento histórico escolar que é em boa medida construído antes de chegar aos alunos, passando pelos currículos e regimentos escolares. Nesse sentido, o saber escolar é adaptado e leva em consideração uma série de critérios que segue lógica dos currículos, livros didáticos, série e entre outros. Além disso, tem-se a produção acadêmica que impacta diretamente as lógicas do conhecimento que é passado ao aluno. De acordo com Jorn Rusen (2011), o aprendizado histórico manifesta a consciência histórica que está intrinsecamente relacionado com o processo educacional. É na consciência histórica que se manifesta a didática da História e a interdisciplinaridade com outras ciências humanas, resultando em um ensino de História com o objetivo de uma formação voltada à interpretação do fato e da vida prática.

A consciência histórica deve ser conceituada como uma operação do intelecto humano para aprender algo neste sentido. A consciência histórica trata o passado como experiência, nos revela o tecido da mudança temporal dentro do qual estão presas a nossas vidas, e as perspectivas futuras para as quais se dirige a mudança (Rusen, 2011, p. 57).

Rusen (2011) reforça o sentido de uma produção do conhecimento histórico escolar seja uma combinação entre o passado, o presente e o futuro. O autor explica a importância de compreender esse conhecimento por meio de métodos que auxiliem a olhar o passado a partir de questionamentos do presente. “A consciência histórica evoca o passado como um espelho da experiência na qual se reflete a vida presente, e suas características temporais são, do mesmo modo, reveladas” (Rusen, 2011, p. 56).

Contribuindo para o pensamento de Rusen, o historiador Luis Fernando Cerri (2011) disserta que a História tem o papel não apenas de auxiliar na vida prática, mas também de fazer com que os estudantes saibam lidar com o diferente e a alteridade, para que aprendam a viver em sociedade e entendam como funciona o sistema político e social. “A criação na história não acontece a partir do nada, do vazio, mas das peças que temos à mão para combinar diferentemente e imaginar os projetos coletivos de futuro e as “comunidades de destino”” (Cerri, 2011, p. 128). Entendemos que o objetivo do conhecimento histórico para o ensino é justamente incentivar a consciência histórica de cada um e desenvolver um aprendizado no qual os estudantes sejam pensadores ativos e críticos.

A lógica da construção dos saberes escolares leva em consideração os exames de seleção para o ensino superior, os currículos estabelecidos pelos órgãos públicos e os sistemas de educação. Toda essa dinâmica perpassa também pela *mediação didática*¹⁵, das pesquisas acadêmicas para os conteúdos que chegam até os alunos(as). Essa transferência de conhecimento, apesar de ser essencial, não ocorre na velocidade que deveria para beneficiar a inovação desses currículos.

É importante discutir sobre a relação dos professores da educação básica e a produção acadêmica e refletir sobre a responsabilidade do docente no processo de aprendizagem, tendo em vista todas as limitações que são ocasionadas pelo cotidiano e pela pouca oferta de qualificação profissional. Nesse cenário, é imprescindível enfatizar as condições do ensino público no país. Já se tem avançado bastante em políticas públicas que incentivam a produção de pesquisas, assim como de formações continuadas, porém ainda há muito no que avançar para modificar a realidade dos docentes do ensino básico.

O ensino de História enfrenta, assim, não somente a desvalorização da profissão e da pesquisa, mas também as medidas que desvalorizam a disciplina de História¹⁶. Dessa forma, se torna importante levantar essas discussões quando se fala no ensino de História, uma vez que essas medidas afetam o desenvolvimento da conexão do mundo acadêmico e o que é ensinado em sala de aula. Todavia, ressaltamos a importância de medidas como a criação do mestrado profissional¹⁷, que visa diminuir as lacunas entre esses dois polos.

¹⁵ “A mediação cognitiva se explica ao entendermos, a partir da teoria sócio-histórica de Vygotsky, que a apreensão inteligente do objeto de conhecimento não pode ser imediata, mas mediatizada pela operação mental do sujeito que o conceitua. O conceito é visto aqui como construto historicamente determinado; estamos falando, portanto, da capacidade que tem o ser humano de objetivar o conhecimento no momento em que o conceitua” (D’Avila, 2011, p. 62)

¹⁶ Vide Medida Provisória 746/2016 que estabelece o Novo Ensino Médio.

¹⁷ O Mestrado Profissional (MP) é uma modalidade de Pós-Graduação *stricto sensu* voltada para a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas,

A produção acadêmica sobre o período do golpe de 1964 e a ditadura avançou de maneira significativa em pesquisas que visam problematizar terminologias e visões hegemônicas sobre o tema. Sabemos que as recentes análises historiográficas sobre o período de articulação do golpe de 1964 no Brasil trouxe para a historiografia novos olhares sobre o período a partir de novas fontes e objetos de pesquisa. Além disso, compreendemos que - por se tratar de um tema considerado por historiadores como “história do tempo presente” - é importante refletir os objetivos de tal denominação.

Inscreve-se em um movimento mais amplo de renovação historiográfica que trouxe consigo revitalização da história política, ampliação do uso de fontes, valorização da interdisciplinaridade, maior diálogo com as ciências sociais, recusa de explicações deterministas e totalizantes, valorização de atores individuais e coletivos, relação dialética entre história e memória (Ferreira; Delgado, 2014, p. 7).

Qual seria o marco de início desse tempo presente? As mudanças do movimento histórico podem interferir na delimitação? E, por fim, esses elementos interferem na metodologia de pesquisa e nas fontes? Esses questionamentos, na visão de Renato Lemos (2014), podem ser respondidos a partir da perspectiva da longa duração, ao abordar o conceito de Fernand Braudel, que valoriza a compreensão das estruturas que perduram durante ao longo do tempo e que moldam os acontecimentos políticos. Nesse cenário, em relação ao contexto do golpe de 1964, a construção de uma perspectiva em longa duração contribui para a compreensão do processo político brasileiro, situando os eventos em um contexto amplo.

“As narrativas sobre a ditadura foram se transformando ao longo da década de 1980. É nesse momento que os livros didáticos começam a afirmar a existência de um período ditatorial e a mencionar o golpe militar, alguns deles de forma ainda tímida” (Rocha, 2015, p. 103). Trabalhar com essas temáticas no ensino básico é um desafio enfrentado pelos professores, pois é um passado ainda recente e que envolve as memórias sociais em diferentes instâncias.

Quando essas memórias são despertadas por eventos do presente, fazendo com que se desperte a curiosidade dos alunos, é normal uma certa familiaridade com o conteúdo, levando em consideração as produções audiovisuais, livros e outros conteúdos que muito nos evocam para o período ditatorial. Nesse contexto atual de extrema polarização política, é comum esses alunos interpretarem os acontecimentos sem uma certa complexidade e visão crítica.

processos, ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho[...]O trabalho final do curso deve ser sempre vinculado a problemas reais da área de atuação do profissional-aluno e de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, podendo ser apresentado em diversos formatos. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br>. Acesso em: 3 out. 2023.

A abordagem mais comum sobre o golpe de 1964 no ensino são as narrativas que reforçam os conflitos políticos anterior a 1964.

As narrativas constroem um percurso em que Jango é empossado após a renúncia de Jânio Quadros em um quadro de crise institucional. Mencionam que o presidente estava entre forças antagônicas – algumas vezes denominadas claramente e outras não – e que, sem ajuda do parlamento, buscou o apoio popular diretamente através da aproximação com as camadas populares, em ações como o muitas vezes citado comício da Central do Brasil, semanas antes do golpe (Rocha, 2015, p. 106).

Dessa forma, no que se refere ao período trabalhado nessa pesquisa, podemos identificar que são temáticas sensíveis, pois envolvem relatos e memórias familiares, individuais e sociais, que nem sempre seguem a mesma vertente de explicação.

Essa memória está presente em diferentes espaços e produções sociais, como na escola, na mídia e seus produtos e no trabalho sobre o passado dos historiadores. No currículo escolar, a narrativa se constitui em uma composição da história e da memória, inclusive escolar, que define o cânone a ser ensinado e aprendido – o currículo de história (Rocha, 2015, p. 99).

As disputas de memórias que se formaram sobre o período podem ser percebidas durante uma aula, a partir das diversas opiniões que os alunos(as) têm sobre o período. Como já havíamos mencionado, o fácil acesso a conteúdo sobre o golpe e a ditadura possibilita visões equivocadas. Por exemplo, é muito comum ouvir perguntas sobre o milagre econômico e crescimento financeiro na ditadura. Sabe-se que essa visão foi por um tempo muito difundida no senso comum e também em algumas pesquisas. Entretanto, esse “milagre”¹⁸ foi bom apenas para setores específicos, como o dos empresários, pois a classe dos trabalhadores teve os seus salários cortados e o poder dos sindicatos reduzidos.

Do ponto de vista historiográfico, é primordial atentar-se às narrativas dos acontecimentos políticos a partir de 1961, em uma visão de disputa na qual houve um lado para escolher, pois trata-se de uma visão reducionista dos fatos e, muitas vezes, foi possível ver essa reprodução em documentários, jornais e sites. Apesar de perceber um grande avanço em pesquisas que combatem essas visões relativizadas, é essencial que os currículos se adaptem a

¹⁸ O país conseguiu crescer exponencialmente, cerca de 10% ao ano, e atingiu, em 1973, uma marca recorde do Produto Interno Bruto (PIB), que aumentou 14%. O avanço veio acompanhado também de uma forte queda de inflação. A taxa, medida na época pelo Índice Geral de Preço (IGP), caiu de 25,5% para 15,6% no período. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html. Acesso em: 27 fev. 2024.

uma abordagem crítica e interdisciplinar dos fatos. Do mesmo modo, é imperativo combater as narrativas que se prendam a uma visão cronológica dos acontecimentos que reforça a visão de dualidade.

Nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos (arquivos orais e audiovisuais) não escaparam à vigilância dos governantes, mesmo se podem controlar esta memória tão estreitamente como os novos utensílios de produção desta memória, nomeadamente a do rádio e a da televisão (Le Goff, 1990, p. 478).

Além dos desafios enfrentados pela formação docente, o ensino de História é impactado ainda pelas políticas que constroem uma memória sobre esse período no Brasil. A pouca oferta e dificuldade no acesso à documentação também impacta o ensino e a sua problematização. É comum encontrar nomes de ruas, escolas e de praças que exaltam militares que participaram diretamente do golpe e contribuíram para a tortura de dezenas de pessoas, porém não é usual encontrar espaços de memórias que falam sobre as famílias e pessoas que perderam alguém por conta da repressão do regime.

Diante da discussão tecida até aqui, é indispensável que, ao abordar esse tema em sala, tenhamos um olhar crítico às narrativas que foram criadas e também utilizemos ferramentas como fontes de pesquisa. Hoje em dia, há bastante material para discutir o período em sala de aula, sendo importante também sempre fazer uma discussão baseada em uma metodologia que permita que o aluno reflita e discuta as versões equivocadas. Sobre o uso de documento, Circe Bittencourt (2008) afirma que os documentos podem servir como explicação de um fato histórico e com o objetivo de informar e reforçar alguma ação. Portanto, enfatizamos que o ensino de História do golpe de 1964 e da ditadura são fundamentais porque resgatam a memória de um passado recente que deve ser lembrado para que não se repita, e que deve ser questionado e problematizado. “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (Le Goff, 1990, p. 478).

2 “EU NÃO PERMITIREI A DESORDEM EM NOME DA ORDEM”: A ÚLTIMA HORA E O GLOBO COMO FONTES PARA O ENSINO SOBRE O GOLPE DE 1964.

Nesse capítulo, abordaremos os jornais como fonte para o ensino, a partir da sua utilização nas aulas como importante ferramenta de aprendizagem e de interdisciplinaridade. Constata-se que o uso dos jornais como fonte de pesquisa intensificou-se após a renovação advinda da terceira geração dos *Annales* que valorizou a utilização de novas problemáticas, fontes e objetos. Igualmente, as utilizações dos jornais O Globo e Última Hora citados como fonte nessa pesquisa contribuíram para a reconstrução da memória do golpe civil-militar, analisando os acontecimentos a partir dos conteúdos desses jornais. Além disso, analisaremos a participação da imprensa no golpe por meio do posicionamento dos principais jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nesse sentido, para tal análise, recorreremos a trabalhos que versam sobre a imprensa, sobre o uso de jornais no ensino de História, e obras produzidas a partir de 2014 sobre a cronologia do golpe.

Desse modo, com o objetivo de investigarmos as representações dos acontecimentos políticos nos jornais durante os anos de 1961 a 1964, utilizaremos o conceito de representação do autor Roger Chartier (1990) que, para ele, tem-se as representações que se inserem em um campo de disputa de poder, e são criadas de acordo com os interesses sociais de cada grupo. Diante disso, será destaque o governo de João Goulart e o desencadeamento do golpe de 1964 a fim de perceber os posicionamentos políticos. Conforme afirma Capelato (1988), em um país de frágil estrutura política e partidária, a imprensa desempenha papel semelhante aos partidos.

Portanto, para compreendermos as movimentações dos periódicos em 1964, é necessário analisarmos alguns acontecimentos provenientes da renúncia de Jânio Quadros em 1961 assim como do contexto internacional de Guerra Fria e as suas influências no Brasil. Ademais, interpretaremos os discursos sobre a aceitação do parlamentarismo, a repercussão do plebiscito, a volta do presidencialismo, as reformas de base, e a ruptura democrática em 1964.

2.1 OS JORNAIS COMO FONTE HISTÓRICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Segundo o historiador José de Assunção Barros (2019), fonte histórica se trata de todos os vestígios produzidos por humanos ou ações que tiveram a sua interferência. As fontes são importantes para compreendermos o passado a partir de questionamentos do presente. A utilização dos jornais como linguagem na sala de aula é historicamente fruto da segunda metade do século XX, com o surgimento das renovações metodológicas na área de História, os recursos

didáticos e fontes diversificaram-se. Entre eles, tem-se os jornais e a mídia, que são presentes em nosso cotidiano.

Ao longo do século XIX, com a influência do pensamento positivista, as fontes históricas deveriam revelar a verdade histórica. Entretanto, esse pensamento foi modificado com a chegada do século XX. “Mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da história por meio da imprensa” (Luca, 2008, p. 111). Nesse contexto, a historiadora Maria Helena Rolim Capelato (1988) identifica também que, na primeira metade do século XX, os historiadores se relacionavam com as fontes jornalísticas com certo receio ou então eram consideradas como repositório da verdade, considerando os relatos, fiéis aos acontecimentos registrados.

A historiografia modificou a sua perspectiva em relação ao uso da imprensa como fonte para a pesquisa. Assim, segundo Tania Regina de Luca, após a década de 1970 iniciou-se um movimento maior de trabalhos que utilizavam a imprensa como fonte. O século XX anunciava uma imprensa mais profissional e opinativa, entretanto, ainda eram poucos os trabalhos que envolviam a imprensa como fonte. Para além disso, era necessário fazer uma história da imprensa. Essa desconfiança com os jornais como fonte foi se modificando após a 3ª geração dos *Annales*. “A terceira fase dos *Annales* abre-se a uma ampla diversificação de objetos e dimensões de estudo.” (Barros, 2019, p. 303).

A partir dessa renovação, a *Nova História* trouxe um olhar interdisciplinar com novos problemas e abordagens. Nesse contexto, a história-problema que estimulava uma história que fosse feita a partir dos questionamentos prevendo combater a história narrativa. Assim as fontes, que antes eram documentos históricos oficiais, passaram a ser dados estatísticos, imagens, filmes, músicas, diários e jornais e entre outras.

As fontes históricas se tornaram o elemento principal do trabalho metodológico. De acordo com Capelato (1988), o jornal como fonte passa a ser verdadeiro e falso. Assim, o trabalho do historiador é interrogar a fonte. Ao invés de se perguntar se as ideias e informações nela contidas são falsas ou verdadeiras, procura-se antes saber: “quem produziu o jornal? Para que? Como e quando?” (Capelato, 1988, p. 24). Nesse sentido, a imprensa passa a ser a representação do real. Segundo Roger Chartier, “As percepções do social não são de forma alguns discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados” (Chartier, 1990, p. 17).

Essas percepções do social em forma de discursos são perceptíveis quando se analisa os discursos produzidos nos jornais, em especial quando se trata de temas políticos e sociais. A imprensa tem sido palco de lutas políticas e representa em seus discursos as práticas de determinado grupo social. Sobre esses discursos, Capelato (1988) afirma que as leituras desses

discursos nos jornais permitem analisar os confrontos de falas e ideias que revelam os interesses específicos de cada grupo:

A leitura dos discursos expressos nos jornais na época. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social. Grupos que se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados (Capelato, 1988, p. 34).

Tania Regina de Luca (2008) também nos alerta para os discursos, afirmando que eles de fato se expressam de diversas maneiras. Uma delas é a partir da materialidade do impresso. Sendo assim, a tipografia, as ilustrações, charges, e a diagramação do impresso contribuem para problematização entre o fato e a narração. Os discursos podem estar presentes desde a capa e a linguagem do conteúdo, assim como a importância que o jornal dá a determinado tema:

É importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural [...] historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê (De Luca, 2008, p. 132).

Trazendo essa discussão para o campo do ensino, tem-se a escola como um espaço de aprendizagem e de troca de conhecimentos. Ao trabalhar com os jornais, chamamos atenção para outro conceito importante quando se utiliza essa linguagem com os alunos, que é a interdisciplinaridade. A preocupação em definir esse conceito chegou ao Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) N° 5.692/71, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), com o objetivo de levar a interdisciplinaridade como prática entre os professores. Com o advento da globalização, o mundo está mais conectado, os esforços para pôr essas trocas e conexões entre as disciplinas em ação ainda são tímidos devido aos desafios e às limitações que estão presentes no dia-dia dos educadores.

Segundo Ivani Fazenda (1979), a interdisciplinaridade transforma a pedagogia e oferece uma nova formação aos professores. “Nesses termos, o professor passa a ser o atuante, o crítico, o animador por excelência” (Fazenda, 2011, p. 49). Diante disso, ele passa a ter um papel crucial no ensino da sua disciplina que é o de associar o conteúdo com o de outras ciências. Sendo assim,

Torna-se fundamental um enfoque interdisciplinar pelas razões acima enumeradas, pois somente ele irá possibilitar uma certa identificação entre o vivido e o estudado, desde que o vivido resulte da interrelação de múltiplas e variadas experiências. A possibilidade de “situar-se” no mundo de hoje, de compreender e criticar as inumeráveis informações que nos agridem

cotidianamente, só pode acontecer na superação das barreiras existentes entre as disciplinas. A preocupação com a verdade de cada disciplina seria substituída pela verdade do homem enquanto ser no mundo. (Fazenda, 2011, p. 75).

Dessa maneira, a interdisciplinaridade permite que esse processo de vivência e aprendizagem se desenvolva a partir das ferramentas de ensino, tendo em vista que os alunos(as) estão inseridos(as) em um mundo no qual a mídia toma cada vez mais espaço no cotidiano. Ressaltamos que se faz necessário que no âmbito de uma escola plural que não se desconsidere a influência do poder da mídia. Assim como a História, a área da comunicação sentiu o impacto das novas tecnologias e da era da informação. Os jornais representam uma entre tantas linguagens para se abordar a disciplina de História na aula. Desse modo, podem ser utilizados para promover o senso crítico dos alunos. De acordo com Circe Bittencourt (2004), existem diversas possibilidades de usar os periódicos como fonte histórica.

Na História escolar, conforme o que se constata pela análise de coletâneas de documentos dedicadas ao ensino, as notícias de jornais têm servido como material de aprendizagem em livros didáticos, em provas de seleção e exames de vestibulares, principalmente para temas da história contemporânea. (Bittencourt, 2004, p. 335–336).

Conforme o professor introduz os jornais na sala de aula, o aluno começa a ter um apoio maior no processo de aprendizagem e interage com diferentes informações. A incorporação dos jornais nas aulas traz ao professor e ao aluno questionamentos de acontecimentos assim como fatos históricos que abrangem um ponto de vista. Além disso, são instrumentos de fácil acesso na atualidade, seja ele digital impresso ou presente nas redes sociais. O docente tem disponível uma ferramenta de leitura com conteúdo relevante para relacionar com o livro didático.

O jornal tem o papel de acompanhar o nosso dia a dia, trazendo diversas informações, atualizações e posicionamentos críticos, portanto é importante ressaltar que as versões dos jornais sobre os acontecimentos, principalmente de fatos históricos não podem ser consideradas repositórios da verdade, mas, sim, um ponto de vista daquele acontecimento ou fato. Do mesmo modo, é necessário lembrar que as notícias e textos jornalísticos estimulam a leitura bem como a curiosidade para se aprofundar sobre determinado tema.

O importante no uso de textos jornalísticos é considerar a notícia como um discurso que jamais é neutro ou imparcial. A veiculação das notícias e informações, com ou sem análise por parte dos jornalistas, precisa ser apreendida em sua ausência de imparcialidade, para se poder realizar uma crítica referente aos limites do texto e aos interesses de poder implícitos nele. (Bittencourt, 2004, p. 337).

Contudo, o uso correto do jornal como fonte na sala de aula pode desenvolver a autonomia dos alunos durante a leitura, no momento em que o professor faz o uso adequado da imprensa e o jornal serve para enriquecer os conteúdos escolares, o desempenho crítico, a comparação e o levantamento de questionamentos sobre determinado tema. Portanto, percebe-se que o periódico traz subsídios para enriquecer o debate. “O jornal é um instrumento de transformação da realidade e colabora para que a comunidade possa, pelo domínio da informação, garantir pleno exercício de sua cidadania” (Pavani, 2007, p. 15).

O historiador alemão Jorn Rusen, no artigo *Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão* (2006), promove uma discussão relevante sobre didática da História, com foco na análise e função do conhecimento. Destaca-se que o autor aborda a emergência de um novo estudo na área da História didática sobre as disciplinas que estudam em especial a vida pública, dialogando com a área da comunicação. Dessa forma, o autor contribui para a discussão ao sugerir que o uso de jornais incentiva um trabalho interdisciplinar, visando melhorias em outras disciplinas, como a Língua Portuguesa, e também contribui para o conhecimento social do aluno em relação ao mundo ao seu redor.

A autora do artigo *A Operação Midiográfica: Da Escritura do Evento na Cena Pública à Inscrição do Acontecimento no Tempo — A mídia, a memória e a História*, Sônia Meneses (2014), relata em tal estudo a importância política e social exercida pelos jornais, afirmando que há uma linha tênue entre a produção da narrativa jornalística e do texto historiográfico. Um dos seus questionamentos é saber de que forma eles atuam socialmente em eventos históricos.

Dessa forma, os jornais e a mídia em geral configuram o que a autora chama de *Operação Midiográfica*, o que será justamente a “escritura de eventos na cena pública e a inscrição memorável de acontecimentos na duração” (Meneses, 2014, p. 232). Na prática, isso ocorre com eventos históricos monumentais que ultrapassam o seu contexto temporal e, a partir desse momento, é preciso ter atenção aos discursos produzidos que resguardam interesses, visões de mundo e opiniões políticas. Portanto, o texto jornalístico sempre lança um olhar para o passado presente e futuro, e é preciso levar em consideração a sua produção e o contexto no qual foram escritas as suas matérias.

Diante dessas preocupações, reconhecemos que é preciso também uma metodologia adequada para trabalhar com os impressos na sala de aula. Segundo Circe Bittencourt (2004), ensinar História a partir das fontes e dos documentos é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento do pensamento histórico crítico e facilita a compreensão do conhecimento.

Apesar dos documentos serem criados sem a intenção de serem ferramentas didáticas, acabam sendo uma linguagem e um recurso didático.

Entre a literatura relacionada aos estudos sobre mídia, especialmente aquelas que focam na educação, tem-se alguns trabalhos que visam colaborar com o processo pedagógico a partir do uso de metodologias que utilizam a mídia dentro da escola, como é o caso da autora Maria Alice Faria (2002). Segundo a autora, os jornais são mediadores entre a escola e o mundo, sendo uma importante fonte para o ensino ele leva os alunos(as), a questionar o mesmo evento por meio de diferentes posições ideológicas frente ao mesmo fato. “Na formação geral do estudante, a leitura crítica do jornal aumenta sua cultura e desenvolve suas capacidades intelectuais” (Faria, 2002, p. 11).

No ensino de História, a relação com os jornais tem sido explorada principalmente no âmbito da história contemporânea, é comum ver editoriais em questões de provas de vestibulares e seleções. Para a análise dos periódicos, é importante a análise de conteúdo que objetiva refletir de que forma foi construído o texto, a sua autoria etc. Isso auxilia na problematização da fonte assim como não torna ela como repositório de fatos. Segundo Circe Bittencourt (2004), há uma tendência, de acordo com pesquisas, a se utilizar o jornal apenas para extrair dados quantitativos para pesquisas escolares. No entanto, não é feito uma análise crítica sobre a fonte da informação.

Por conseguinte, aos estudantes e professores que optem por utilizar as mídias como uma fonte e linguagem no ensino, é preciso estar atento às estratégias de leitura dos meios de comunicação, a análise de conteúdo e as organizações e grupos que formam essa mídia a partir de um viés ideológico, sejam eles jornais impressos, rádio ou televisão. No caso de utilizar o jornal para compreender determinado tema, principalmente em História, é preciso escolher preferencialmente jornais ou revistas produzidas por diferentes grupos, o que, contudo, pode promover debates críticos. Sendo assim, a mídia não se faz meramente ilustrativa, mas sim contribui com o desenvolvimento crítico e a leitura ativa.

2.1.1 O papel da imprensa no golpe civil-militar

A relação entre a imprensa e a política podem ser classificadas como uma relação de poder e influência. De acordo com Capelato (1988), os jornais buscam adeptos para causas específicas seja política, empresarial e entre outras. No ano de 1964, a grande imprensa¹⁹

¹⁹ Jornais e Revistas ligados a grandes grupos empresariais e comerciais e de grande circulação.

utilizou-se desse poder para promover a desestabilização do governo de João Goulart e consequentemente sua deposição.

Segundo Juremir Silva (2014), a imprensa cumpriu um papel crucial na preparação do golpe, se organizando em torno de uma operação que consistia em desqualificar as medidas de governo de João Goulart, principalmente em torno das reformas de base que foi uma das grandes mobilizações do governo de Jango.

Em 1964, o jornalismo brasileiro, numa fase mais amadora do que profissional, era composto por literatos, pseudofilosofos e artistas, quase todos convencidos da sua condição de “verdadeiros intelectuais” e com mais de um emprego para ganhar a vida, o jornalismo funcionando como um “bico” para dar visibilidade. Cabia-lhes definir o certo e o errado, influenciar a política e apontar o caminho da modernidade. (Silva, 2014, p. 11).

De acordo com a perspectiva delineada por Juremir Silva, em sua obra intitulada *1964: Golpe midiático- civil-militar* (2014), o autor faz uma análise sobre a ação da grande imprensa, na preparação e legitimação do golpe. Para ele, o golpe foi *mediático-civil-militar*, pois sem o empenho da imprensa não haveria legitimidade para a deposição do presidente. Sendo assim, o autor analisa o papel de grandes jornais, como Correio da Manhã (CM)²⁰, que primeiramente apoiou o golpe, mas depois fez oposição aos golpistas. Além disso, ele também analisou o posicionamento dos jornais Folha de São Paulo²¹, O Estado de São Paulo²², Jornal do Brasil (JB)²³ e O Globo.

Nessa mesma linha de pesquisa, Eduardo Chammas (2012), em sua tese de doutorado, analisou os perfis dos jornais Jornal do Brasil (JB) e o Correio da Manhã (CM). Em sua investigação, o JB era um jornal de perfil conservador, enquanto o CM caracterizava-se por seu perfil conservador e defensor da deposição de João Goulart, posteriormente passou a criticar a ditadura, porém não reviu o seu apoio ao golpe de Estado. “O CM apoiou o golpe, mas negava o regime militar, enquanto o JB aceitava o regime militar como resultado das condições políticas da época” (Chammas, 2012, p. 106).

²⁰ Inaugurado em 15 de junho de 1901, foi fundado por Edmundo Bittencourt, era um jornal matutino diário com sede na cidade do Rio de Janeiro.

²¹ Jornal com sede na cidade de São Paulo, foi fundado pelo jornalista Olival Costa e Pedro Cunha em 19 de fevereiro de 1921.

²² Fundado por Américo Melo, Manuel Sales e um grupo de fazendeiros, em 4 de janeiro de 1875 em São Paulo.

²³ Com sede na cidade do Rio de Janeiro, foi inaugurado em 1891 pelo jornalista Rodolfo Epifânio de S. Dantas.

A autora Maria Helena Capelato também pesquisou a imprensa no período de 1964, em seu livro *Imprensa e História do Brasil* (1988). De acordo com a autora, a imprensa marcou presença “na luta pela “família, Deus e liberdade” (Capelato, 1988, p. 53). Nessa obra em específico, ela relata sobre o posicionamento do jornal O Estado de São Paulo e O Globo. “Para O Estado de S. Paulo a vitória significava o triunfo da democracia brasileira sobre a ditadura (editorial, 1/4/1964)” (Capelato, 1988, p. 53).

Em um artigo publicado, com o título, *História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo* (2014), Capelato (2014) discorre sobre a posição dos jornais cariocas e paulistas, em relação aos jornais cariocas, representados pelo Correio da Manhã, Jornal do Brasil e O Globo, e os jornais paulistanos representados pelo Estado de São Paulo e a Folha de S. Paulo. Ela buscou nessa comparação além de discutir as semelhantes posições dos jornais que faziam parte da grande imprensa, demonstrar os mecanismos que foram utilizados quando ocorreu as mudanças de posicionamentos desses jornais à medida que a censura do regime ditatorial ia se ampliando.

A partir dos primeiros Atos Institucionais, que sinalizavam o endurecimento do regime, as posições dos jornais foram se diferenciando: OESP e o Correio da Manhã tornaram-se opositores logo após a decretação do AI-2 e sofreram as consequências dessa mudança de posição; o JB apoiou o regime até a decretação do AI-5, quando passou a ser perseguido como os outros dois jornais; a FSP, como só se posicionou contra o governo militar na fase final do regime, foi menos visada. Já O Globo demonstrou apoio irrestrito aos governos militares durante todo o período, razão pelo qual foi amplamente beneficiado pelos órgãos de poder. (Capelato, 2014, p. 315).

As críticas às medidas do governo de Goulart eram constantes, o discurso do anticomunismo se intensificou após o anúncio das medidas sociais do governo. Diante disso, o presidente era considerado pela oposição inimigo número um do país. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2002), as explicações para esse cenário são de natureza interna e externa. Primeiramente, com a eclosão da Revolução Cubana e a ascensão de Fidel Castro, produziu-se um alerta para os movimentos anticomunistas, temerosos por uma revolução do clima revolucionário no Brasil. Em seguida, tem-se o contexto de Guerra Fria, com a América Latina sendo tomada como campo de batalha, levando os Estados Unidos a intensificar suas atividades na região com propagandas e vigilância.

As influências externas e internas contribuíram para o aumento das representações anticomunistas presentes na imprensa do período estudado.

Percebe-se, portanto, que no contexto do golpe de 1964, mobilizou-se um conjunto de imagens acerca do comunismo, a partir de elementos do imaginário anticomunista elaborado e reelaborado ao longo do século XX. No caso da década de 1960, essas representações anticomunistas foram mobilizadas por meio da militância política, atraindo setores de classe média para organizações de diferentes naturezas, cujo objetivo passava por neutralizar as atividades políticas consideradas subversivas e destruir as organizações comunistas. (Siva, 2021, p. 4).

A historiadora Beatriz Kushnir, em discussão apresentada no artigo *Pelo viés da colaboração: a imprensa no pós-1964 sob outro prisma* (2007), relata as relações de poder entre a imprensa e o Estado autoritário após o golpe de 1964. Afirma que no contexto de 1964 a imprensa desempenhou um papel fundamental, contribuindo para a polarização da sociedade e legitimação do golpe. Após a ruptura, grande parcela da imprensa continuou colaborando com as ações dos militares. Essas relações de poder influenciavam em como os acontecimentos políticos eram interpretados na imprensa, como foi o caso d'O Globo (Kushnir, 2007).

Uma das medidas de grandes jornais na articulação do golpe e, com o objetivo de fazer frente as medidas do governo de Goulart, foi a “Rede da Democracia”. Tratava-se de uma articulação entre os jornais O Globo, Jornal do Brasil e O Jornal, que tinha o objetivo de desestabilizar o governo por meio de publicações negativas e prejudiciais à imagem de Goulart.

Segundo o historiador Marcos Napolitano (2014), em 1963, os grandes jornais articularam-se na “Rede da Democracia”, que consistia em uma articulação para conspirarem contra o governo de Jango, e tinha como principal porta-voz a imprensa. “Tradicionalmente ligada à linha liberal-conservadora, a grande imprensa brasileira consolidou a leitura de que o país caminhava para o comunismo e a subversão começava no coração do poder, ou seja, a própria Presidência da República.” (Napolitano, 2014, p. 6).

De acordo com a sua perspectiva, a imprensa liberal e conservadora teria preparado o terreno para o golpe de 1964. Entretanto, o autor faz algumas ressalvas em relação à opinião pública do período que não refletia a opinião da maioria, pois em março de 1964 o presidente João Goulart tinha uma aceitação popular de 45% e era a intenção de voto de 49%. Nesse cenário, o discurso alardeado pela grande imprensa, de um possível golpe por parte de Goulart, serviu para encobrir os reais interesses de parcela da classe média, grandes empresários e políticos de direita.

As classes médias bombardeadas pelos discursos anticomunistas da imprensa e de várias entidades civis e religiosas reacionárias acreditaram piamente que Moscou tramava para conquistar o Brasil, ameaçando a civilização cristã, as hierarquias “naturais” da sociedade e a liberdade individual (Napolitano, 2014, p. 14).

Em visão semelhante à da Capelato, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, no artigo *A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969* (2013), buscou investigar a perspectiva dos jornais Rio-São Paulo. Dessa maneira, ele buscou analisar jornais de grande circulação como O Estado de S. Paulo, Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo e a Última Hora. Em sua análise, “Todos os jornais da grande imprensa professavam valores democráticos e liberais, que eram apresentados como fontes originadoras do regime de 1964” (Motta, 2013, p. 85). Com exceção ao Última Hora, que além de não apoiar os discursos golpistas ofereceu resistência ao regime ditatorial, a grande imprensa - em sua maioria, de acordo com a historiografia, colaborou para pôr em prática a desestabilização do governo de João Goulart. Alguns jornais, como foi o caso do O Globo, alguns foram financiados por institutos como o IPES e o IBAD.

Em março de 1964, conforme João Goulart promovia comícios para falar sobre suas propostas de governo, os jornais intensificaram suas publicações contrárias aos discursos que acusavam o presidente de “subversivo”. No momento em que as tropas militares se deslocaram para o Rio de Janeiro, alguns jornais comemoraram afirmando que os militares estavam reestabelecendo o comando do país. O jornal O Globo foi um dos veículos de imprensa que se beneficiou com o apoio ao golpe, pois expandiu os seus negócios e hoje é uma das emissoras com mais audiência no Brasil. Apesar do massivo apoio dos jornais ao golpe, houve também uma imprensa que fez frente aos ataques que Goulart vinha sofrendo. O jornal Última Hora foi um dos periódicos que apoiou João Goulart desde o início do seu mandato, em suas publicações era comum visualizar críticas à imprensa conservadora e encontrar editoriais em defesa da democracia e da legitimidade do presidente.

Nesse cenário, observamos que, de acordo com a historiografia do golpe e da imprensa, foi desempenhado um esforço para minar o governo de Goulart. Entretanto, apesar dos esforços da grande imprensa, os comícios e a popularidade das reformas de base continuaram em alta. Além disso, os jornais reforçavam em seus discursos, os posicionamentos das políticas conservadoras legitimando e representando a voz de uma determinada classe social. Por fim, após essa breve recapitulação sobre o papel da imprensa no golpe de 1964, passamos ao próximo tópico para analisar as representações construídas no Jornal O Globo e Última Hora durante os anos de 1961-1964.

2.2 O GLOBO

O jornal *O Globo*, lançado em junho de 1925, foi fundado por Irineu Marinho e outros jornalistas que faziam parte de um jornal chamado *A noite*. Após o falecimento de Irineu Marinho no mesmo ano de sua criação, o jornal passou para a direção de Euricles de Matos, que após o seu falecimento, em 1931, a direção passou a ser comandada por Roberto Marinho, filho de Irineu Marinho.

Em suas primeiras edições, o jornal preocupou-se em manter os interesses da população em suas páginas. Sendo assim, era possível encontrar notícias sobre o funcionalismo público e críticas à situação urbana da cidade. As “entidades que exploravam os serviços públicos viviam sob a mira fiscalizadora de O Globo”²⁴.

Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro (2000), o jornal seguiu uma linha ideológica conservadora desde a sua fundação. Após a Segunda Guerra Mundial, o jornal cedeu a pressões políticas e apoiou a UDN em 1945 com a candidatura de Eduardo Gomes à presidência. Na década de 1950, *O Globo* era o maior vespertino em circulação no Rio de Janeiro, com cerca de 100 mil exemplares, e com a expansão do grupo Globo que contava com uma Rádio lançada em 1945.

O Globo se gabava de ter uma equipe de 210 profissionais (5 diretores, 8 copy desks, 9 comentaristas, 2 redatores auxiliares, 10 noticiaristas, 13 repórteres, 8 repórteres-auxiliares, 16 colaboradores, 17 auxiliares de reportagem, 3 desenhistas, 9 fotógrafos, 10 revisores, 2 arquivistas, 7 correspondentes no exterior e 91 correspondentes no Brasil). (Ribeiro, 2000, p. 93).

Em seus posicionamentos políticos, o jornal não se posicionava contra o capital estrangeiro. Além disso, para eles era benéfico o não posicionamento tendo em vista que ajudaria no crescimento do país. Com seu posicionamento marcadamente anticomunista, no período do governo Vargas apoiou as perseguições contra os militantes (Ribeiro, 2000). No segundo governo Vargas, o jornal acirrou a sua campanha contra as medidas do governo, assim como a Lei de remessa de lucros que limitava a remessa de empresas estrangeiras a 10%. Notoriamente contra o trabalhismo de Vargas, *O Globo* fez campanha contra o aumento do salário-mínimo:

²⁴ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GLOBO%2C%20O.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2023.

À medida que se intensificava a crise política do governo Vargas, O Globo acirrava a oposição ao presidente encampando a tese do impeachment proposta pela UDN e participando da intensa campanha que a imprensa movia contra o jornal situacionista Última Hora, de Samuel Wainer. Segundo Ricardo Marinho, O Globo justificava sua atitude contra um governo eleito constitucionalmente em função dos “desmandos” que este cometera²⁵.

Durante o governo de JK, o jornal manteve uma oposição discreta, apoiou a sucessão de Jânio Quadros, mas era contrário a algumas atitudes do ex-presidente durante o seu governo, como a condecoração de Che Guevara, a notícia da renúncia de Jânio também tomou as páginas do periódico que foi contra a posse do vice João Goulart, e a favor do parlamentarismo. “Durante o governo João Goulart, O Globo permaneceu na oposição, defendendo os interesses do capital estrangeiro e atacando as reformas de base propostas pelo presidente.”²⁶

A partir de 1961, conspirou em conjunto com o IPES na divulgação de notícias sem fontes e reproduzidas como fatos. De acordo com René Dreifuss (1981), uma dessas notícias, que afirmava que a União Soviética instalaria um Gabinete Comunista no Brasil, teve grande alcance e impacto. Ressaltamos aqui a relação d’*O Globo* com o complexo IPES/IBAD e sua participação na articulação do golpe de 1964, uma vez que, de acordo com René Dreifuss (1981), Roberto Marinho era um dos acionistas do IPES. Como já foi discutido acima, o principal objetivo desse complexo foi desestabilizar o governo de João Goulart. Entendemos que o jornal O Globo foi importante chave de atuação na condução de campanhas a partir dos jornais e das rádios, que tinha como objetivo difundir a ideologia conservadora e liberal.

Em 1964, houve o golpe de Estado que, na visão do periódico, era uma revolução com o objetivo de afastar o fantasma comunista. Sendo assim, o jornal apoiou o golpe e a instauração da ditadura e, em seus editoriais nesse período, é possível ver o aumento de críticas à oposição, que foi acusada de não ajudar na “revolução” assim como constantemente foram acusados de comunistas. Durante os anos de 1970, o jornal teve um grande investimento em tecnologia e passou a ser um dos maiores jornais do mercado no Rio de Janeiro. “Em 1978, foram instaladas impressoras *offset* e, em 1985, as máquinas de escrever foram substituídas por computadores. Em 1995, o jornal passou por uma reforma gráfica, conduzida pelo escritório de Milton Gleiser e Walter Bernard, em Nova York” (Ribeiro, 2000, p. 95). No período ditatorial, o jornal passou por uma grande modernização, se consolidando como uma das maiores emissoras do país.

²⁵ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GLOBO,%20O.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2023.

²⁶ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GLOBO,%20O.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2023.

2.3 ÚLTIMA HORA

A partir de 1950, o país viveu anos de efervescência política nos quais os jornais se tornaram palco principal da polarização política. O contexto de criação do jornal envolve a carreira política de Getúlio Vargas, pois na campanha política de 1950 a sua figura política foi bastante combatida pela grande imprensa do país. O jornal *Última Hora* (UH) surgiu em 1951 fundado pelo jornalista Samuel Wainer, que era funcionário dos *Diários Associados* (DA). Entretanto, após conceder uma entrevista a Samuel Wainer, a candidatura de Vargas começou a ganhar espaço no DA:

Na reportagem publicada no dia 03 de março, com grande destaque em O Jornal, a fala de Vargas não apontava para uma volta imediata (como colocada no livro de memórias do jornalista), sendo que ele se declarava um líder de massas e que agiria como tal (O Jornal, “O DEBATE DA SUCESSÃO PRESIDENCIAL NÃO PODERÁ SER MAIS CONTIDO”, 03/03/1949). Ainda assim, o efeito da publicação da entrevista foi bastante importante, uma vez que, embora muito se especulasse sobre a postura do ex-presidente e suas possíveis movimentações em relação à candidatura, não havia nada ainda documentado sobre o assunto (Fidelis, 2018, p. 277).

Posteriormente após o grande alcance da entrevista concedida a Wainer, a candidatura de Vargas começou a ganhar apoio e passou também a ser alvo de intensas críticas de jornais que eram contrários à sua política, sendo um desses jornais o *O Globo*. Depois, Samuel Wainer passou a acompanhar de perto os passos de Vargas, e o funcionário DA passou a ser um dos principais correspondentes da sua campanha, entretanto, o proprietário do DA Assis Chateaubriand foi também contrário à candidatura de Vargas, uma vez que ele apoiava candidatos da oposição. O DA passou a ser um apoiador e crítico ao mesmo tempo da campanha de Vargas.

Assim, nas edições de sua empresa, era possível ler reportagens dando detalhes da campanha do ex-presidente com uma perspectiva bastante positiva de seus possíveis resultados e, ao mesmo tempo, ler um editorial extremamente crítico em relação a Vargas ou à sua movimentação política. (Fidelis, 2018, p. 278).

Quando Getúlio venceu as eleições de 1950, contrariando a oposição, os grandes jornais continuaram criticando a sua movimentação. Foi então que Vargas propôs a Wainer a criação de um jornal que acompanhasse as ações do governo. Em 12 de junho de 1951, o *Última Hora* nasceu com a proposta de defender os posicionamentos do governo.

A Última Hora tinha a missão, segundo Wainer, de romper com a frieza que a imprensa em geral estava cobrindo os assuntos relacionados à Vargas. O pensamento era que se outro jornal comesse a constantemente estampar "furos de reportagem" em suas páginas, então, o restante da imprensa se veria obrigada a dar atenção ao que acontecia com o presidente. (Carvalho, 2014, p. 41).

De início, se tratava de um jornal vespertino que seguia a tendência nacionalista com uma ligação direta com Vargas. Segundo Ribeiro (2000), o jornal foi destaque entre os jornais cariocas da década de 1950 por conta das suas inovações e avanços. Citando algumas, tinha-se a diagramação, o uso da cor e da fotografia. A renovação nas fotografias permitiu uma qualidade maior na estética da UH. "A valorização da fotografia levou à valorização do repórter fotográfico, profissional até então praticamente desconhecido do público. O laboratório fotográfico de UH era extremamente bem equipado para os padrões da época" (Ribeiro, 2000, p. 125).

Com a valorização de profissionais da imprensa e as inovações em sua estrutura, a UH passou a ser concorrência de jornais como o *O Globo*, assim como alvo de políticos que faziam oposição ao nacionalismo e trabalhismo. Em suas páginas eram apresentadas pautas que defendiam a regulamentação do capital privado pelo Estado, atendia também os anseios dos trabalhadores e da população em geral. "É importante salientar que a publicação, ao se colocar como defensora de valores que eram caros ao governo Vargas (e não defensor do político em si), buscava independência de ação, mas sem negar sua perspectiva política" (Fidelis, 2018, p. 291).

Samuel Wainer e a UH ganharam cada vez mais notoriedade e isso chamou a atenção dos grandes nomes da imprensa. Segundo Ribeiro (2000), Wainer não era herdeiro e não tinha nenhum laço com família rica, era apenas um imigrante de família pobre. Tendo em vista, a sua pouca influência no mundo dos "barões da imprensa" devido às suas origens, a UH foi alvo de denúncias articuladas nas rádios e na TV, comandadas por Carlos Lacerda²⁷, Chateaubriand e o grupo Globo de Roberto Marinho. "Depois de algumas reportagens denunciarem que a Última Hora recebera empréstimos milionários dos cofres públicos, o próprio Samuel Wainer sugeriu a implantação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito" (Carvalho, 2014, p. 44).

Implantada em 27 de março de 1953, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) investigou as quatro empresas pertencentes ao grupo Wainer²⁸. Com a duração de 90 dias

²⁷ Carlos Lacerda foi um político e jornalista brasileiro, membro da União Democrática Nacional (UDN), governador do Estado da Guanabara e fundador do jornal Tribuna da Imprensa.

²⁸ A Cia Paulista Editora de Jornais S.A., a Rádio Clube do Brasil, a Érica Editora de Revistas e Publicações S.A. e a Empresa Editora Última Hora S.A.

juntamente com 44 reuniões e 27 testemunhas, as acusações mais incisivas vieram de Carlos Lacerda, que levantou acusações que iam desde a tentativa de eliminação da liberdade de imprensa até a acusação de que Wainer não poderia ser proprietário do jornal tendo em vista que ele não era descendente de brasileiros (Ribeiro, 2000).

Com o processo de falsificação ideológica, Wainer deixa a frente da UH, “Passando a figurar apenas como seu fundador. Danton Coelho, deputado petebista e ex-ministro do trabalho, assumiu oficialmente a direção do vespertino” (Ribeiro, 2000, p. 133). Nesse contexto, a UH entra em um momento de crise. Após a condenação do seu fundador, o jornal demitiu parcela de seus jornalistas, tendo seu equipamento confiscado para pagar as dívidas. Nos anos finais da década de 1950, o jornal lança a sua versão matutina circulando todos os dias exceto aos domingos e passou por uma nova reorganização:

Além dos tablóides diários, UH possuía (em 1959) outros quatro cadernos semanais: o "Tablóide Turfe", "Tablóide Show", "Tablóide Esportivo" e "Tablóide Imobiliário". Em 1960, foram lançadas as edições regionais, primeiro no Estado do Rio e em Minas. Em 1962, já eram onze edições em 7 estados, o que levou a empresa a organizar o serviço de Copyright da Rede Nacional, uma espécie de agência de notícias. O esquema adotado - inspirado na Agência Meridional dos Diários Associados - incluía nos seus serviços outras empresas jornalísticas que não pertenciam à UH. Organizou-se, assim, uma rede de jornais, com o mesmo título e com unidade editorial: a Rede Nacional de Última Hora. Em toda a história da imprensa brasileira, foi o único grupo que publicou edições de um mesmo jornal em vários estados, constituindo uma cadeia homogênea, tanto em termos de mensagem como de organização. (Ribeiro, 2000, p. 137).

Conforme Ribeiro (2000), a UH conseguiu se manter com um jornalismo de destaque e como um jornal de caráter político e empresarial, com grande circulação até o ano de 1964, e com outras franquias nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco. No ano de 1964, o jornal tinha um bom relacionamento com o governo de João Goulart e era contrário aos ideais conservadores. Entretanto, após o golpe de Estado, Wainer se exilou e, com a censura da ditadura civil-militar, o jornal perdeu sua força política. Com a sua péssima condição financeira, teve que ser vendido em 1972 para Maurício Nunes de Alencar que comandava o grupo Metropolitana, responsável pelo Correio da Manhã. Após outra venda, o jornal passou a ser produzido pela Arca Editora e continuou mais nove anos em atividade.

Conforme demonstrado em análise acima, o jornal Última Hora foi um periódico que foi alvo de alguns políticos conservadores e igualmente um jornal que cresceu assim como foi palco de lutas políticas. Sendo assim, pretende-se nos próximos tópicos reconstruir essas lutas no período de 1961 a 1964. Assim, pretendemos investigar essas disputas identificando nos

discursos dos editoriais da Última Hora e as interações entre pessoas e grupos no sentido de analisar as representações. Nesse cenário, o recorte de 1961 a 1964 justifica-se por ser necessário compreender o que estava acontecendo no Brasil nos anos anteriores ao golpe. Nesse contexto, interpretaremos os discursos sobre a renúncia de Jânio Quadros, a volta de João Goulart para o Brasil, o parlamentarismo, a reação do jornal em relação ao anticomunismo do período, o plebiscito e presidencialismo, a campanha das reformas e o golpe de 1964.

2.4 A ELEIÇÃO E RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS

Em 1960 ocorreram as eleições presidenciais que elegeu o sucessor de Juscelino Kubitschek do Partido Social Democrático (PSD). De um lado, tinha-se o candidato Marechal Lott (PSD), que foi apoiado por JK; do mesmo lado, tinha-se João Goulart do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) concorrendo à vaga para vice-presidente. Na oposição, havia Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), e na mesma chapa o vice, Milton Campos da União Democrática Nacional (UDN). Uma outra chapa foi formada por Ademar de Barros do Partido Socialista Popular (PSP), com apoio do vice Fernando Ferrari (PTB).

Durante a campanha, surgiu a chapa eleitoral Jan-Jan, apoiando as candidaturas de Jânio e João Goulart. Naquele período, a constituição permitia que o vice fosse votado individualmente. “Jânio Quadros, nas eleições de 1960, obteve mais de 5,6 milhões de votos, depois de ter mobilizado o país em torno do tema do combate à corrupção, usando o símbolo da vassoura, que “varreria” a corrupção do país” (Fico, 2014, p. 14).

O resultado das eleições de 1960 repercutiram nos jornais. N’O Globo, nas vésperas da diplomação de Jânio e Goulart, o jornal demonstrou otimismo com a vitória de Jânio. Na edição do dia 30 de janeiro, foi dedicada uma página inteira para falar das expectativas para o governo. Em uma entrevista com o governador Juraci Magalhães, com o título “O êxito de Jânio será a vitória do povo” (O êxito[...], 1961, p. 3), o governador afirmou para o Globo que o governo da Bahia apoiava Jânio e que as disputas partidárias e aspirações pessoais deveriam ceder lugar as propostas de Jânio em prol do povo. Nos editoriais e entrevistas, a diagramação do jornal buscou aproximar o leitor dos feitos de Jânio Quadros e do longo trabalho que viria com o novo governo. “Esses exemplos confirmam a importância da diagramação [...] na feitura da manchete os vocábulos são escolhidos cuidadosamente para deles se extrair o máximo efeito” (Capelato, 1988, p. 17).

Já na Última Hora, em 31 de janeiro de 1961, o resultado das eleições foi anunciado e estampado na capa: “Dupla Jan-Jan no poder (Já) Diplomada)” (Dupla Jan-jan [...], 1961, p.

01), com uma foto da última reunião do ministério do ex-presidente JK. Ao lado esquerdo do título, teve-se um quadro com a seguinte comparação: “Governo que entra” e “Governo que sai” (Governo [...], 1961, p. 01).

Sobre o governo que entra fazendo uma referência a Jânio, teve-se uma fotografia da chegada do presidente à cidade de Brasília, com um pequeno texto que faz menção a sua idade, destacando que é o mais jovem presidente eleito após as normas democráticas. Além disso, destacou-se que ele deixou ser fotografado pela imprensa. Acerca do “Governo que sai” fazendo referência à saída de JK, apareceu uma foto do ex-presidente sendo cumprimentado por Dom Armando Lombardi e, abaixo, a sua declaração à imprensa afirmando que não abandonaria a luta.

Na mesma edição na coluna “Jornais e Problemas”, na página 4, que foi dedicada a dar destaque a posse, a UH comentou sobre o título dado pelo jornal O Globo sobre a posse de Jânio “O bom começo de Jânio”, o jornal destaca “Bom começo” entre aspas e critica a chamada do O Globo, pois, segundo eles, não seria possível classificar como bom um governo que ainda não começou:

Nessa véspera de posse de um novo governo, há um problema que o “Globo” considera vital, que lhe prende as atenções e lhe inspira elogios calorosos. E o fato de que a posse em Brasília se anuncia como coisa austera. A isto chama o jornal “Bom começo”, embora o governo, a rigor, ainda não tenha começado. (O Bom começo [...], 1961, p. 04).

A coluna finalizou seu texto comentando que o jornal tentou fazer uma cortina de fumaça sobre a possível festa da posse com elogios a escolha do novo ministério e comentou: “O globo sempre inconfundível” (O Bom começo [...], 1961, p. 04). Em relação à figura de Jânio Quadros, nas edições anteriores a sua posse, o jornal Última Hora não deu muitos destaques a Jânio, porém era de certa forma recorrente em janeiro de 1961 algumas críticas a sua possível conduta de governo. Nesse cenário, durante os sete meses do governo de Jânio o jornal UH manteve oposição ao seu governo.

As últimas eleições daquela década foram marcadas pela renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. Enquanto o vice-presidente João Goulart estava chefiando uma delegação na China, o presidente renunciou ao cargo no Brasil. “O gesto do presidente pegou a todos de surpresa e nunca foi bem explicado. Aparentemente, Jânio tinha planos de causar comoção nacional que exigisse seu retorno, o que o fortaleceria e lhe daria maiores poderes” (Fico, 2014, p. 15).

A renúncia de Jânio ainda é alvo de muitos debates historiográficos. Durante os sete meses de governo, o presidente assumiu uma política que priorizou a resolução de problemas econômicos, as relações internacionais, e adotou uma administração considerada conservadora. Segundo os historiadores, Jorge Ferreira e Angela Gomes (2014), sobre o governo de Jânio, afirmam que:

Logo após sua posse, Jânio criou as chamadas comissões de sindicância, que tinham ordens expressas para realizar devassas em órgãos públicos em nome do presidente da República. Alguns dos primeiros órgãos investigados foram a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e a Comissão Federal de Abastecimentos e Preços. Mas era sabido que dezenas de outras comissões do mesmo tipo estavam previstas. Tais comissões, como se pode imaginar, descobriram delitos contábeis, superfaturamentos, licitações fraudulentas, favoritismos etc. Nesses casos, em geral, encontravam-se envolvidos deputados federais e/ou senadores de diversos partidos políticos. A questão, vale lembrar, não era basicamente o que se fazia: buscar sanear as finanças públicas, moralizar a política. A questão era como se fazia: incriminando, de maneira sensacionalista, os representantes do Legislativo e capitalizando os resultados para o fortalecimento do Executivo. Ou seja, Jânio batia de frente com o Congresso, no qual não tinha maioria (Ferreira; Gomes, 2014, p. 27).

Além disso, a política externa adotada por Jânio revelou-se contraditória com as ideologias dos partidos que o apoiavam como foi o caso da União Democrática Nacional. Com a perda de apoio no Congresso, e com uma política externa que mantinha relações com países comunistas, sua legitimidade política encontrava-se em declínio. A renúncia de Jânio gerou uma crise política no país. Após a sua renúncia, o deputado Pascoal Ranieri Mazzilli assumiu a presidência. As Forças Armadas logo reagiram a renúncia, declarando que não aceitariam que João Goulart assumisse.

Após a renúncia de Jânio Quadros, o jornal O Globo, na edição do dia 28 de agosto de 1961, deu destaque em sua capa a uma entrevista com o Marechal Odylio Denis, cujo título foi “Chegou a hora de escolher democracia ou comunismo”. Mais abaixo, na página do jornal, tinha-se o seguinte depoimento: “Nada tenho contra a pessoa do Sr. João Goulart, mas apenas contra a forma de governo que ele representa” (Chegou [...], 1961, p. 1). O Marechal Denis foi um dos ministros militares que ofereceram dura resistência à posse de Goulart.

Na página seis dessa mesma edição, o Globo publicou uma série de entrevistas comentando sobre a renúncia. Na entrevista com o governador Luiz Cavalcante, com o título “Jânio renunciou ao que não lhe pertencia”, foi comentado que Jânio renunciou aos milhões de eleitores que o escolheram nas urnas e aos que lhe apoiavam:

Foi o presidente eleito por maior número de votos e que contou com as maiores preferências populares por isso mesmo era o que melhores condições tinham para resistir às pressões, quaisquer que fossem as origens das forças que a ele se eu punha, grandes ou pequenas internas ou externas. Louvo a bem verdade, a coragem e o desprendimento da sua renúncia, embora preferisse louvá-lo e ajuda-lo se fosse o caso, no bom combate à corrupção, e aos inimigos da Pátria na defesa da soberania (Jânio [...], 1961, p. 6).

Em relação ao anúncio de Jânio e a sua renúncia, consideramos que o Globo apostou alto na gestão do presidente, e apresentou um otimismo com o governo, entretanto, após a sua renúncia, percebe-se a mudança de estratégia em relação a imagem do então ex-presidente. Enquanto no jornal Última Hora Jânio Quadros foi constantemente alvo de críticas do periódico, na edição do dia 26 de agosto, um dia após a sua renúncia ao cargo, a UH estampou em sua capa “País em ordem: salvo o regime democrático!” (País [...], 1961, p. 1). Segundo Carlos Fico (2014), a incerteza da posse de Goulart introduziu o país em uma agitação política.

Na capa, o jornal traz em um apelo aos seus leitores a escrita “Respeito à Lei”, em seguida ao título, o texto pedia para que os leitores e brasileiros em geral defendam o regime democrático e fujam de provocações (Respeito [...], 1961, p. 1). Na página dois, com o título em destaque “Jânio em Cumbica: Misterioso e Inabalável”, fez referência ao aeroporto militar de Cumbica em São Paulo. Em tal texto, o editorial traz o seguinte trecho: “Enquanto o Sr, Jânio Quadros permanece misteriosamente isolado no Aeroporto Militar de Cumbica, em São Paulo, sua família e seu secretário particular, recusando sistematicamente todos os apelos para que reconsidere sua renúncia continuam chegando de toda parte apelos nesse sentido” (Jânio em [...], 1961, p. 02).

Em um editorial específico para cobrir os acontecimentos e as falas dos deputados na sessão noturna do dia 25 de agosto na Câmara, um trecho de uma fala do Sr Aurélio Viana ganhou destaque: “Jânio foi deposto por sua política Externa” (Jânio foi [...], 1961, p. 4). Segundo o Sr Aurélio, Jânio foi deposto por conta da sua política externa e que as mesmas forças que o derrubaram tentarão impedir a posse de João Goulart. As forças as quais o deputado se referia travavam-se dos partidos de direita e que na Câmara faziam oposição à posse de Jango.

Na coluna “Jornais e Problemas”, assinada por Octavio Malta, foram abordados alguns pontos importantes da saída de JQ. Primeiramente, ele analisa a renúncia. Segundo sua visão: “Dizer a verdade da maneira mais simples, mais singela: com a sua renúncia, tudo pode acontecer ao Brasil, se os chefes das Forças Armadas e os líderes dos Partidos Políticos não

tiveram juízo. Não há salvação, nesta hora, fora da Constituição” (Jornais [...], 1961, p. 04).

Sobre a reação:

Aparentemente, a Constituição não foi ferida com a renúncia do Feiticeiro. Mas, de fato, a Constituição é a maior vítima do golpe branco que determinou tal renúncia. Jânio foi esmagado pelas forças reacionárias [...] As forças da reação armaram o seu dispositivo, desde o instante em que Jânio fez a categórica afirmação de autodeterminação do Brasil em assuntos externos. (Jornais [...], 1961, p. 04).

Na mesma coluna, Octavio Malta comenta sobre a possível tentativa de golpe:

Examinemos. No momento de sua renúncia, tinha o feiticeiro o apoio de todos os governadores legalmente eleitos, exceto de um: daquele que se transformara no agente provocador ostensivo das forças de que fala a carta de Jânio. Tinha, para a sua política externa, o apoio compacto da maioria da representação política externa, o apoio compacto da maioria da representação política no Congresso. Tinha o apoio espontâneo dos meios estudantis, dos intelectuais mais categorizados, das camadas populares e das massas trabalhadoras, através de seus sindicatos. Em face deste apoio tão amplo e tão profundo, há dois dias afirmei que ele governava com uma “consciência nacional completa”. De repente, porém, um instrumento de agressão surge, desligado daquelas forças, e fere a dignidade presidencial, mancha-lhe a confiança perante o país, diminui-lhe a autoridade em face do mundo... e o homem eleito por uma maioria espetacular cai sem defesa! É deplorável! A renúncia de Jânio, portanto, não serve à democracia e fere a Constituição, por ser nitidamente um golpe branco” (Jornais [...], 1961, p. 04).

Ao refletir os discursos vinculados pelo Última Hora e O Globo, relacionados à eleição e renúncia de Jânio, podemos considerar que os jornais à luz do conceito de representação veicularam discursos que foram produzidos com base na intencionalidade de fazer o jogo político, ou seja, seguir a sua ideologia. Em relação à Última Hora, foi feita uma oposição a Jânio assim como foi oferecida resistência ao aceitar o parlamentarismo que estava por vir, pois seria prejudicial ao governo de João Goulart. Sendo assim, durante o ano de 1961 o jornal Última Hora seguiu uma linha política trabalhista da qual o jornal faz parte. Nesse cenário, as práticas criadas fizeram parte dos grupos ao qual o jornal é veiculado. Segundo a autora Sandra Pesavento (1995), na visão do sociólogo Bordieu, as representações estão ligadas às estratégias de poder, interesse e manipulação. “Como afirma Bordieu, as representações mentais envolvem atos de apreciação [...] as representações objetais expressas em coisas ou atos, são produto de estratégias de interesse e manipulação” (Pesavento, 1995, p. 15).

As representações são construídas nos discursos a partir do olhar de quem planeja o jornal. Sendo assim, no jornal O Globo a imagem de Jânio, que no período da sua eleição era positiva, durante os sete meses de governo foi sendo estremecida conforme as atitudes das políticas externas do governo iam sendo tomadas: o anúncio da renúncia, apesar de ser

frustrante, abre margem para o jornal se posicionar incisivamente contra o possível comunismo que Goulart representaria ao assumir. As disputas entre as figuras políticas são constantes durante a década de 1960.

2.5 A POSSE DE JOÃO GOULART, O PARLAMENTARISMO E O RETORNO AO PRESIDENCIALISMO

Após a renúncia do presidente Jânio Quadros, o sistema presidencialista enfrentou uma série de desafios e instaurou-se no Brasil um período de instabilidade política. Para superar os impasses gerados pela renúncia, foi adotado o sistema parlamentarista, no qual João Goulart assumiu a presidência, mas teve seus poderes substancialmente reduzidos. Nesse cenário, o jornal *Última Hora* demonstrou apoio contínuo à posse de Jango como presidente. Consequentemente, os seus editoriais, entrevistas e colunas enfatizaram a importância do sistema presidencialista e o respeito a Constituição que estava em vigência.

Na página três da edição do dia 30 de agosto de 1961, teve-se uma matéria com o título: “JK: Parlamentarismo agora viria ferir direito certo do presidente Goulart” e se tratou de uma entrevista feita com o ex-presidente que se encontrava com o Ministro de Guerra para discutir sobre a crise política que vivenciava o país. Ao ser questionado sobre o ter sido convidado para ser Primeiro-Ministro, ele respondeu que era contra o parlamentarismo: “Sou contra qualquer emenda parlamentarista no momento, principalmente tendo como objetivo ferir os direitos constitucionais assegurados ao Vice-Presidente João Goulart” (JK [...], 1961, p. 3). Apesar das campanhas a favor da posse de João Goulart, o parlamentarismo foi estabelecido:

Goulart pôde tomar posse e o fez, simbolicamente, em 7 de setembro de 1961, dia da Independência. Em seu discurso, afirmou sua disposição para o diálogo, fez referência indireta à Rede da Legalidade e à adoção do sistema parlamentarista, mas advertiu que a emenda estabelecia a realização de um plebiscito para decidir, em última instância, sobre a manutenção do sistema parlamentarista ou ao retorno do presidencialismo. (Fico, 2014, p. 21).

Em relação ao *O Globo*, em suas páginas durante o período em que Jânio Quadros renunciou, o jornal se posicionou a favor do sistema parlamentarista até o final do mandato de João Goulart. Sendo assim, na edição do dia 9 de setembro o jornal se posicionou em relação ao plebiscito previsto na medida parlamentarista, com o título: “A bandeira da paz” (A bandeira [...], 1961, p. 1). O editorial criticava a emenda do plebiscito. Assim, na visão do *Globo*, já que

o plebiscito já estava estabelecido pela emenda, era o momento de aceitar o parlamentarismo e se caso não desse certo retornar com o sistema presidencialista em 1965.

Após a pressão de parcela da sociedade civil para que o plebiscito fosse adiantado, o Congresso antecipou para 6 de janeiro de 1963 a votação. Sendo assim, em 14 de setembro de 1962 foi aprovado pelo senado o plebiscito. Nas páginas da Última Hora, a notícia estampou a capa: “Senado Votou: Plebiscito será no dia 6 de janeiro” (Senado [...], 1962, p. 1). Na página dois, o plebiscito é novamente destaque: “Senado aprovou plebiscito para 6 de janeiro de 1963”. Em seguida, tem-se o um trecho relatando de que forma aconteceu a votação na Câmara.

Câmara alta com a “Emenda Valadares: - Em prolongada reunião que se encerrou às 4.30 horas de hoje, o Senado aprovou, por 34 votos contra 19, a “Emenda Valadares” que fixa o plebiscito para 6 de janeiro de 1963. Os trabalhos foram permanentemente obstruídos pela ala mais radical da UDN, que se utilizou de todos os recursos e tempos regimentais para impedir a votação da emenda ao projeto Capanema. (Senado [...], 1962, p. 2).

No O Globo, na edição do dia 19 de setembro de 1962, foi publicada uma fala do deputado Amaral Neto (UDN) sobre a Constituição. Em um trecho, ele enfatiza que o plebiscito não resolveria o problema do povo: “Falaram, ainda no comício os candidatos a deputado Emilio Nina Ribeiro, que ressaltou que o plebiscito não resolve os problemas do povo, mas, tão somente, satisfaz a sede de poder do Presidente da República, Danilo Nunes, que frisou a importância da luta anticomunista.” (Amaral [...], 1962, p. 4).

Em relação à mobilização para a volta do presidencialismo, o jornal Última Hora empreendeu em seu periódico diversas campanhas em prol da volta ao sistema presidencial. Na edição do dia 25 de janeiro de 1963, um dia após o retorno ao sistema presidencialista, o UH voltou a anunciar o retorno do sistema, com um editorial com o título “Tranquilo o primeiro dia presidencialista”. O Editorial falava sobre o retorno da calma após a volta do presidencialismo. Além disso, afirmaram que Goulart trouxe uma certa tranquilidade política que não se via desde o governo de Jânio Quadros. Abaixo segue um trecho do editorial.

Os 10 milhões de votos ao não, nas urnas de 6 de janeiro, foram a resposta a esse clima de intranquilidade. Pela primeira vez, então, desde os dias atormentados de agosto de 61, o país respira aliviado, com o sistema governamental em pleno funcionamento. Sente a nação que, agora sim, a toda uma estrutura a serviço da administração da coisa pública, sob comando único, que é o do presidente da República. Realmente ao saudar ontem o seus ministros, o presidente, após declarar que recebia com humildade a confirmação do seus poderes e dirigir “caloroso apelo a todos os brasileiros, sejam quais forem as suas atividades ou categorias profissionais, para que ajudem o governo a enfrentar e resolver os graves problemas da nação,

conclamou: “Façamos das esperanças do povo, da sua extraordinária resistência ao sofrimento, o grande fator de estímulo para enfrentar com coragem e decisão as difíceis tarefas que nos aguardam e nos desafiam”. Eis, nesta frase, todo o conteúdo de que se deve revestir a dinâmica governamental. E também assim da mesma maneira que o presidente, é que pensa o povo espera que o Ministério proceda. (Tranquilo [...], 1963, p. 4).

No discurso acima, o jornal apresenta um apoio ao governo e enfatiza, que diante da instabilidade política que ocorreu em 1961, o país caminharia para a estabilidade política, mas que era preciso a colaboração do povo e do governo. Na edição do dia 25 de janeiro d’O Globo, o novo dia do presidencialismo foi também destaque na primeira página do jornal. Na capa, o editorial aparecia com o título “O 1º Ministério da VI República”, seguido do trecho seguinte.

Ao novo Ministério, porém - considerado em seu conjunto -, não se poderá emprestar colorido extremista. Em que pese as atuações anteriores de alguns de seus membros e a confessada vinculação esquerdista do titular do Trabalho, é um Ministério centrista. O ministro citado, Sr Almino Afonso, até agora líder da bancada do PTB na Câmara Federal, talvez constitua uma exceção. Jamais escondeu ele suas convicções doutrinárias e em sua condição de líder usou a inteligência e os dons oratórios que ninguém lhe nega para defender causas proposições ruinosas para os interesses do país (O 1º Ministério [...], 1963, p. 1).

As temáticas relacionadas ao plebiscito, ao retorno ao presidencialismo e à composição do Governo de João Goulart compuseram assuntos centrais que ocuparam as páginas dos ambos os jornais. É evidente as diferentes representações a respeito desses acontecimentos, baseados nas ideologias distintas dos dois jornais, durante os anos de 1961 e 1962. No jornal Última Hora, foi massivo o apoio ao retorno do presidencialismo e a favor ao adiantamento do plebiscito. Por outro lado, o jornal O Globo manifestou seu posicionamento a favor do sistema parlamentarista e uma postura contrária ao plebiscito.

Com a vitória do plebiscito, João Goulart poderia dar continuidade aos seus planos de governo. De acordo com o posicionamento do Última Hora, o que se esperava era um sistema de governo pleno e aliviado. Entretanto, o projeto das reformas de base, uma das principais bandeiras do governo de Goulart, não agradava a direita conservadora. “Entre março e outubro de 1963, travou-se outra grande batalha institucional do governo Jango: a luta pela reforma agrária ‘na lei’, e não ‘na marra’. Entre a reforma agrária possível na negociação institucional e a desejada pelos movimentos sociais (ou mesmo pelo governo), havia um abismo” (Napolitano, 2014, p. 39).

Nesse contexto, iniciavam-se as campanhas para a aprovação das reformas de base. Além das reformas, no final de 1962 Jango já tinha lançado o Plano Trienal que tinha como um

dos objetivos o desenvolvimento da economia. Foi um plano lançado pelo economista Celso Furtado com o propósito de combater a inflação. Segundo Carlos Fico (2014), o plano continha algumas contradições e não saiu como esperado. As reformas pretendiam alcançar diversas áreas, conforme ressaltam Ferreira e Gomes (2014).

O conjunto de reformas era amplo: a reforma agrária, bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa e universitária. A ampliação dos direitos políticos também fazia parte da pauta reformista, como o direito de voto aos analfabetos e aos oficiais não graduados das Forças Armadas, além da legalização do Partido Comunista Brasileiro. Outra questão importante era o controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia brasileira. Para os trabalhistas e as diversas esquerdas, as reformas de base permitiriam alterar as estruturas do país, garantindo o desenvolvimento econômico autônomo, livre da dependência estrangeira, e o estabelecimento da justiça social. (Ferreira; Gomes, 2014, p. 56).

Conforme a crise política em 1963 foi intensificando, a pressão para a aprovação das reformas ganhava força. Nesse contexto, foi criada a Frente de Mobilização Popular (FMP), uma organização para mobilizar as forças políticas em favor da aprovação das reformas. Nesse cenário, João Goulart enfrentava dificuldades para aprovar as reformas no Congresso dado o conservadorismo de alguns partidos. Diante dos impasses, as esquerdas buscavam a aprovação “na lei ou na marra”.

Os dois pontos do impasse deixavam claro isto: a maioria do Congresso não aceitava o pagamento em títulos da dívida, por isso defendia ferozmente o artigo 141º da Constituição de 1946, que exigia pagamento em dinheiro pelas terras desapropriadas. Entre os que aceitavam a proposta da Presidência, como certas alas do PSD, o impasse era em torno do percentual de reajuste para os títulos que pagariam as desapropriações. O PTB defendia o limite de 10% para os reajustes e o PSD achava pouco. Para complicar a negociação no Congresso, a Convenção Nacional da UDN, em abril de 1963, vetou qualquer tipo de “reforma agrária” via mudança constitucional, lançando a palavra de ordem para o futuro golpe de Estado: “a Constituição é intocável”. (Napolitano, 2014, p. 39).

As pressões para aprovação das reformas foram constantes e frequentes nas páginas do Última Hora. No editorial do dia 16 de maio de 1963, o jornal apresentava o seguinte título: “Jango convoca o povo à luta pelas reformas”.

“Ou Fazemos imediatamente essas reformas ou o país vai retroceder” - está a expressão usada pelo presidente da república ao receber ontem uma comissão de moradores da baixada santista. O presidente fez um apelo no sentido de que o povo insiste em sua luta pelas reformas, uma luta que não pertence a grupos ou partidos, mas, sim a todos. (Jango [...], 1963, p. 4).

O trecho do discurso indica que à época era preciso urgência em aprovar as reformas. Nesse cenário, o presidente precisava contar com o apoio popular, porém também dependia do apoio dos partidos e era preciso resistir à oposição e as suas propagandas e mobilizações contra as reformas. Em relação às propagandas e campanhas financiadas pelo IBAD, o jornal *Última Hora* lançou no mês de agosto de 1963 na edição do dia 7 um editorial com o título: “Uma conspiração contra o Brasil: Ibadianos da Câmara querem atrasar a CPI do IBAD”, em referência à ação do IBAD contra o “perigo vermelho”. O editorial refere-se à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou as ações do instituto após alugar o jornal *A Noite* para patrocinar as campanhas dos seus candidatos.

Nossa reportagem de ontem contamos o que foi a luta, iniciada já na legislatura passada, para criação da comissão Parlamentar de Inquérito sobre as atividades e a origem dos recursos do IBAD. Mostramos as pressões terríveis exercidas com outros defensores dessa CPI, pressões essas perfeitamente definidas não só entre muitos fatos: momento de represália surgido na UDN, sob o comando do IBADIANO Confesso Amaral Neto visando a expulsão do partido, o deputado José Aparecido é, uma das figuras mais importantes dessa comissão de inquérito. Hoje o leitor conhecerá de perto o ambiente em que se desenrola os trabalhos da CPI sobre o IBAD e o IPES É uma “terra de ninguém” onde poucos homens, apenas cinco deputados decididos a apurar a verdade, enfrentam a força coordenada de um movimento super partidário que se ramificou profundamente no Congresso Nacional, como um verdadeiro câncer político. Esse movimento é a ADP, Ação democrática Nacional, linha de frente ibadiana no Congresso. E os cinco deputados de quem falamos, dispostos a levar sua missão até o fim em nome do povo brasileiro, são os Sr Eloy Dutra, José aparecido, João Doria, Rubens Paiva e Benedito Cerqueira. Texto de: Severino moura Carneiro. (Uma Conspiração, [...], 1963, p. 4).

Em setembro de 1963, a crise política intensificou-se com a recusa do Supremo Tribunal Federal (STF) em conceder aos militares, que se elegeram como vereadores e deputados em 1962, o direito de tomar posse. Além da tensão para a aprovação das reformas, Jango enfrentaria “outra frente de agitação e crise política provinha da demanda de suboficiais, sargentos e cabos que pleiteavam o direito de serem eleitos. Eles se contrapunham à Constituição que estabelecia tal proibição” (Fico, 2014, p. 39).

Em outubro de 1963, a tensão política provocada pela rebelião dos sargentos e a atitude de João Goulart, favorável à tese dos insurretos, incentivou um sentimento de rejeição por parte da alta hierarquia das Forças Armadas, que o acusavam de quebra da hierarquia. “A partir de 1963, o governo norte-americano preferia conversar e dar dinheiro diretamente aos governadores de oposição, Carlos Lacerda (da Guanabara) e Adhemar de Barros (SP), a dar apoio ao Governo Federal.” (Napolitano, 2014, p. 57). No final de setembro de 1963, Lacerda

concedeu uma entrevista ao jornal americano *Los Angeles Times* e nela acusou o governo brasileiro de comunista e que os militares estavam prontos para intervir. A entrevista repercutiu rapidamente pela grande imprensa no Brasil, no jornal *Última Hora*, na edição de 1 de outubro de 1963, foi dado destaque ao tema na capa: “Jornalista americano confirma traição do governador ao Brasil: - Tenho a gravação da entrevista de Lacerda”:

Corroborando suas declarações a UH e a outros órgãos da imprensa brasileira, o jornalista Julian Hart, correspondente do “Los Angeles Times” no Brasil, afirmou haver o governador Carlos Lacerda declarado “muito mais coisas, além daquilo que foi publicado”, estando ele pronto a exhibir ao Presidente da República a gravação da entrevista com o Chefe do Executivo carioca, que dizia esperar a queda de Jango antes do fim do ano. (Jornalista [...], 1963, p. 1).

“Lacerda pede aos americanos bloqueio econômico do Brasil” (Lacerda [...], 1963, p.4) foi o título escolhido pela UH para descrever na página 4, parte da entrevista, com as declarações de Lacerda. “A entrevista caiu como uma bomba no Brasil. Em nota conjunta, os três ministros militares de Goulart condenaram o governador como “mau brasileiro” (Fico, 2014, p.41). Em contrapartida, no jornal *O Globo*, na edição do dia 1º de outubro de 1963, na página 6, o periódico afirma que a entrevista de Lacerda foi interpretada de maneira errada, com o título: “Interpretadas erradamente as palavras do governador – diz o assessor de Lacerda”. No trecho do editorial, o assessor explica que Lacerda estava se referindo ao estado de crise que não poderia durar muitos meses, e não ao mandato de Goulart.

Em relação a esse cenário causado pela polemica entrevista, o presidente João Goulart resolveu tomar uma iniciativa drástica solicitando ao Congresso Nacional o estado de sítio. “Era algo despropositado, pois não havia a “comoção intestina grave” que a Constituição estabelecia como razão” (Fico, 2014, p. 42). O jornal *O Globo*, no dia 5 de outubro, um dia após o pedido, repercutiu bastante em suas páginas o pedido do presidente. Na capa da edição do dia 5, eles publicaram um editorial com o título: “A sorte da República”. Já no texto, eles elencam as verdadeiras motivações que levariam o país ao estado de sítio segundo sua visão, seriam a alta inflação, a radicalização política, as greves e a questão social, e finalizam o editorial com um apelo ao Congresso “Esperamos que a maioria democrática saiba precisar o que mais convém ao Brasil, para que as providências que venham a ser adotadas não constituam ameaças às liberdades públicas e a autonomia dos Estados” (A sorte [...], 1963, p.1).

No dia 8 de outubro, um dia após João Goulart retirar o pedido de Estado de sítio, o jornal *Última Hora* publicou editorial no qual reúne as pautas da reunião ministerial que ocorreu no palácio da Alvorada. Na ocasião, seriam apresentadas as motivações que levaram Goulart a

revogar decretação de estado de sítio, com o título: “Jango explica sítio ao ministério”. Em um trecho do discurso do Comando-Geral dos Trabalhadores (CGT), eles reafirmam que:

A retirada do pedido do estado de sítio representa uma vitória das forças nacionalistas e democráticas e maior aproximação entre o presidente da República os anseios populares, significando, em consequência, uma derrota das forças reacionárias que, dentro e fora do governo procuram disfarçar seu intento de reprimir o movimento sindical e patriótico com a exigência de medidas aparentemente voltadas contra os grupos empenhados na conspiração antinacional e antidemocrática”. (Jango [...], 1963, p. 2).

O mês de outubro de 1963 foi conturbado politicamente, pois apesar de Jango contar com o apoio popular e dos ministros militares, ele não tinha o apoio de maioria no Congresso, e sofria pressões de setores da direita e esquerda. A rebelião dos militares foi, segundo o historiador Marcos Napolitano (2014), a senha para o golpe, que envolveu não só os militares, mas também liberais, civis, empresários e políticos unidos contra o “anticomunismo” e as reformas.

No jornal O Globo, o comunismo foi pauta constante em seus editoriais. Na edição de 11 de novembro de 1963, o editorial com o título “O Problema do Comunismo”, assinado por Monsenhor Francisco Bessa, dizia:

Desde logo, porém, convém lembrar que a causa de tanto esforço para comunizar o Brasil se prende ao fato de que, sendo o Brasil o principal país da América Latina, quer por sua superfície e sua riqueza, que por sua população se encontra em primeiro plano para a estratégia comunista mundial [...] No Brasil, pois tudo se processa, por assim dizer, de maneira indireta. A condição fundamental do trabalho comunista é a de obter que o governo o deixe agir livremente. (O Problema [...], 1963, p. 19).

Ao longo do texto, o jornal relata sobre a luta do presidente na câmara em uma tentativa de implementar as reformas, e reforça a fala do presidente enfatizando que forças poderosas estavam lutando contra as reformas de base. Com a intensificação das campanhas em prol das reformas, aumentou-se também os argumentos e campanhas anticomunistas por parte de civis, políticos e organizações com o intuito de desestabilizar o governo de João Goulart. Desde a renúncia de Jânio que se percebe o aumento da campanha contra o possível comunismo de Jango. Conforme foi discutido no primeiro capítulo teórico, o complexo IPES/IBAD teve intensa participação nessa campanha principalmente financiando políticos, propagandas e jornais. Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2021), em 1964 ocorreu uma grande mobilização contra o suposto “perigo vermelho”.

Assim, tanto a ditadura do Estado Novo (1937) quanto a ditadura liderada pelos militares em 1964 utilizaram a ameaça comunista como justificativa e fonte de legitimação. Os brasileiros precisavam ser protegidos do perigo de uma ditadura comunista, argumentava-se, mesmo ao custo de viver sob uma ditadura de direita. (Motta, 2021, p. 21).

Ao analisar o contexto político de 1962 e 1963, nos jornais, compreende-se que o cenário político desses anos possibilitou uma base para a análise da postura da imprensa no período crucial que antecedeu o golpe civil-militar de 1964. Nessa conjuntura, no próximo tópico analisaremos de que forma foi representado no Globo e no Última Hora o mês de março de 1964 e a ruptura democrática.

2.6 O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

O ano de 1964 iniciou-se com uma intensa movimentação política. “À politização das ruas, somou-se a ação de grupos de pressão (empresários e lideranças de diversos tipos) de movimentos sociais e a politização dos quartéis – das salas de comando às casernas” (Napolitano, 2014, p. 51). Conforme citado, a pressão foi exercida por diversas frentes, tinha-se a demanda dos suboficiais e sargentos, a aprovação das reformas, a oposição do Congresso, de alguns políticos, empresários e parcela da sociedade civil. Sendo assim, nas palavras de Marcos Napolitano:

A batalha da política saía das instituições tradicionais e dos pequenos círculos do poder para ocupar as ruas. À esquerda e à direita. A primeira, mais experiente neste tipo de batalha, parecia levar a melhor. Mas a segunda não ficaria em casa, como mera expectadora. As palavras de ordem já estavam dadas. (Napolitano, 2014, p. 51).

Em tal perspectiva, no mês de março de 1964, intensificaram-se as disputas políticas e ideológicas também na imprensa, essas disputas são o que o sociólogo Pierre Bordieu (1989) chamou de campo político, que consiste em um lugar onde ocorre uma concorrência pelo poder. Nessas produções e apropriações ocorrem as recepções e difusões de discursos. No âmbito da mídia, esse controle se transformar em um consenso no qual procuram dar visibilidade as representações de versões do real. Prosseguiremos com a análise dos conteúdos que foram difundidos pelo Última Hora e O Globo, no contexto das disputas políticas que estavam em foco nos períodos anteriores ao golpe, investigando de que forma foi representado por esses periódicos a ruptura em 31 de março, e a trajetória que conduziu a esse evento.

Na edição do dia 12 de março de 1964, o jornal O Globo publicou um editorial com o título: “Não somos notícia”. No texto assinado por Augusto Frederico Schmidt, ele se refere à

falta de notícias sobre o Brasil nos jornais americanos, especialmente notícias que falem sobre as lutas contra os comunistas no Brasil: “Nos meios com que entrei em contato, do Brasil sabe-se apenas que ele vai mal, mas por que vai mal?” (Não [...], 1964, p. 1). Em outro trecho, ele fala que o país é notícia esporadicamente quando se trata da economia, mas não é notícia quando se trata da “verdadeira guerra ora travada por brasileiros contra o seu próprio governo” (Não [...], 1964, p. 1).

O editorial ocupa um espaço relevante na capa do jornal, nesse caso O Globo demonstrava uma certa preocupação com a não repercussão das movimentações da direita nos jornais americanos. Em seguida, na edição do dia 13 de março de 1964 nas vésperas do comício das reformas, o jornal publica uma fala do Marechal Ângelo Mendes de Moraes fazendo um apelo aos brasileiros para que se unam contra o comunismo, a notícia com o título: “Mendes de Moraes adverte que o comunismo prepara seu golpe final no Brasil”. Em um trecho do seu discurso na “Rede da Democracia” ele adverte que: “A luta é de sobrevivência. Ou nos organizamos agora, para enfrentar a horda comunista, ou sucumbiremos nas garras, da ditadura bolchevista, com o seu cortejo de crimes, de fuzilamentos, de deportações, para escravização aos senhores de Moscou” (Mendes [...], 1964, p. 2).

No início de 1964, foi frequente nas páginas do jornal discursos anticomunistas que incentivavam os civis a se mobilizarem contra a ameaça comunista transmitida pelo governo. Segundo Maria Helena Capelato (1988), os vocábulos escolhidos para transmitir uma mensagem são cautelosamente escolhidos com o objetivo de persuadir o leitor.

Em relação ao governo, João Goulart iniciou em março os comícios das reformas que ganharam força em março de 1964 com o apoio dos partidos e movimentos de esquerdas. O comício do dia 13 de março na Central do Brasil seria o modelo a seguir daquela data em diante. Na visão dos setores conservadores e de direita, os comícios significavam a senha para um golpe das esquerdas.

Os comícios foram pautas no Última Hora. Na edição do dia 12 de março, o jornal publicou o discurso do presidente no arsenal da Marinha:

O presidente João Goulart declarou que não é o comício de amanhã que pode ameaçar o povo, mas a fome, a miséria e a doença dos que não tem recursos para enfrentá-la - Esses são os males que podem ameaçar uma democracia, mas nunca o povo na praça pública no uso dos seus direitos legítimos e democráticos- acrescentou. (Jango [...], 1964, p. 2).

O comício do dia 13 de março reuniu mais de 200 mil pessoas. Entre as esquerdas, o comício foi um verdadeiro sucesso, além de discursar, Jango assinou anunciou decretos

importantes como o da desapropriação de terras as margens das rodovias, ferrovias, açudes públicos e federais. A resposta da direita foi nas ruas, com a mobilização de lideranças civis e jovens que eram opostos ao governo.

Para tal, foi escolhido o palco e a data. São Paulo, 19 de março. Dia de São José, padroeiro da família. O santo operário foi mobilizado, simbolicamente, para trair a causa dos trabalhadores e marcar o dia dos reacionários em festa. As ruas do centro de São Paulo ficaram tomadas por uma grande multidão, calculada em 500 mil pessoas, que empunhava cartazes anticomunistas e contra o governo e sua agenda reformista. (Napolitano, 2014, p. 54).

Na visão do historiador Carlos Fico (2014), três iniciativas de Goulart facilitaram a movimentação da direita para o golpe. Inicialmente, a mensagem ao Congresso enviada após o comício, em seu conteúdo, o presidente reafirmava a necessidade de aprovação da reforma. No entanto, obteve efeito contrário e abriu margem para mais suspeitas. Na edição do dia 19 de março de 1964, O Globo publicou um editorial com o título: “Núcleos de Resistência Legal”, assinado por Heráclito Sobral Pinto, e nesse editorial ele afirma que a República está em perigo após o comício do dia 13 de março. A resistência legal consistia em um núcleo formado por civis, militares e eclesiásticos sem distinção de partidos, os seus objetivos se resumiam em cumprir as leis, e evitar qualquer golpe de Estado contra o presidente e governadores dos Estados. Em um trecho, ele afirma que: “A defesa da ordem constitucional, nos termos acima focalizada, constitui dever supremo das Forças Armadas. Todo cidadão, sem distinção de classe, fortuna e crença, tem de com elas colaborar, para urgente realização de tão nobre objetivo” (Núcleos [...], 1964, p. 2).

Em 25 de março de 1964, o jornal Última Hora lançou na coluna “Congresso em revista” o editorial com o título: “UDN prega derrubada do presidente Goulart”. Em resumo, foi comentada a fala do deputado federal Hebert Levi, que fez um discurso incitando o Parlamento e a opinião pública a promover a derrubada de Jango.

Cabe uma pergunta“ — disse, dramático, acentuando: “como pode a nação admitir, por mais tempo, que o presidente, que jurou respeitar e defender a Constituição, passe a abjura-la e atacá-la?
Sempre partindo da premissa de que o senhor João Goulart que rasgar a Constituição, e de que, portanto, é preciso a qualquer custo contê-lo e retirá-lo os poderes, o senhor Hebert Levi voltou a falar da concentração da praça da Sé para dizer que o pronunciamento do povo foi claro, naquela oportunidade. “A nação prefere, claramente uma Constituição sem presidente a um presidente sem Constituição. (UDN [...], 1964, p. 5).

O Última Hora, no mês de março, acompanhou toda a movimentação social e política, sendo assim, era recorrente em seus editoriais, críticas aos partidos e políticos de direita. No dia 25 de março, houve a segunda iniciativa, proveniente da revolta dos marinheiros, que reuniu dois mil marinheiros e fuzileiros na sede do Sindicato de Metalúrgicos, com a presença de representantes dos trabalhadores, estudantes e políticos, como o deputado Leonel Brizola. Eles reivindicavam as reformas e melhores condições de trabalho na Marinha.

Entretanto, foram punidos pelo ministro Silvio Mota, que enviou ordem de prisão, considerando os atos como subversivos. Os fuzileiros enviados para punir os marinheiros se juntaram à manifestação escancarando a polarização das Forças Armadas em relação ao apoio a Goulart. No dia 26, os marinheiros foram presos, porém posteriormente foram anistiados pelo presidente. A anistia aos presos foi duramente criticada pela alta patente, se acentuando mais a crise militar e política. Nas páginas do Última Hora, na edição do dia 27 de março, foi lançado “Reação tenta tirar todo proveito da situação para armar golpe contra Jango”.

Nas áreas de oposição ao senhor João Goulart a crise na Marinha cuja eclosão já vinha sendo esperada A situação passou a ser melhor também explorada no sentido de fortalecimento do esquema de derrubada do governo. A repercussão no setor parlamentar da UDN e seus afins, registrada na página 4 desta edição, na coluna de Flávio Tavares, revela, como não se podia deixar esperar um engrossamento da manobra de “impeachment “. Quanto aos setores militares do golpismo antirreformista, embora a onda de boatos desencadeada pelo dispositivo da “guerra psicológica” espalhasse intenso alarmismos em todo o país mantiveram-se os mesmos aparentemente em discreta reserva. Aguardando que do desenrolar da crise surgisse oportunidade para uma ação mais concreta contra o governo. (Reação [...], 1964, p. 2).

Discursos como esses eram comuns nas páginas do Última Hora durante o mês de março. A crise intensificada com a polarização política e, com os impasses na marinha, abriu o caminho para o agravamento da crise política assim como também para as “manobras de impeachment” que tinham como objetivo derrubar o presidente. Em 30 de março, João Goulart fez seu último discurso no Automóvel Club, confiante na continuação do seu mandato. Entretanto, já estava articulado a ordem do golpe desde o dia 19 quando o chefe do Estado-Maior do Exército, general Castelo Branco, enviou dois documentos aos demais generais do Exército com o objetivo de reunir informações e opiniões para a derrubada do presidente. “Esses documentos de Castelo tiveram grande repercussão entre os militares [...] funcionaram, na prática, como uma autorização para que se iniciassem os preparativos para o golpe.” (Fico, 2014, p. 56).

Na madrugada do dia 31, as tropas do general Mourão Filho se mobilizaram para o Rio de Janeiro. “A ansiedade em derrubar o presidente da República era tamanha que não pôde ser contida pelos conspiradores mais afoitos” (Napolitano, 2014, p. 60). Com a mobilização dos militares e o apoio dos Estados Unidos ao possível novo governo, o presidente buscou uma possível conversa como solução. No entanto, não teve sucesso, pois perdeu um importante aliado, o general Amaury Kruel, responsável pelo seu Exército.

Na edição do dia 31 de março, o *Última Hora* estampou na capa trecho da fala do presidente no comício do Automóvel Club do Brasil: “Eu não permitirei a desordem em nome da ordem”. (Eu não [...], 1964, p. 1). Todavia, no dia 1 de abril, enquanto João Goulart buscava uma solução e a esquerda esperava para reagir, foi declarado em Brasília vacância do cargo de presidente, estava consumado o golpe de Estado vindo a partir das instituições.

O Presidente mencionou as fontes reais da campanha contra ele movida, identificando-as com os grupos nacionais e internacionais atingidos, nos diferentes setores, por sua política de defesa dos interesses populares. O sr João Goulart interrompido a todo instante por aplausos entusiásticos dos dez militares presentes, advertiu a todos os reacionários de que eles se enganam se pensam em dividir as Forças Armadas para obterá satisfação de seus interesses (Eu não [...], 1964, p. 1).

O *Globo*, na edição do dia 31 de março, publicou em sua primeira página um editorial de apoio as Forças Armadas com o título: “A nação unida às Forças Armadas”. Ao longo do texto, o jornal demonstra apoio as Forças Armadas, e afirma que o país estava vivendo um dos momentos mais difíceis da sua história: “Todos tem a certeza de que o Brasil não poderá mais suportar que a sombra das liberdades e garantias constitucionais os comunistas e seus auxiliares trafeguem comodamente, preparando o asfixiamento daquelas liberdades e a derrubada da Constituição” (A nação [...], 1964, p. 1). Comparando as edições do dia 31 de março de 1964, compreendemos que as representações são construídas de acordo com as visões e práticas de cada grupo. De 1961 a 1964, os jornais construíram uma identidade baseada nas práticas e no lugar social em que estavam ocupando.

Ademais, identificamos a partir da comparação como as representações se tornam realidade de forma contraditória quando são construídas por grupos distintos. O primeiro editorial selecionado foi do jornal *Última Hora*, da edição do dia 30 de julho de 1964, após três meses do golpe, a imprensa ainda podia se manifestar²⁹. Na coluna do jornal, intitulada

²⁹ O controle sobre a imprensa foi regulamentado a partir de 1967, pela Lei nº 5.250.

“Opinião de UH” foi publicado o texto com o título: “A grande operação”, em um trecho desse editorial:

Torna-se dia a dia mais ruidosa a cisão nas hostes que chegaram ao poder com a vitória do golpe de Estado a 1º de abril. Mas ninguém se iluda: trata-se, nitidamente, de um fenômeno de superfície. A divergência é em torno do ritmo “timing”, como diria o Sr Roberto Campos. Essencialmente estão todos de acordo quanto ao objetivo, que é o de conter o processo de desenvolvimento no qual o país se achava irresistivelmente, embora desordenadamente lançado. (A grande [...], 1964, p. 4).

Conforme trecho citado acima, o editorial visou analisar a conjuntura política após o golpe de Estado, e a configuração dos diferentes grupos que chegaram ao poder, “cisão nas hostes que chegaram ao poder”, ou seja, o jornal demonstra que há uma divisão e conflitos entre os políticos que estão no poder, porém são apenas superficiais uma vez que estão todos do mesmo lado. No entanto, havia de acordo com o editorial, uma divergência no ritmo, fazendo referência a velocidade das mudanças, mas que no final todos tinham o mesmo objetivo que era o de conter o desenvolvimento do país.

Além disso, nesse editorial, o texto demonstra que o objetivo da máquina política que se instalou após o golpe tinha o objetivo de travar a democracia e colocar o povo sob tutela. O Ato Institucional tinha como principal propósito não ceder o poder. No texto, é explicado que a ordem que estava em vigência tinha um objetivo de cumprir as propostas da “revolução”³⁰. Em seguida, são citadas algumas medidas “antidesenvolvimentistas” segundo o editorial: “Vemos o zelo, a pressa, com que o governo se propôs cumprir as receitas antidesenvolvimentistas do Fundo Monetário Internacional, rotuladas como combate à inflação” (A grande [...], 1964, p. 4).

A grande operação, que foi instaurada em 31 de março, estava apenas no começo, mas já era possível por meio das primeiras medidas do governo prever o que vinha pela frente. O texto do editorial finaliza com o texto fazendo referência ao cenário político que naquela altura não era possível fazer nenhuma avaliação do que ocorreria.

Não há palavras capazes de desfazer essa realidade em função da qual a opinião pública forma o seu juízo sobre o Governo, e diante da qual as rixas entre homens como os Srs. Roberto Campos e Carlos Lacerda aparecem como

³⁰ Para Denise Rollemberg (2017), o conceito de revolução é construído e reconstruído a partir da natureza revolucionária ou contrarrevolucionária dos eventos históricos. A autora apresenta diferentes conceitos de revolução ao discutir a pertinência do uso do termo para movimentos e regimes de direita, como o fascismo e o nazismo. Sendo assim, a revolução pode ser considerado um processo de transformação radical da ordem estabelecida, interpretado de diversas maneiras dependendo do contexto histórico e ideológico. Para saber mais, ver Rollemberg (2017, p. 355-378).

uma guerra do alecrim e da manjerona entre clãs que se disputam os favores do comando remoto da Grande Operação. (A grande [...], 1961, p. 04).

Os políticos citados acima faziam parte da “grande operação”. Roberto Campos era ministro do planejamento do governo de Castelo Branco; já Carlos Lacerda era governador da Guanabara, atual Rio de Janeiro. O editorial menciona, na intenção de destacar que as disputas entre os dois políticos tratavam-se de uma “guerra do alecrim e da manjerona”, uma metáfora utilizada para indicar que era um conflito trivial em relação à grande operação que se tratava de um projeto mais complexo.

Em relação ao O Globo, escolhemos analisar o editorial do dia 30 de dezembro de 1964 com o título “A vitória democrática trouxe ao país a tranquilidade política”. Desde o título, tal editorial sugere que o golpe de 1964 trouxe calma ao país, assim é apresentada uma perspectiva positiva à “revolução” do dia 31 e à gestão de Castelo Branco. Além disso, sugere que o país voltou a ter estabilidade política, porém ainda enfrenta desafios ocasionados pela gestão de João Goulart que, segundo eles, era “esquerdista” e que isso trouxe a desordem ao país.

O ano de 1964 chega ao fim com o país vivendo dias de relativa tranquilidade e de segurança política. A revolução de 31 de março está consolidada no governo do Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco em cuja pessoa foi restabelecida a tradição de respeitabilidade e austeridade dos antigos Chefes de Estado. A vida pública nacional ainda se defronta com problemas de gravidade, quase todos herdados de antes da revolução. Esta, por sua vez, trouxe os seus próprios problemas no bojo das transformações que se impunham para recolocar o Brasil – que já beirava o caos – nos trilhos da ordem, da disciplina, do respeito às leis, do desenvolvimento sadio e das reformas desapassionadas. Em seis meses a revolução transformou a face do País, antes mesmo de dar início à série de reformas de base a que se propôs. O Brasil de hoje está longe de reformas de base a que se propôs. O Brasil de hoje está longe do Brasil de janeiro de 1964, em que o futuro não era apenas uma interrogação, mas se apresentava como uma ameaça. (A vitória, [...], 1964, p. 4).

Em linhas gerais, o conteúdo produzido pelo O Globo, retrata que a “revolução”, além de ter efeitos positivos em relação ao país, veio para superar um período de crise e instabilidade política ocasionadas pelo governo de Goulart. Em comparação, os dois editoriais representam visões diferentes dos acontecimentos no dia 31 de março de 1964. Com esses dois recortes, analisamos como se iniciou a construção das perspectivas pelo Última Hora e pelo O Globo. Ainda que sejam publicações com datas distintas, é necessário problematizar as fontes e demonstrar de que forma foi construído pelos dois jornais os conceitos de “revolução” e do “golpe”.

Segundo Chartier (1990), sendo a representação uma prática, após as análises das edições dos jornais, observa-se que as afirmações de conceitos e posicionamentos representam a importância de considerarmos os pensamentos individuais e que quando em grande escala pode se tornar uma memória forte ou frágil suscetível a mudanças. “Seja qual for o discurso ou o meio, o que temos é a representação do fato. A representação é uma referência e temos que nos aproximar dela, para nos aproximarmos do fato” (Makowiecky, 2003, p. 4).

3 PRODUTO EDUCACIONAL: HISTÓRIA E IMPRENSA: O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 ATRAVÉS DOS JORNAIS

Neste capítulo, será abordada a importância do desenvolvimento do produto educacional voltado para o ensino de História. Primeiramente, discutiremos a análise dos livros didáticos de História, concentrada na construção dos textos, na narrativa adotada e nos termos utilizados. Após essa análise, explicaremos a opção pelo método, destacando as coleções que foram objeto de nossa análise. A partir disso, destacaremos a relevância da tipologia do produto, o livro paradidático, como uma ferramenta fundamental no processo de ensino e aprendizagem, com ênfase em seu papel na promoção do pensamento crítico dos estudantes.

A seguir, apresentaremos a proposta do produto educacional, delineando objetivos, capítulos, tópicos de discussão e o seu impacto no ensino sobre o golpe de 1964. São detalhados: o público-alvo, a importância do conteúdo e a metodologia utilizada para alcançar o resultado final. Por fim, a trajetória de criação do produto é explorada, desde a concepção inicial até o resultado final. São discutidos os desafios enfrentados, os erros cometidos e os acertos alcançados ao longo do processo. Além disso, o processo criativo da diagramação, a escolha de seções, imagens, ilustrações e formato são explicados, proporcionando uma visão abrangente do desenvolvimento do produto educacional.

3.1 AS REPRESENTAÇÕES DO GOLPE DE 1964 NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E NAS OBRAS ESCOLHIDAS

Os livros didáticos têm a finalidade de apresentar o conhecimento científico produzido por historiadores e outros pesquisadores aos alunos de uma maneira adequada aos currículos escolares e a referências atualizadas de ensino. No Brasil, esse recurso começou a ganhar destaque no sistema educacional por volta do século XIX. De acordo com Circe Bittencourt (2004), o livro didático desempenha um papel crucial como ferramenta pedagógica, pois sua função é traduzir os conteúdos acadêmicos para um formato acessível ao aprendizado escolar. Entretanto, ele pode atuar como veículo de difusão de ideologias, uma vez que transmite valores e estereótipos de grupos dominantes.

Para Allain Choppin (2004), os livros didáticos podem ter múltiplas funções. Em sua análise, os livros desenvolvem quatro funções principais e dependem do contexto sociocultural, período, métodos, utilização, disciplinas e níveis de ensino. Sobre as funções, a primeira é a referencial ou curricular, com o livro servindo de tradução do programa de ensino e como suporte dos conteúdos educativos que a sociedade deseja transmitir a outras gerações. Na

segunda função, a instrumental, o livro propõe métodos de aprendizagem por meio de exercícios que auxiliam na memorização, aquisição de habilidades e no desenvolvimento de resolução de problemas. Na terceira função, a ideológica e cultural, fala-se do livro didático exercendo um papel importante na propagação da língua, cultura e valores das classes dirigentes desde o século XIX. Além disso, é reconhecido como um símbolo da soberania nacional e assume um importante espaço político que influencia gerações. E, por fim, na última função, a documental, o livro é uma fonte de informações (Choppin, 2004).

Segundo a concepção de Choppin (2004), o livro didático é um recurso que faz parte da educação, mas quando é utilizado com outros materiais didáticos dinamiza-se a sua utilidade, transformando-se em um conjunto multimídia. Nesse caso, quadros, mapas mentais, imagens, recursos audiovisuais, entre outros, complementam as funções e usos desses materiais. Sobre a concepção de livro didático, o autor comenta que

Inscreve-se em um ambiente pedagógico específico e em um contexto regulador que, juntamente com o desenvolvimento dos sistemas nacionais ou regionais, é, na maioria das vezes, característico das produções escolares (edições estatais, procedimentos de aprovação prévia, liberdade de produção, etc.) (Choppin, 2004, p. 554).

Compreendemos que esse recurso fomenta representações de narrativas idealizadas por seus autores diante das suas visões de mundo. Nesse contexto, o livro didático é resultado dos conhecimentos históricos e também dos currículos. Mas não só isso: eles também passam pelas mãos dos professores, que são fundamentais no processo de criação e condução desse material.

Sendo assim, almejamos analisar aqui de que forma estão desenvolvidas as narrativas dos livros didáticos de História do terceiro ano do ensino médio que passaram pela avaliação do Programa Nacional do Livro Didático, de 2018 (PNDL/2018). A partir disso, foram definidos dois livros didáticos³¹, abordando nessa análise a unidade que trata especificamente o tema do golpe de 1964 e a instauração da ditadura.

Desse modo, a análise tem como foco a construção dos textos, narrativa adotada e escolha dos termos assim como da linguagem para o período acima citado. A escolha metodológica dos livros didáticos analisados se centra na organização do conteúdo e na

³¹ A seleção dos livros didáticos pautou-se em priorizar obras utilizadas na rede de ensino público de São Luís, Maranhão, provenientes de instituições de ensino distintas e produzidos por editoras diferentes. Além disso, a escolha justificou-se primeiramente na relevância do tema discutido nessa pesquisa, que é o golpe de 1964, que se mostrou significativo nos livros analisados. Aditivamente objetivou-se a comparação entre os livros pois são de editoras diferentes e por último, por serem livros de fácil acesso, uma vez que já foram utilizados no ensino médio, colaborou com a seleção para essa pesquisa.

linguagem utilizada. Portanto, não é nosso objetivo discutir outros elementos da construção desses materiais. Diante disso, daremos destaques a duas coleções, uma da Editora Saraiva e outra da Editora Moderna, ambas utilizadas no ensino público Estadual da cidade de São Luís, do Maranhão, nos anos de 2021 e 2022. O objetivo não é discutir ou destacar qual seria a melhor coleção a ser utilizada no ensino, mas demonstrar o movimento de um padrão de narrativa nos currículos e conteúdo escolar em obras que são recentes e que foram aprovadas pelo PNLD.

Por conseguinte, trata-se de uma análise das narrativas sobre o golpe de Estado de 1964 nos livros didáticos, para apresentar quais são as representações desse tema no ensino de uma forma geral.

O golpe é um dos temas que se inscreveram na memória do Brasil, mas é revisitado constantemente pelo nosso presente. Assim, é necessário refletir esse período com o objetivo de compreender de que forma as narrativas foram se consolidando nos livros didáticos, percebendo suas metodologias e teorias.

Segundo Jandson Soares e Margarida Dias (2019), o PNDL surgiu no Brasil em 1985, com o objetivo de incluir os professores no processo de escolha, reutilização dos livros didáticos e outras melhorias. Além disso, tinha-se como motivação a melhoria da oferta de ensino no nível fundamental, com a distribuição de materiais didáticos pelo Estado aos alunos(as) de escolas públicas. De acordo com Circe Bittencourt (2008), o livro didático é como uma mercadoria e, por isso, atende às lógicas do mercado. Apesar disso, o livro didático ocupa um papel essencial no processo de aprendizagem. No ensino de História, pode-se observar que os conteúdos são ensinados a partir de imagens e textos, sendo essas ferramentas importantes meios de representação da visão do mundo do autor que produziu tal livro. Sobre o uso dessa ferramenta, Circe Bittencourt (2008) disserta que

Os usos que professores e alunos fazem do livro didático são variados e podem transformar esse veículo ideológico e fonte de lucro das editoras em instrumento de trabalho eficiente e adequado às necessidades de um ensino autônomo (Bittencourt, 2008, p. 73).

Entretanto, apesar de suas utilidades, Helenice Rocha (2013) nos leva a refletir que, ao abrir o livro didático, é necessário termos em mente que os discursos presentes nos livros precisam passar por um processo de interpretação e reflexão acerca dos conteúdos expostos. Isso se dá porque

O livro didático é composto minimamente por um texto base, de natureza narrativa, e atividades de aprendizagem acerca dos conteúdos apresentados na narrativa. Com a complexificação desse objeto e das exigências avaliativas, vieram sendo introduzidos recursos de informação ao texto base: boxes,

infográficos, mapas, documentos de diversas naturezas. Outro item adicionado ao texto base são textos de maior extensão, entremeados ou posteriores à narrativa principal, habitualmente denominados como seções que aparecem ao longo dos capítulos (Rocha, 2013, p. 56).

Nessa estrutura, a narração é uma parte integrante do texto principal e reflete as decisões tomadas pelos professores e avaliadores responsáveis pela seleção dos livros no âmbito do PNDL. Ao considerar essa avaliação, é importante também examinar os conteúdos escolhidos em relação ao tema, que devem adotar uma abordagem mais informativa. O objetivo é tornar o conhecimento histórico mais acessível e promover uma abordagem mais investigativa, incluindo uma análise crítica das fontes históricas, conforme apontado por Rocha (2013). Mas sabemos que as leituras sobre esse passado recente que foi o período do golpe dizem respeito a um passado sensível e repleto de memórias interpretativas. Memórias estas que carregam intencionalidades que depende do autor(a). De acordo com Roger Chartier (1990), há uma distância entre o relato e a escrita e, portanto, as narrativas são construídas a partir das representações que produzem narrativas e estratégias para impor uma visão de mundo.

O edital do PNDL 2018 apresenta alguns critérios de avaliação para o livro didático de História, dentre os quais destacamos aqui um deles: possibilitar que os acontecimentos do passado e contemporâneos sejam problematizados e investigados³². Dessa forma, há todo um esforço metodológico para a construção da narrativa e a sua temporalidade. Segundo Helenice Rocha (2013),

Extrapolando as indicações do Guia dos Livros Didáticos, para corresponder às expectativas historiográficas, tal narrativa ainda deverá dar conta da história a ser contada tanto no nível do evento histórico quanto das estruturas subjacentes a ele, conferindo textura temporal a fatos e estruturas (Rocha, 2013, p. 56).

Conforme Rocha (2013), percebemos que são diversos os desafios enfrentados pelos autores dos livros didáticos. “Ao final, como resultado dessas escolhas, o autor do livro didático de História deverá apresentar uma síntese histórica que caiba em quatro volumes impressos de extensão limitada” (Rocha, 2013, p. 57). Segundo Chartier (1990), o mundo social é determinado pela relação de interesse do grupo que produz a representação. A partir disso, qual seria a abordagem ideal para falar sobre o golpe? O edital do PNDL estabelece que é essencial analisar os documentos e fontes históricas para interrogá-las e compreender o funcionamento do passado.

³² Cf. Guia de livros didáticos PNDL 2018.

Todavia, para isso ocorrer, é necessário atender a alguns questionamentos, conforme foram propostos por Helenice Rocha (2013).

Estarão os livros didáticos no caminho apontado pelos documentos oficiais? Além disso, será pertinente a uma obra didática, voltada ao ensino e aprendizagem de um público iniciante, que começa a estudar história, agregar tantas possibilidades e tão poucas certezas? Tal obra ainda teria uma unidade narrativa, que confere coerência e favorece a compreensão? (Rocha, 2013, p. 58).

Sendo assim, analisamos os capítulos que abordam o golpe, a partir do conceito de representação de Roger Chartier (1990), buscamos no texto a base necessária e nas seções a forma como o golpe foi apresentado. Portanto, nosso objetivo, a partir disso, foi discutir essas representações para analisar a construção da narrativa do golpe e a sua relação ou não com a sociedade civil, e como isso impacta o ensino sobre esse tema. Nesse cenário, foi proposta uma problematização desses livros como reprodutores de discursos que ainda representam o golpe e a ditadura com o caráter essencialmente militar, e com pouco espaço para a participação da sociedade civil. Entendemos que os livros didáticos têm um papel importante na desconstrução dessas representações sobre o golpe e que acabam reproduzindo discursos rasos.

Em seguida, analisaremos cada um dos livros didáticos selecionados.

Obra 1: VAINFAS, R. *et al.* **História ensino médio**: o mundo por um fio: guerras, revoluções, globalização. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Tal obra, da editora Saraiva, faz parte da coleção código 0105P18043103IL lançada em 2016, com o total de 182.734 tiragens da terceira edição.

O livro conta com quatro autores: Sheila de Castro Faria³³, Jorge Ferreira³⁴, Georgina Santos³⁵ e Ronaldo Vainfas³⁶. O livro possui 288 páginas, três unidades e dezesseis capítulos. A coleção tem como objetivo “levar o leitor a fazer uma grande viagem no tempo. Conhecer outras sociedades, outros valores. Compará-los, buscando formar um juízo crítico sobre o passado” (Vainfas, 2016, p. 3). Os seus conteúdos se iniciam na Primeira República brasileira, primeira e segunda Guerra Mundial, Guerra Fria, independências dos países da África e na

³³ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (1994). Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/2963882/sheila-siqueira-de-castro-faria>. Acesso em: 30 set. 2023.

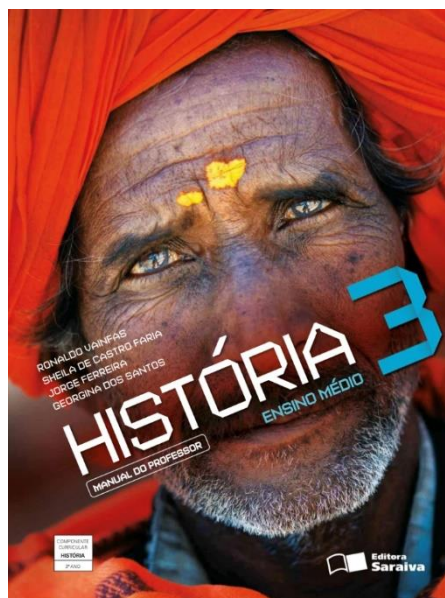
³⁴ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1996). Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/7753331/jorge-luiz-ferreira>. Acesso em: 30 set. 2023.

³⁵ Doutora em História pela Universidade de São Paulo (2002). Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/3814426/georgina-silva-dos-santos>. Acesso em: 30 set. 2023.

³⁶ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/1862305/ronaldo-vainfas>. Acesso em: 30 set. 2023.

Ásia, democracia na América Latina, as ditaduras e finaliza com as consequências da Guerra Fria e da globalização.

Figura 1 – Capa do livro: História ensino médio: o mundo por um fio: guerras, revoluções, globalização.



Fonte: Editora Saraiva.

A obra tem como público-alvo os alunos do terceiro ano do ensino médio. Iniciamos a análise observando a estrutura narrativa dos livros. Quanto ao golpe, percebemos que o conteúdo está inserido em um contexto que abrange o Brasil e a república democrática. O capítulo inicia na crise do Estado Novo. Assim a cronologia do capítulo vai de 1940 a 1964. Quanto à década de 1960, inicia-se com o governo de Jânio Quadros. Em seu governo, o livro destaca a Política Externa Independente ³⁷ e a viagem do seu vice, João Goulart, no período da renúncia.

Especificamente sobre o governo de Jango, o tópico com o título “O retorno ao presidencialismo e o governo de João Goulart” (Vainfas *et al.*, 2016, p. 212) tem como foco as

³⁷ A PEI iniciou-se nos primórdios do governo Jânio Quadros, com uma proposição por ele próprio apresentada em mensagem ao Congresso Nacional, em março de 1961. Fortemente influenciado pelo pensamento independentista de Afonso Arinos de Mello Franco, seu ministro de Relações Exteriores desde os primeiros momentos, Quadros relegava à política exterior um papel fundamental na busca pelo desenvolvimento do país, pela superação da pobreza e pelo alcance da justiça social. “Compreendia que a diferenciação do mundo entre Norte e Sul era essencialmente econômica, mais que ideológica, e, por isso, considerava que o Brasil poderia e deveria estabelecer “contatos proveitosos” até mesmo com países de ideologias diversas, uma vez que essa atitude poderia contribuir para reduzir tensões internacionais e promover a paz” (Arinos Filho, 2001, p. 156).

dívidas das contas públicas e o seu programa político. “Seu programa político eram as chamadas reformas de base, também defendidas pelas esquerdas” (Vainfas *et al.*, 2016, p. 213. Em relação às reformas, não é encontrado nenhum texto específico explicando quais eram os seus propósitos.

Em seguida, no tópico com título “Cresce a radicalização”, em um texto de cinco parágrafos é explicado de forma resumida as sucessivas crises políticas que governo enfrentou “com o enfraquecimento do governo, causado pelo clima de radicalismo político e pela crise econômica – em 1963, a inflação alcançou 78% - fortalecia-se o grupo golpista” (Vainfas *et al.*, 2016, p. 213). Ainda sobre esse tema, a oposição do governo nas ruas também ganha destaque, em um tópico com o título “Oposição nas ruas”, em que é dedicado a dissertar sobre as marchas da família com Deus, protestando contra os comícios das reformas de base (Vainfas *et al.*, 2016).

Na coleção da Editora Saraiva, o tema especificamente sobre a articulação do golpe foi abordado em uma lauda. Percebemos que a organização dos subtópicos em sua linha de organização apresentou o golpe de 1964 no final do capítulo sobre a democracia no Brasil, como uma forma de introduzir a ditadura no capítulo seguinte. Todavia, acabou reduzindo a linha cronológica de articulação do golpe a um texto de três parágrafos.

Figura 2 – O golpe de 1964 – Editora Saraiva



Fonte: Vainfas *et al.* (2016).

Em relação ao texto sobre o golpe, é iniciado fazendo menção às capas dos jornais que exigiam a deposição de Jango. Após isso, são explicadas as movimentações dos militares no dia 31 de março. Além disso, os autores dissertam sobre a tentativa de Jango para conseguir algum apoio para resistir ao golpe. Analisando de forma geral o capítulo, foi interessante por parte dos autores demonstrarem a experiência democrática após o Estado Novo. Eles enfatizaram a importância da Constituição de 1946, fundamental para demonstrar os direitos políticos e civis da época.

Outro aspecto que estimula o senso crítico dos alunos(as) foi o investimento em seções que traziam textos de historiadores para explicar determinado tema e incentivando-os a pesquisar mais sobre determinado assunto. Apesar de não ter a menção ao que seria um golpe civil-militar, é possível ver a preocupação dos autores em demonstrar a movimentação da sociedade civil, fazendo menção às marchas e ao apoio dos empresários e de parcela da classe média a medidas anticonstitucionais. Embora os textos tenham feito menção ao contexto internacional de Guerra Fria, não se percebe uma conexão com o contexto de outros países da América Latina. Os antecedentes do golpe iniciaram na renúncia de Jânio Quadros e na crise política do governo de João Goulart, e finalizaram no retorno ao presidencialismo.

Agora, vamos à análise do segundo livro didático.

Obra 2: ALVES, A.; OLIVEIRA, L. F. de. **Conexões com a História**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

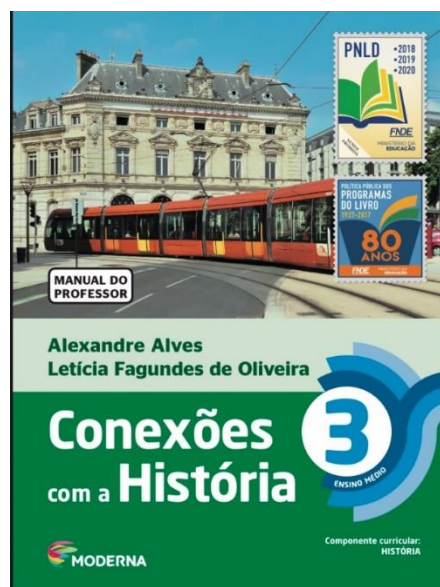
A segunda obra é da Editora Moderna, faz parte da coleção código 0122P18043103IL lançada em 2016, com o total de 151.200 tiragens da terceira edição. O livro conta com dois autores: Alexandre Alves³⁸ e Letícia Fagundes de Oliveira³⁹. O livro possui 288 páginas, três unidades e dezesseis capítulos. A coleção tem como objetivo contribuir para a “formação de indivíduos críticos, atuantes e comprometidos com a edificação de uma sociedade mais igualitária, tolerante e sustentável” (Alves; Oliveira, 2016, p. 2). Os seus conteúdos se iniciam na Segunda Revolução Industrial, Primeira Guerra Mundial, Primeira República, Totalitarismo e Autoritarismo, Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria, Globalização, e Brasil contemporâneo.

No livro da Editora Moderna, a narrativa sobre o golpe de 1964 está inserida no capítulo intitulado “Do populismo às ditaduras militares”. Ela inicia com um texto sobre autoritarismo, fazendo uma ligação com o contexto da Guerra Fria e o impacto dos golpes de Estado em países da América Latina como Brasil, Argentina e Chile. “Marcadas historicamente pela desigualdade social e pela concentração de renda, as nações latino-americanas se caracterizam, ao longo do século XX, pela instabilidade institucional e pela fragilidade de suas experiências democráticas” (Alves; Oliveira, 2016, p. 163).

³⁸ Possui Bacharelado (1998) e Licenciatura em História (2001), assim como mestrado (2000) e doutorado (2006) em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/5658627/alexandre-alves>. Acesso em: 30 set. 2023.

³⁹ Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1998), mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (2003) e especialização em Metodologias Ativas em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2020). Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/2256075/leticia-fagundes-de-oliveira>. Acesso em: 30 set. 2023.

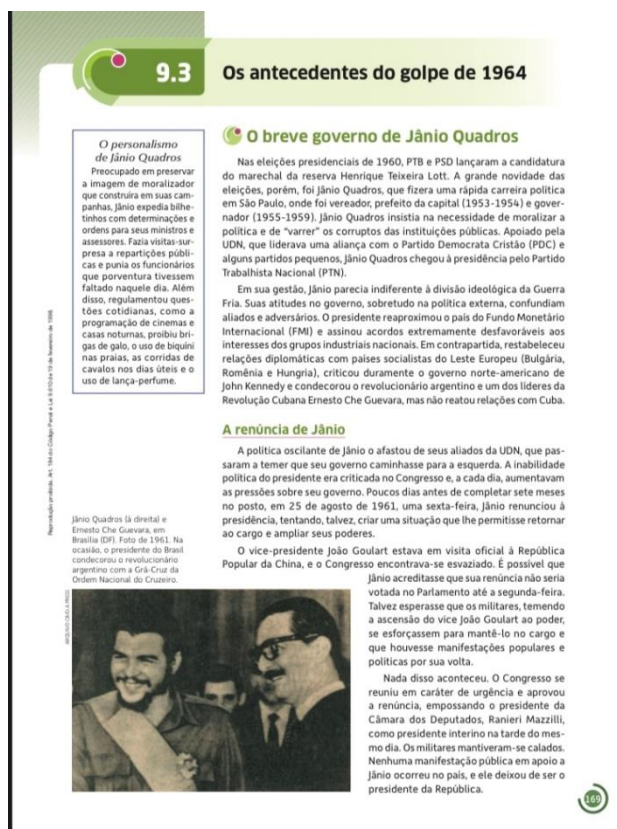
Figura 3 - Capa do livro: Conexões com a História



Fonte: Alves e Oliveira (2016).

Em seguida, os autores abordam o conceito de populismo, antes de adentrar nos governos de Eurico Gaspar Dutra e Getúlio Vargas. Após isso, percebe-se uma construção de narrativa semelhante ao livro da Saraiva, após os anos de JK. Têm-se o tópico com o título “Os antecedentes do golpe de 1964”, no qual a narrativa de explicação do golpe inicia com o governo de Jânio Quadros, na mesma página onde são explicados os principais feitos do seu governo e da sua renúncia. Aqui, mais uma vez, a sua política externa ganha destaque. “A política oscilante de Jânio afastou seus aliados da UDN, que passaram a temer que seu governo caminhasse para a esquerda” (Alves; Oliveira, 2016, p. 169). Na figura 4, na página dedicada ao governo de Jânio consta uma foto do ex-presidente junto a Ernesto Che Guevara, em Brasília, no ano de 1961, quando o presidente cubano foi condecorado.

Figura 4 - Antecedentes do golpe de 1964 - Editora Moderna



Fonte: Alves e Oliveira (2016).

Em relação ao governo de João Goulart, o espaço dedicado na obra é menor, totalizando um texto de 3 parágrafos para explicar a sua ascensão à presidência, o parlamentarismo e o presidencialismo de seu governo. No tópico “A crise política e o golpe de “1964”, os autores iniciam a narrativa com o tema reformas de base, porém não se aprofundando nele, e dão destaque à reforma agrária como principal mobilizadora das reivindicações pró reformas (Alves; Oliveira, 2016). Em relação à oposição, também são citadas as manifestações das marchas pela Família com Deus pela liberdade, assim como a pressão de parcela da classe média que saiu para protestar contra o governo. Em relação ao período de março de 1964, é citado o comício de 13 de março como o pivô da tensão e, após isso, é narrado o dia 31 de março: “O golpe militar começou e poucos ousaram resistir. Na madrugada do dia 2 de abril, o Congresso empossou Ranieri Mazzilli como presidente provisório. Mas, de fato, quem controlava o país era uma junta militar, composta de representantes das Forças Armadas” (Alves; Oliveira, 2016, p. 170).

Figura 5 - O governo de Jango, a crise política e o golpe de 1964



Fonte: Alves e Oliveira (2016).

Sobre a narrativa que se constrói sobre os antecedentes do golpe, a crise política e social é apresentada como a causa principal. Entretanto, há diferenças entre as coleções, principalmente no texto em que é mencionado quais eram as forças que estavam em conflito no período. É importante analisar as representações presentes nas construções dessas narrativas. No livro da Editora Saraiva, a narrativa é construída a partir da dualidade, das esquerdas e da oposição política e social a João Goulart. Em uma pequena seção de dois parágrafos, é explicada a oposição de Goulart vinda das ruas. Sendo assim, é citada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Além disso, são mencionadas algumas ações políticas de Goulart, como a tentativa da implementação das reformas de base.

O livro da Editora Moderna não segue uma linha muito diferente. Com o título de “golpe militar”, o tópico fala sobre a crise política e econômica, citando também os militares como golpistas. Além disso, também segue a dualidade de esquerdas versus golpistas. Comparando as coleções, entendemos que não há uma linha de pensamento que ligue o setor econômico e político aos grandes empresários. Se percebe uma preocupação em construir uma narrativa a

partir dos problemas sociais que estavam atravessando o governo de João Goulart, a luta dos camponeses em prol da reforma, setores populares para a aprovação das reformas de base.

Compreendemos que em ambos os livros há uma preocupação de mencionar nomes importantes, de líderes de partidos e partidos políticos, mas essa narrativa pode ficar confusa e cansativa para o aluno(a), uma vez que, priorizam um ponto de início e fim, e baseiam a narrativa somente na dualidade de ideologias. Sendo assim, são necessários mais detalhes sobre quais as pessoas e instituições estavam presentes nesse processo. Além disso, não se menciona em nenhuma das coleções quem eram os civis. Empresários, liderança ou imprensa, ou os diversos que participaram da articulação do golpe. Em ambos os livros, percebemos que os principais agentes responsáveis pela deflagração foram os militares.

A direita se aliou aos militares para unir forças e destituir Goulart do governo, porém nos livros não fica claro de que forma essa articulação procedeu, deixando mais uma vez a narrativa limitada. Posto isso, notamos que em nenhuma das coleções foi citada a expressão “golpe civil-militar”, termo que frequentemente é utilizado pela historiografia recente.

Diante disso, a criação de um produto educacional no formato de um livro paradidático é uma iniciativa que busca enriquecer o processo de ensino-aprendizagem sobre o golpe de 1964, com o uso de uma ferramenta que identifica as lacunas dos materiais existentes sobre o tema, e oportuniza essa nova linguagem ao aluno. Também busca ampliar o entendimento dos alunos sobre o período, a partir do estímulo à leitura crítica da historiografia do golpe. Essa escolha se dá por ser um material mais dinâmico, visual e interativo, com o objetivo de enriquecer a compreensão do conteúdo.

Ademais, buscou com o produto educacional desenvolver a leitura crítica das fontes jornalísticas, que auxiliarão na análise do contexto histórico, fugindo somente dos textos didáticos convencionais, estimulando a reflexão, debates e autonomia dos alunos. Todo esse processo promove a participação ativa no processo de aprendizagem.

Diante da discussão aqui apresentada, compreendemos que a memória é construída a partir das relações entre passado e presente. Parafraseando Jacques Le Goff (1924), o passado depende parcialmente do presente e toda história é contemporânea à medida que o passado responde aos interesses do nosso presente. Nesse cenário, os livros didáticos são instrumentos da memória e refletem para os alunos(as) um período na qual eles não viveram. Apesar dos livros aqui analisados apresentarem algumas limitações em relação a alguns conceitos, imagens e tópicos, ao ser trabalhado em sala de aula requer uma problematização maior, ou, até se possível, complementar com outros materiais e documentos, para que os alunos tenham um aproveitamento do conteúdo e possam refletir criticamente em relação ao tema.

3.2 CONSTRUINDO LINGUAGENS: A DESCRIÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Considerando que a tipologia do produto educacional que desenvolvemos, se configura como um livro paradidático, exploraremos a seguir a sua origem, assim como a significativa importância dos paradidáticos de História na construção do conhecimento e processo de aprendizagem.

No artigo *A aprendizagem da história a partir da construção de narrativas sobre o passado*, as autoras, Mariene Cainelli e Isabel Barca (2018), levantam em sua pesquisa importantes dados em relação ao processo de aprendizagem dos alunos. De acordo com esses dados, os alunos recebem na maioria das vezes os conteúdos de forma cronológica em uma perspectiva de começo e fim. Além disso, a História ensinada tem como foco os acontecimentos, revelando uma abordagem que tem como objetivo os fatos em cronologia. Isso ainda ocorre em muitas escolas do país e, por meio das discussões levantadas nessa pesquisa, percebemos o quanto a construção do pensamento crítico depende das vivências em sala e pela condução do conhecimento histórico pelo professor. Sobre o tema o pesquisador Luis Cerri (2011), disserta que

A aprendizagem escolar da história é, sobretudo aprendizagem da identidade coletiva mais ampla; daí o apelo – a demanda constante que atravessa os séculos – ao ensino da história para a formação do cidadão, que é a identidade política central da modernidade, na qual as relações entre os diferentes são organizadas com base nos Estados nacionais. (Cerri, 2011, p. 121).

Colaborando com o debate, Renilson Ribeiro (2015), em seu artigo *Ensino de História, Instituição Escolar e Formação Docente*, explana que o discurso curricular destaca a importância dessa interação na formação de cidadãos críticos, buscando construir recursos didáticos que desenvolvam sua visão crítica de mundo a partir de seus questionamentos. Nesse contexto, os produtos educacionais ganham relevância como requisitos nos Mestrados Profissionais, visando complementar esses recursos didáticos.

O ensino dito tradicional não refuta, antes tende a reforçar a percepção da história escolar como uma coleção de fatos e datas. Como decorrência disso, os estudantes desconhecem, em geral, o papel crítico do raciocínio históricos e pouco compreendem em que consiste uma explicação (Caimi, 2014, p. 170).

Seguindo essa linha de pensamento, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) estabeleceu o objetivo dos produtos educacionais, que consiste em aprimorar o ensino. Dessa forma, os mestrados precisam desenvolver produtos educativos para

aplicar em sala de aula, tais como jogos, sequências didáticas, aplicativos, sites, vídeos, paradidáticos, contos, entre outros, fundamentados no referencial teórico e metodológico da pesquisa (CAPES, 2019).

A abordagem do produto educacional busca qualificar o ensino, promovendo práticas inovadoras. Como discutido anteriormente, os livros didáticos geralmente apresentam textos simplificados e exercícios que não estimulam o pensamento crítico dos alunos. Nesse sentido, a pesquisadora Flavia Caimi (2014) destaca que os professores de História desempenham um papel essencial na estimulação do pensamento histórico dos alunos.

Professores de história precisam ser capazes de ajudar outros a aprender história e a pensar historicamente, tarefa que exige a mobilização de estratégias relativas ao conhecimento histórico, propriamente dito, mas também à elaboração de problemas historiográficos, aos conhecimentos prévios dos alunos, aos contextos de aprendizagem, ao uso de suportes de informação e fontes de investigação compatíveis com tais contextos, entre outros (Caimi, 2014, p. 170).

Na busca por estratégias que promovam o pensamento crítico dos alunos, os livros paradidáticos surgem por volta dos anos finais da década de 1970 como uma estratégia de marketing, conforme afirma Ernesta Zamboni (1991):

Para os editores, são consideradas paradidáticas as publicações que têm como objetivo subsidiar o trabalho pedagógico. Consideramos como didática toda a produção usada pelo professor em sua atividade docente. A diferença que se observa entre o chamado livro didático e o paradidático é uma questão de forma e não de conteúdo. A denominação paradidático, em catálogos editoriais, apareceu no final da década de 70. Foi lançada numa política de “marketing” com finalidade comercial por Giro Takashi, que na época trabalhava para editora Ática (Zamboni, 1991, p. 11).

Em relação a esse surgimento dos livros paradidáticos, não há um consenso quando se trata de suas origens. Sendo assim, o autor Kazumi Munakata (1997) tem uma explicação um pouco diferente em relação a esse início. Em sua visão, o termo foi pela primeira vez utilizado pelo professor e diretor da Editora Ática, Anderson Fernandes Dias, no início da década de 1970. Na perspectiva de Munakata (1997), o livro paradidático é um material de apoio aos alunos e professores devido à falta de materiais adequados no âmbito didático.

Diversos pesquisadores procuraram refletir o paradidático e suas origens. No entanto, nessa discussão focaremos em refletir a relevância dos livros paradidáticos de História. Após a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 5.692/71) possibilitar a introdução de livros paradidáticos no

currículo escolar, os editores sentiram a necessidade de produzir textos mais atrativos gráficos e textuais. A autora Zamboni (1991) afirma que com essa mudança percebeu-se o aumento dos critérios gráficos, tendo em vista os lucros e o mercado editorial.

Zamboni (1993) afirma que a construção de narrativas presentes nos livros paradidáticos de História são também relações de poder. “Os autores dos materiais de divulgação do conhecimento histórico, assim como as editoras, exercem formas de poder seja na escolha dos temas, seja nas fontes de pesquisas, como também nas imagens publicitárias criadas para divulgar o conhecimento” (Zamboni, 1993, p. 175).

Na análise de Ana Beatriz Accorsi Thomson (2018), os paradidáticos na área de História são uma importante alternativa para um ensino que enriqueça os temas tratados na sala de aula, pois traz elementos lúdicos relacionados com o cotidiano dos alunos e com o seu imaginário. Sendo assim, esses auxiliam na compreensão do período histórico estudado.

Em nossa concepção, perceber os paradidáticos como ludicidade não é um equívoco. Contudo, essa é apenas uma das facetas que podem ser abordadas pelos educadores no trabalho com esses recursos. Inclusive, sabemos que a ludicidade presente nesses livros é uma forma de o professor “escapar” dos livros didáticos, considerados por muitos como enfadonhos, maçantes e extremamente conteudistas. Outra forma de se compreender os paradidáticos no ensino de história que verificamos entre os professores foi sua percepção como contextualização. Acreditamos que tal noção se apresenta um tanto mais elaborada que a categoria anterior. Aqui não se concebe os livros como complementos e não se busca apenas ilustrar os conteúdos, mas sim como um meio para que o aluno tenha acesso à descrição de determinado contexto histórico. Entra nessa categoria a percepção de que os livros pretendem retratar determinada situação do passado, estabelecendo descrições e propiciando ao aluno o contato com outras realidades (Thomson, 2018, p. 68).

Em outra pesquisa, a autora Ana Beatriz Accorsi Thomson (2016), no artigo *Os paradidáticos no ensino de História: uma reflexão sobre a literatura infantil/juvenil na atualidade*, diz que os paradidáticos são importantes ferramentas para promover uma visão mais inclusiva e ampla do ensino de História. Em seu estudo, ela aponta que é necessário explorar as temáticas literárias no currículo escolar com o objetivo de promover as discussões, e um ensino mais plural e inclusivo. Portanto, a discussão apresentada pela autora enfatiza a importância dos materiais paradidáticos como recursos pedagógicos que podem contribuir significativamente para o processo de ensino e aprendizagem da História, ampliando o repertório dos alunos e incentiva uma visão crítica assim como reflexiva sobre o passado e o presente.

Para além dos detalhes gráficos e ambições comerciais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) preveem que os professores ofereçam aos alunos outros recursos didáticos para explorar a disciplina, com o objetivo de ampliar as possibilidades dos livros didáticos. Os livros paradidáticos visam ampliar essas possibilidades. A exemplo disso, a pesquisadora Flavia Caimi (2014), afirma que:

A internet, por exemplo, quando utilizada apenas como repositório de informações favorece a aprendizagem tanto quanto o faziam as antigas enciclopédias escolares ou fazem os livros didáticos. Por outro lado, tratada no campo metodológico, pode favorecer excelentes oportunidades para o desenvolvimento da capacidade de comunicação, análise, resolução de problemas, gestão e avaliação de informações, entre outros (Caimi, 2014, p. 175).

Nesse contexto, apresentado por Caimi, as linguagens são excelentes meios de construir com os alunos um conhecimento autêntico. O livro paradidático oferece a possibilidade de ser composto com diversas linguagens didáticas, obviamente as linguagens não se restringem somente ao paradidático.

Conforme Crislane Azevedo e Aline Lima (2014), no artigo *Leitura e compreensão do mundo na educação básica: o ensino de História e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula*, o uso das linguagens e fontes auxilia a integração do ensino de História com a educação básica, especialmente se for uma linguagem na qual o aluno já está habituado em seu cotidiano. Também ressalta que a introdução das fontes relacionadas ao conteúdo estudado conduz o aluno a questionar as informações (Azevedo; Lima, 2014).

A escolha de material didático é assim uma questão política e torna-se um ponto estratégico que envolve comprometimento do professor e da comunidade escolar perante a formação do aluno. O material didático, por ser instrumento de trabalho do professor, é igualmente instrumento de trabalho do aluno (Bittencourt, 2008, p. 298).

Como instrumento intrínseco, é importante reconhecer que a narrativa adotada sobre determinado acontecimento histórico é ressignificado por grupos sociais. Essa dinâmica influencia diretamente na compreensão dos conteúdos pelos alunos, delineando as discussões que serão travadas e, conseqüentemente, moldando o desenvolvimento de um senso crítico. Nessa perspectiva, quando tratamos de um livro paradidático voltado para alunos do terceiro ano do ensino médio é necessário elencar discussões e narrativas que tragam reflexões importantes para os estudantes, pois é ponto fundamental na formação do seu senso crítico.

Observa-se, a partir do que foi discutido, a necessidade de os livros paradidáticos possibilitarem uma leitura de mundo que permita ao aluno explorar a construção do passado e reconhecer que determinadas estruturas também se manifestam no presente, e compreenda que isso não determina o presente, mas sim, gera debates e questões que podem ser compreendidas a partir da explicação do professor, ou da leitura do paradidático. Discussões como essas são fundamentais no campo do conhecimento histórico. À luz dessas reflexões, procederemos, no próximo tópico, à abordagem detalhada da construção do produto educacional.

3.2.1 A trajetória do produto educacional

No presente tópico, pretendemos percorrer os caminhos de construção do produto educacional que se trata de um livro paradidático com o título: *História e Imprensa: O Golpe Civil-Militar de 1964 através dos jornais*, que tem como objetivo discutir a articulação do golpe de 1964, com destaque para a participação da sociedade civil por meio dos jornais *O Globo* e a *Última Hora*.

Figura 6 - Capa do Produto Educacional



Fonte: Acervo da autora (2024).

A capa do livro paradidático fez referência a diversas reportagens sobre o tema do livro: o golpe civil-militar. A escolha por reportagens, e não apenas meras imagens, se deu porque é um recurso trabalhado junto ao conteúdo do livro, a partir da seção “Um giro nos jornais”. Assim, dá sentido e conectividade para o aluno fazer a sua imersão junto ao livro paradidático já logo com a capa e o seu primeiro contato com o livro. Também optou-se por não utilizar cores na capa para que, de certa forma, transpareça a seriedade sobre o assunto, que é bastante denso e nebuloso em nossa história.

Quanto ao conteúdo, o livro paradidático busca apresentar uma narrativa histórica do golpe, que se preocupou em compreender a conspiração que contou com a sociedade civil, também desmistificando termos e narrativas. Além disso, o produto educacional apresenta como fonte principal de pesquisa os jornais, como uma importante linguagem para o ensino sobre o golpe, assim como para construção de um pensamento crítico sobre as fontes, que não se resumem somente a materiais bibliográficos como são os livros. Esse produto possui relação com a linha de pesquisa do programa de pós-graduação, *Linguagens e construção do conhecimento histórico*, a qual tem por objetivo refletir sobre as linguagens que orientam o conhecimento histórico, tendo em vista a utilização de amplo repertório de materiais didáticos, verbais e não verbais, em direção à pluralização das narrativas.

Quanto ao público-alvo do produto educacional, destina-se a estudantes do terceiro ano do ensino médio, que estão no período pré-vestibular e revisitam o tema constantemente. Em relação à estrutura do produto, foi levada em consideração a realidade dos alunos(as) durante a criação das atividades para se estabelecer uma relação entre o conteúdo e a realidade em que estão inseridos(as). Igualmente, foram propostos estudos de casos para que os estudantes consolidassem suas ideias e pensamentos estimulando autonomia e criticidade na aprendizagem.

Sobre a linguagem do produto didático, foi compreensível e adequada a série dos alunos(as), e também foi disponibilizado um glossário para esclarecer os significados de termos técnicos ou até mesmo de palavras não tão comuns nos dias de hoje. Para a elaboração do produto, foram sistematizados os conteúdos em formato de texto e, por meio de um editor de texto, foi utilizada uma linguagem mais informativa e direta, igualmente não acadêmica. Para a construção dos conteúdos, foram utilizadas obras historiográficas e metodológicas. Essas leituras foram essenciais para fazer a pesquisa histórica, e construir os conteúdos dos capítulos desse produto, com uma linguagem apropriada. As fontes utilizadas no paradidático estão disponíveis online; o jornal O Globo está disponível no acervo O Globo; e o jornal Última Hora está disponível no site da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. A grande maioria das

imagens foram selecionadas no site do Acervo O Globo, Arquivo Nacional e algumas fotografias são de autores desconhecidos.

A ideia inicial pensava em produzir um paradidático que abordasse tanto o período de articulação do golpe de 1964, quanto o primeiro ano de ditadura, pensando o conceito de ditadura, explicando de que forma acontecem os regimes ditatoriais, a origem da palavra e as suas discussões. Sendo assim o primeiro capítulo seria intitulado como *O que é uma ditadura?*; já no segundo capítulo, discutiríamos o processo histórico-político do golpe de 1964, no qual título seria *O golpe civil-militar de 1964* e nesse capítulo seria apresentada a definição de golpe de Estado e a sua articulação; no capítulo terceiro, *As interpretações em torno do golpe*, objetivava-se compreender quais eram os setores favoráveis e contrários ao golpe; no quarto capítulo, *A ditadura civil-militar*, procurava-se explicar a participação da sociedade civil na articulação do golpe e o apoio a ditadura; e o último capítulo, que seria o quinto, com o título *A atualidade do debate*, pretendia-se analisar as projeções para a atualidade, explicar a anistia escolhida e a ausência de uma justiça de transição. Mas optou-se por não segui-lo e a estrutura foi modificada.

Esse modelo de produto atual foi repensado após modificarmos o marco temporal da pesquisa, quando foi decidido não mais abordar o período ditatorial, somente o golpe e a sua articulação e conspiração a partir de 1961. Dessa forma, os capítulos foram novamente repensados e também reduzidos, visando uma objetividade e com o intuito de investir em outros elementos. Diante das modificações, pensamos em uma segunda estrutura de capítulos e definitiva. Para isso, organizamos o produto em três etapas diferentes. Estas estão definidas da seguinte forma relatada a seguir.

Figura 7 – Sumário do produto educacional



The image shows a table of contents on an orange background. On the right side, there is a stylized graphic of a sun with yellow rays and a blue circular face with black outlines. The text is in white and yellow. The page number '05' is in the bottom right corner.

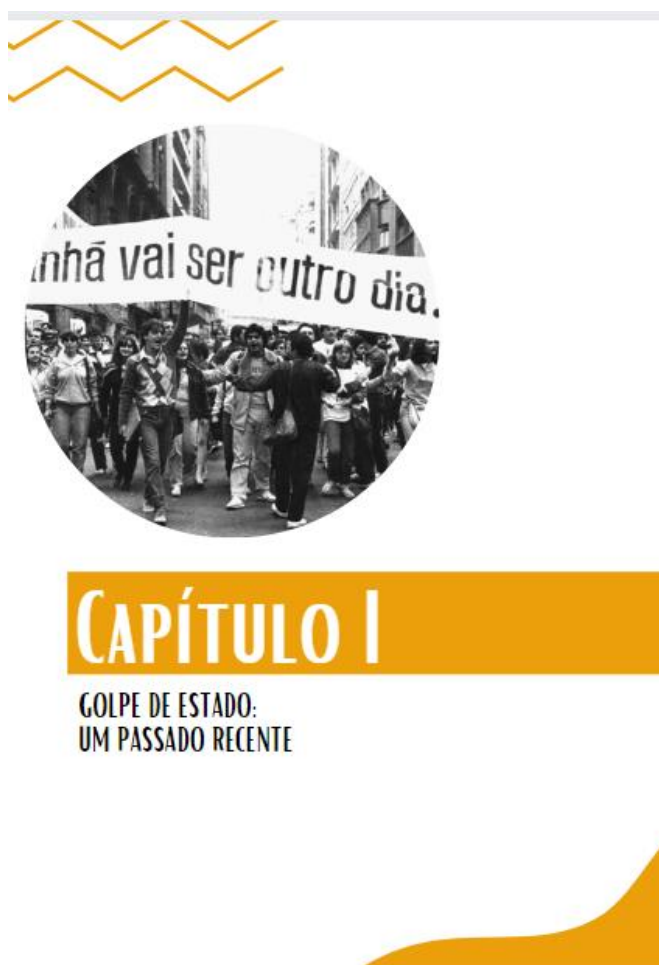
SUMÁRIO	
ACHE-SE AQUI!	
6	<u>CAPÍTULO I</u> <u>GOLPE DE ESTADO: UM PASSADO RECENTE</u>
24	<u>CAPÍTULO II</u> <u>ANTECEDENTES DO</u> <u>GOLPE DE 1964</u>
51	<u>CAPÍTULO III</u> <u>O GOLPE DE 1964: "NÃO PERMITIREI A</u> <u>DESORDEM EM NOME DA ORDEM"</u> <u>(1963-1964)</u>

05

Fonte: Acervo da autora (2024).

Inicialmente, o livro paradidático conta com uma *Apresentação* ao estudante, em que se explica a proposta do livro e o seu objetivo. No capítulo um, *Golpe de Estado: Um passado recente*, apresentamos a discussão historiográfica que foi produzida sobre o golpe de 1964, explicando o conceito de golpe, e como esse conceito foi construído ao longo dos anos, também, nesse capítulo tivemos a preocupação de demonstrar ao estudante a resistência por parte de alguns setores em aceitar o termo golpe. Ainda no primeiro capítulo, apresentamos os jornais como fonte e introduzimos as primeiras análises dos jornais *O Globo* e *Última Hora*.

Figura 8 – Capítulo 1 do produto educacional



Fonte: Acervo da autora (2024).

No capítulo dois, *Antecedentes do Golpe 1964*, procuramos abordar o contexto histórico do ano de 1961, com as eleições que elegeram Jânio Quadros e João Goulart aos cargos de presidente e vice-presidente, analisando de que forma foram articuladas as tensões políticas entre os partidos políticos no ano de 1961, o início conturbado do governo de João Goulart após a renúncia de Jânio.

Figura 9 – Capítulo 2 do produto educacional



Fonte: Acervo da autora (2024).

No terceiro e último capítulo, *O golpe de 1964: “Não permitirei a desordem em nome da ordem”*, o estudante teve acesso ao contexto político do ano de 1963, a luta pelas reformas e a intensificação das articulações para o golpe de 1964. O aluno aprenderá sobre as articulações de parcela da sociedade civil e dos militares nos anos de 1963 e 1964. Discutimos as medidas do governo de João Goulart, seus comícios em prol da aprovação das reformas, a articulação dos militares e a resistência ao golpe por parte dos movimentos de esquerda, bem como o apoio popular ao presidente. Nesse capítulo, também vemos como a imprensa se envolveu no golpe de 1964.

Figura 10 – Capítulo 3 do produto educacional



Fonte: Acervo da autora (2024).

Durante os três capítulos foram trabalhadas as seções do material paradidático, que tem o objetivo de complementar o conteúdo com os recursos didáticos que trabalharam as habilidades de leitura, interpretação e resolução de atividades.

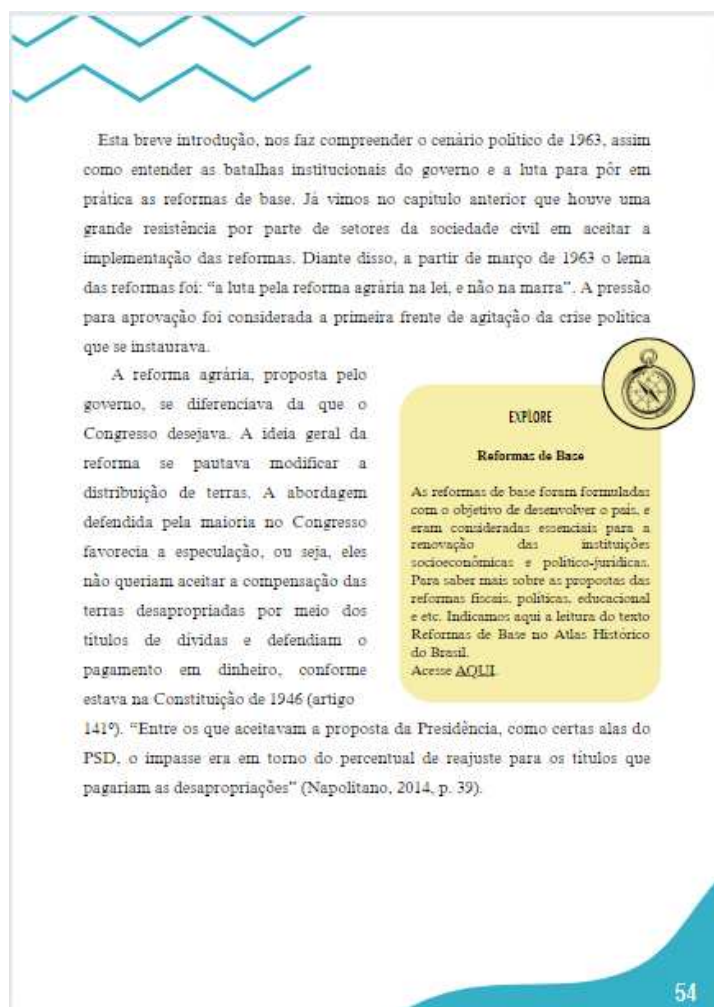
Figura 11 - Descrição das seções do produto educacional



Fonte: Acervo da autora (2024).

As seções que complementam os conteúdos do livro aparecem no texto de maneira bastante visual, com uma diagramação diferenciada e em caixas de texto associadas a cores. Isso remete à lembrança visual que o aluno terá, pois ao ler no primeiro capítulo, por exemplo, alguma caixa do recurso *biografia* ele acostumar-se-á com essa cor para esse recurso. O ícone sempre utilizado para mesmo fim também cria a associação necessária para o aluno assimilar aquele recurso.

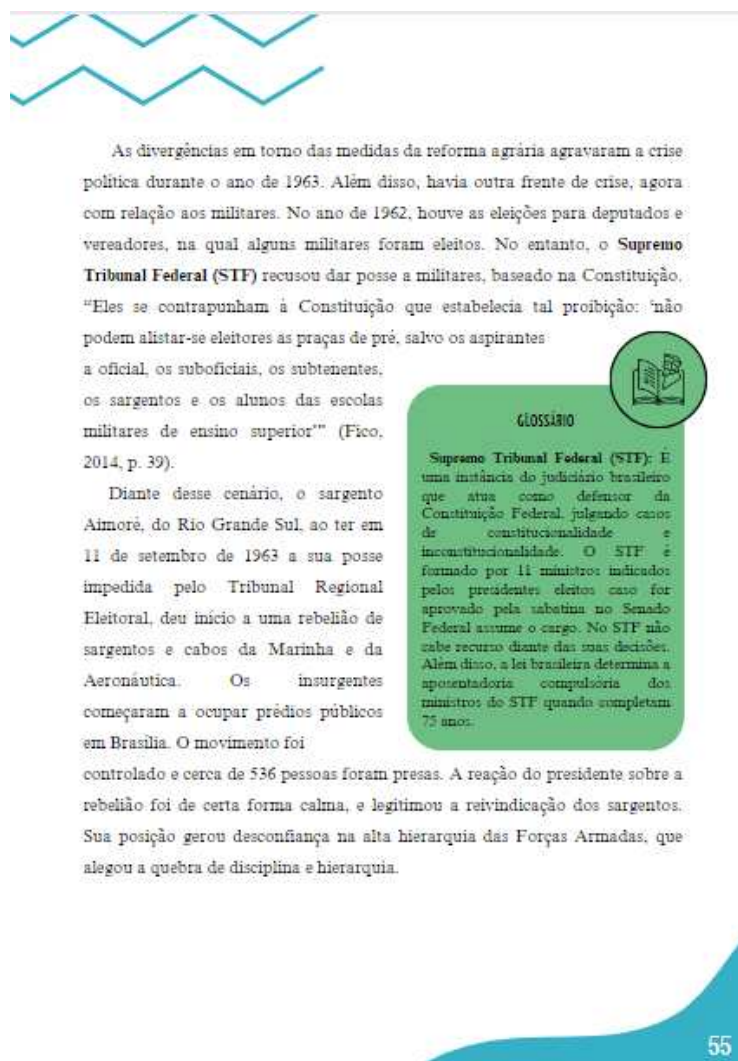
Figura 12 – Ícones e um recurso ao longo do texto



Fonte: Acervo da autora (2024).

Quanto aos recursos, o nome da primeira seção é o *glossário*, que tem como objetivo explicar o significado de palavras ou expressões utilizadas no texto que talvez os alunos(as) não saibam o significado. Nessa parte estarão também inseridos termos históricos ou de outras áreas das ciências humanas. Tem-se também a seção *Biografia* com como objetivo apresentar ao estudante de qual figura histórica estamos falando.

Figura 13 – Glossário, como recurso no produto educacional



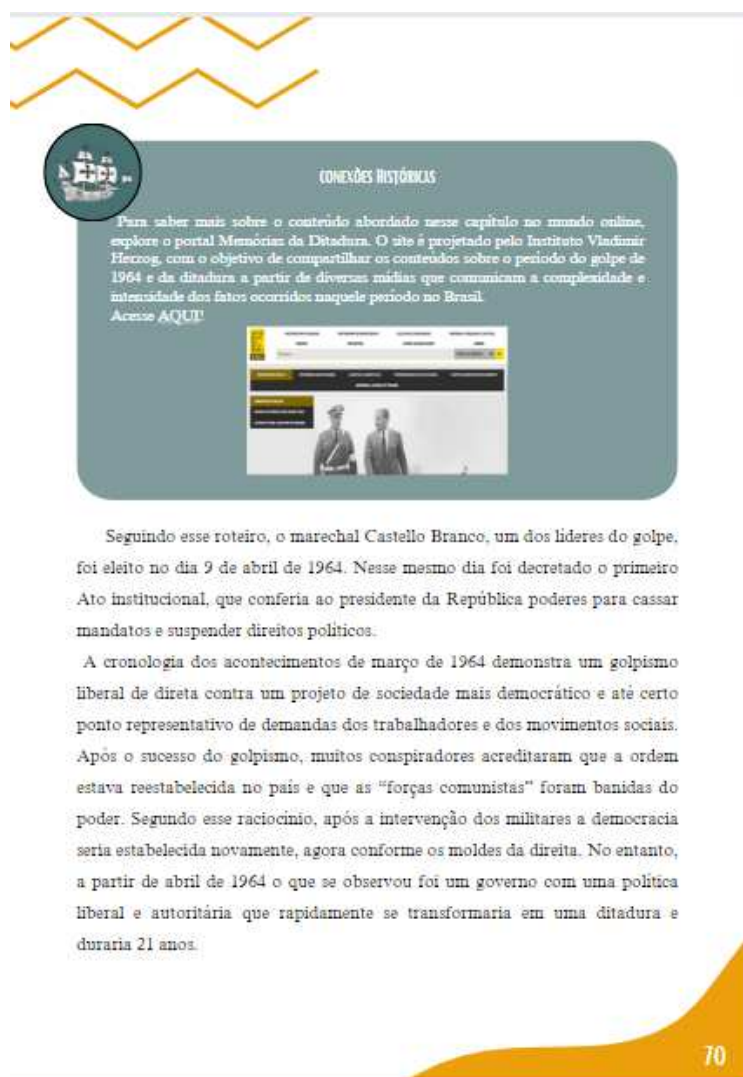
Fonte: Acervo da autora (2024).

Em seguida, tem-se a seção *Um giro nos jornais*, que tem como propósito trabalhar as análises dos jornais em conjunto com o conteúdo que está sendo explicado. A seção *A História nos jornais* visa explicar os jornais como fonte, a sua materialidade e diagramação, assim como a participação da imprensa no golpe. Na seção *O passado no presente* visa-se analisar a conjuntura política e social que está sendo discutida e introduzir algum acontecimento recente ou posterior ao período que possa ser relacionado.

A próxima seção é a *Explore*, que tem por finalidade sugerir ao(à) aluno(a) que pesquise mais sobre determinado assunto a partir de uma atividade de pesquisa com outros colegas, aqui também pode ser sugerido uma interação com outras disciplinas para estimular a interdisciplinaridade. Na seção *Aplicando o conteúdo* objetiva-se propor as atividades sobre o

tema ao final de cada capítulo. Na seção *Conexões históricas*, propõem-se sugerir *sites*, leituras de livros, filmes e documentários para os alunos de acordo com o conteúdo.

Figura 14 – Conexões histórias, como recurso no produto educacional



Fonte: Acervo da autora (2024).

Ademais, para além das seções pré-estabelecidas inicialmente, o material paradidático propõe atividades lúdicas exemplificadas pelo Caça-palavras, com o propósito de proporcionar ao estudante a revisão do tema a partir da gamificação. Tais exercícios são concebidos com o objetivo de estimular o raciocínio crítico do estudante.

De modo geral, o produto paradidático segue uma diagramação que preocupa-se em **criar associações** (a partir de cores e ícones) para o aluno; **organizar os elementos** de maneira convidativa e com sentido para esse leitor; **utilizar uma fonte que não seja cansativa para leitura** e que a torne mais agradável, considerando o público que deve ser estimulado à leitura

com afinco; **dispor as imagens dos jornais** de maneira que destaque o texto extraído para análise;

Para a elaboração do produto, foram utilizadas ferramentas digitais como Corel DRAW (para trabalhar a capa em alta resolução) e Canva PRO, com recursos destinados à montagem de layouts interativos. Por ser essa uma diagramação digital, não foram feitos esboços à mão em formato de croqui para ilustrar o processo criativo.

As fontes escolhidas para os títulos foram Bright e para o corpo do texto Times New Roman, entendendo que faria sentido o uso de uma fonte comum para os alunos de ensino médio. Reflete também o tom que se espera no livro, que é minimalista, mas longe de ser simples. O uso de uma fonte sem serifa no título destaca e chama a atenção para o texto, enquanto que a fonte com serifa atribui o tom mais sério ao texto, em se tratando do tema estudado não haveria por que utilizar uma fonte que não desse credibilidade à História contemporânea do Brasil. Também, a fonte sem serifa⁴⁰ nesse trabalho poderia remeter a um livro para o público de ensino fundamental, de leitura mais fácil – e menos séria talvez -, o que não fidelizaria o leitor de ensino médio.

Trabalhou-se com margens e sangria, sem que fosse muito grandes, para que não parecesse um texto espremido no meio da página, entregando a fluidez que se espera. Por fim, aponta-se para o uso de elementos gráficos para complementar as páginas, como desenhos, ilustrações e outros elementos de design, que foram utilizados e considerados para tornar as páginas mais dinâmicas. Ajudam, inclusive, a causar emoções nos leitores, nesse caso os alunos.

⁴⁰ “Não possuem prolongamentos nas hastes e geralmente têm uma aparência limpa, simples e moderna.” Disponível em: [https://estudioroxo.com.br/o-que-a-tipografia-tipo-de-letra-da-sua-marca-diz-sobre-ela/#:~:text=2\)%20Sem%20serifa%20\(Sans%20Serif\)&text=N%C3%A3o%20possuem%20prolongamentos%20nas%20hastes,apar%C3%A2ncia%20limpa%2C%20simples%20e%20moderna.](https://estudioroxo.com.br/o-que-a-tipografia-tipo-de-letra-da-sua-marca-diz-sobre-ela/#:~:text=2)%20Sem%20serifa%20(Sans%20Serif)&text=N%C3%A3o%20possuem%20prolongamentos%20nas%20hastes,apar%C3%A2ncia%20limpa%2C%20simples%20e%20moderna.) Acesso em: 23 fev. 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, investigamos o golpe civil-militar de 1964 a partir de suas representações construídas pela imprensa, em específico pelos jornais Última Hora e O Globo, apresentando o uso dessas fontes como ferramentas para o ensino de História. Considera-se que temas sensíveis, como o golpe de 1964, são um dos assuntos que sempre estão sendo revisitados pela historiografia, tendo em vista que essa temática é importante para construção da memória do acontecimento. Faz-se necessário resistir e enfrentar as correntes negacionistas, fazendo com que os alunos se tornem leitores críticos e saibam contextualizar as fontes a partir da análise crítica.

Durante a investigação não esgotamos as variedades de interpretação sobre o golpe de 1964, e nem foi nosso objetivo dar conta de todas as possibilidades de representações sobre o tema. Muitas nuances ainda são alvos de discussões e questionamentos. Nesse sentido, foi proposto colaborar com o ensino de História sobre o golpe de 1964 a partir da utilização dos jornais como fonte.

A pesquisa dos jornais nos acervos nos permitiu expandir o leque de recursos para se fazer pesquisa na área de História, uma vez que os acervos estão disponíveis digitalizados de forma online e atualmente há uma acessibilidade maior aos documentos disponíveis na web.

A partir disso, tem-se como alternativa pedagógica inserir esses acervos digitais na vida dos(as) estudantes, oferecendo a possibilidade de utilizá-los como fonte de informação e recursos didáticos para aulas de História.

Como resultado da pesquisa, tem-se um produto educacional que busca demonstrar o acesso aos jornais na prática. Isso está relacionado com a concepção de promover um ensino crítico no qual os(as) estudantes são capazes de formar opiniões baseadas em fontes, problematizá-las e identificar as diferentes narrativas históricas que podemos extrair das fontes impressas (ou digitalizadas).

A ideia de apresentar dois jornais com ideologias diferentes, que debatiam sobre os mesmos assuntos, em alta na época analisada, porém, com posicionamentos e discursos diferentes, demonstra que há uma multiplicidade de sentidos nos quais a História pode ser representada a partir de diferentes pontos de vista. Atualmente, vivemos em um cenário em que as notícias se disseminam com uma velocidade maior graças à internet. Sendo assim, os discursos produzidos influenciam os seus leitores com mais facilidade. As notícias e editoriais podem ser retratados com muito mais facilidade do que em 1964. Diante disso, tivemos, como

exemplo, no jornal O Globo o reconhecimento tardio de que a adesão ao golpe foi um erro anos após as suas publicações de apoio.

Posicionamentos na imprensa ainda têm a mesma influência e poder como tinham em 1964. Assim, é necessário fazer essa comparação com o passado para que possamos olhar para o nosso presente e perceber as semelhanças do poder da mídia, assim como a permanência de alguns discursos autoritários e negacionistas. Recentemente, nas eleições presidenciais de 2022 no Brasil, pôde-se perceber a polarização política que se instaurou no Brasil e que ocasionou contradições de alguns discursos, bem como falas que almejavam a volta de um período político sombrio no país. Isso ocorre porque boa parte dos militares que participaram do golpe e da ditadura não foram punidos e as vítimas desse período não receberam justiça.

Pensar essas questões deixa claro o porquê hoje parcela da sociedade ainda tem medo do comunismo no Brasil e de uma possível “ditadura de esquerda”, já que essas reflexões demonstram a continuidade das representações que acreditam que a intervenção das Forças Armadas são a solução. Nesse sentido, como foi discutido nessa pesquisa, é essencial a leitura das obras de historiadores que desconstróem tais visões com investigações baseada na ciência histórica.

A investigação resultou na produção do livro *História e Imprensa: O golpe civil-militar de 1964 através dos jornais*, cujo objetivo é apresentar os jornais como importante fonte histórica e de informação aos(às) estudantes para compreender a configuração do golpe de Estado e a participação da imprensa assim como de parcela da sociedade civil.

Nesse sentido, buscamos primeiramente levantar uma discussão sobre o conceito de golpe de Estado a partir da perspectiva historiográfica e, após isso, explicar a configuração e conspiração do golpe de Estado que depôs João Goulart.

Almejamos que a pesquisa e o produto educacional possam contribuir com os estudos e o ensino sobre o golpe de 1964 e que os jornais sirvam de auxílio nas aulas de História.

REFERÊNCIAS

A BANDEIRA da paz. **O Globo**, Rio de Janeiro, n. 10.846, 9 set. 1961.

A NAÇÃO unida às Forças Armadas. **O Globo**, Rio de Janeiro, n. 11.624, 31 mar. 1964.

A SORTE da república. **O Globo**, Rio de Janeiro, n. 11.478, 5 out. 1963.

A VITÓRIA democrática trouxe ao país a tranquilidade política. **O Globo**, Rio de Janeiro, n. 11.855, 30 dez. 1964.

ALVES, A.; OLIVEIRA, L. F. de. **Conexões com a História**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

AMARAL denuncia manobras contra a Constituição. **O Globo**, Rio de Janeiro, n. 11.160, 19 set. 1962.

AQUINO, Maria. Brasil: golpe de Estado de 1964. que Estado, país, sociedade são esses?. **Proj. História**, [s.l.], 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/9947/7387/24694>. Acesso em: 6 nov. 2023.

ARINOS FILHO, A. **Diplomacia independente**: um legado de Afonso Arinos. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BARROS, J. D. Fontes históricas – uma introdução aos seus usos historiográficos. **Histórias e Parcerias**, [s.l.], 2019. Disponível em: https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1569693608_ARQUIVO_bd3da9a036a806b478945059af9aa52e.pdf. Acesso em: 6 nov. 2023.

BITTENCOURT, C. M. F. Livros Didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, C. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe. Reflexões sobre o ensino de História. **Ensino de humanidades**, [s.l.], v. 32, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WYqvqrhmppwbWpGVY47wWtp/>. Acesso em: 6 nov. 2023.

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BORTONE, E. A. A presença de empresários do instituto de pesquisas e estudos sociais (IPES) nas empresas estatais federais: O caso do setor financeiro (1964-1967). In: PICCOLO, M. **Ditaduras e democracia no mundo contemporâneo**: rupturas e continuidades. São Luís: UEMA, 2016. p. 73-101.

BRASIL, CAPES. **Documento de Área** – Ensino. Brasília, 2019a.

BRASIL, CAPES. **Grupo de trabalho Produção Técnica**. Brasília, 2019b.

CAIMI, F. E. Geração homo zappiens na escola: os novos suportes de informação a aprendizagem histórica. In: MAGALHÃES, M. *et al.* (org.). **Ensino de história: usos do passado, memória e mídia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014. p. 165-183.

CAINELLI, M. R.; BARCA, I. Aprendizagem da história através da construção de narrativas sobre o passado. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e164920, 2018.

CAPELATO, M. H. **História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo**. História do tempo presente. Rio de Janeiro: FGV, 2014. Acesso em: 06 nov. 2023.

CAPELATO, M. H. R. **A Imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, M. H. R. História do Brasil e revisões historiográficas. **Anos 90**, [s.l.], v. 23, n. 43, p. 21-37, 2016.

CARVALHO, C. O. **Samuel Wainer: o jornalista na história**. 2014. Monografia (Jornalismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, [S.l.], 2014.

CERRI, L. F. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CERTEAU, M. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAMMAS, E. Z. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CHARTIER, R. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. 2. ed. Viseu: Difel, 1990.

CHEGOU a hora de escolher democracia ou comunismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, n. 10.835, 28 ago. 1961.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: Feusp, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

CONGRESSO em revista: UDN prega derrubada do presidente Goulart. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 1.265, 25 mar. 1964.

D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

D'ÁVILA, C. Interdisciplinaridade e mediação didático-pedagógica. **Revista da FAEBA**, [s.l.], Ano III, v. I, n. 3, p. 143-158, jan./dez. 2002.

D'ÁVILA, C. Interdisciplinaridade e mediação: desafios no planejamento e na prática pedagógica da educação superior. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, n. 6, p. 58-70, jul./dez. 2011.

DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FVG, 2014.

DELGADO, L. FERREIRA, J. **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

DREIFUSS, R. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1981.

DUPLA Jan-Jan no poder (Já) diplomada). **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 3.255, 31 jan. 1961.

EU não permitirei a desordem em nome da ordem. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 1.271, 31 mar. 1964.

FARIA, M. A. O. **Como usar o jornal na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

FAZENDA, I. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: Efetividade ou ideologia**. São Paulo: Loyola, 1979. v. 1; v. 6.

FERREIRA, J.; GOMES, A. C. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, C. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, C. **O golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.9, n.20, p. 05-74, jan./abr. 2017.

FIDELIS, T. Samuel Wainer: entre Diretrizes e Última Hora. **Em tempos de História**, [s.l.], 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332100168_Samuel_Wainer_entre_Diretrizes_e_Ultima_Hora. Acesso em: 6 nov. 2023.

GOVERNO que entra e Governo que sai. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 3.255, 31 jan. 1961.

INTERPRETADAS erradamente as palavras do governador – diz o assessor de Lacerda. **O Globo**, Rio de Janeiro, n. 11.478, 5 out. 1963.

JANGO afirma no Arsenal da Marinha: Comício não ameaça o povo: a fome sim. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 1.256, 12 mar. 1964.

JANGO convoca o povo à luta pelas reformas. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 4.049, 16 maio 1963.

JANGO explica sítio ao ministério. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 4.172, 8 out. 1963.

JÂNIO em Cumbica: Misterioso e Inabalável. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 3.425, 26 ago. 1961.

JÂNIO foi deposto por sua política Externa. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 3.424, 25 ago. 1961.

JÂNIO renunciou ao que não lhe pertencia. **O Globo**, Rio de Janeiro, n. 10.835, 28 ago. 1961.

JK: Parlamentarismo agora viria a ferir direito certo do presidente Goulart. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 3.430, 30 ago. 1961.

JORNAIS e Problemas. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 3.424, 25 ago. 1961.

JORNAIS e Problemas: O bom começo de Jânio. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 3.255, 31 jan. 1961.

JORNAL *O GLOBO*. Rio de Janeiro: Globo, 1925-. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 8 maio 2023.

JORNAL *ÚLTIMA HORA*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1951-. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 8 maio 2023.

JORNALISTA americano confirma traição do governador ao Brasil. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 4.166, 1 out. 1963.

JUNQUEIRA, M. A.; NAPOLITANO, M. **Como historiadores e professores devem lidar com negacionismos e revisionismos**. Síntese dos debates e posicionamentos surgidos no evento ‘Negacionismos e Revisionismos: o conhecimento histórico sob ameaça’. Departamento de História da FFLCH / USP - Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/u206/Texto%20S%C3%ADntese%20%20Negacionismo%20%282%29.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.

KUSHNIR, B. Pelo viés da colaboração: a imprensa no pós-1964 sob outro prisma. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 27-38, dez. 2007.

LACERDA pede aos americanos bloqueio econômico do Brasil. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 4.166, 1 out. 1963.

LAMEIRA, F.; KONRAD, V. O Golpe de 1964 no Brasil, problematizando discursos políticos e historiográficos. **Estudios Historicos**, [s.l], n.2009.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Sp.A, 1990.

LIMA, A. C. da Silva; AZEVEDO, C. B. de. A interdisciplinaridade no Brasil e o ensino de história: um diálogo possível. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 3, p. 128-150, jul./dez. 2013.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, C. B. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Renato; BALLOUSSIER, Anna Virginia. 'A história pode se repetir', diz Bolsonaro, ao citar golpe militar de 1964. **Folha de São Paulo**, 7 set. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/a-historia-pode-se-repetir-afirma-bolsonaro-citando-momentos-de-ruptura-democratica.shtml>. Acesso em: 9 nov. 2023.

MAKOWIECKY, S. Representação: a palavra, a idéia, a coisa. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, [s.l.], v. 57, 2003.

MALERBA, J. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, J. **A História Escrita**. São Paulo: Contexto, 2006. cap. 1.

MARI, C. L. O papel educador dos intelectuais na formação ideológicaideológica e hegemônica em Ggramsci: uma perspectiva de emancipação humana. **Trabalho e Formação Humana: o papel dos intelectuais e da educação**, [s.l.], 2011. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://gepeto.paginas.ufsc.br/files/2015/03/capitulo-cezar-2.pdf>. Acesso em: 1 out. 2023.

MENDES de Moraes adverte que o comunismo prepara seu golpe final no Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, n. 11.610, 13 mar. 1964.

MELO, D. B. Ditadura "civil-militar"?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 27, p. 39-53, 2º semestre 2012.

MENESES, S. A operação midiográfica: da escritura do evento na cena pública à inscrição do acontecimento no tempo - a mídia, a memória e a história. In: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 251-257.

MENESES, S. Memórias conflitantes ou estratégias negacionistas? As armadilhas da negação na cena midiática – o exemplo da ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v.41, n 87, p. 61-87, 2021.

MOTTA, R. P. S. A Ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa (1964-69). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 62-85, 2013.

MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: USP. 2000. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2000.

MOTTA, R. P. S. **Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar**. [S. l.]: Zahar, 2021.

MUNAKATA, K. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. 1997. Tese (doutorado em História e Filosofia da Educação) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

NÃO somos notícia. **O Globo**, Rio de Janeiro, n. 11.609, 12 mar. 1964.

NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. v. 1.

NAPOLITANO, M. **Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. Novos combates pela História**: desafios, ensino. São Paulo: Contexto, 2021. . Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Napolitano_M_3123219_NegacionismoERevisionismo.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

NÚCLEOS de Resistência Legal. **O Globo**, Rio de Janeiro, n. 11.615, 19 mar. 1964.

O 1º MINISTÉRIO da VI República. **O Globo**, Rio de Janeiro, n. 11.255, 25 jan. 1963.

O ÊXITO de Jânio será a vitória do povo. **O Globo**, Rio de Janeiro, n. 10.659, 30 jan. 1961.

O PROBLEMA do Comunismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, n. 11.508, 11 nov. 1963.

OPINIÃO de UH: A grande operação. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 1.350, 30 jul. 1964.

OUTRAS FRONTEIRAS. Paradidáticos no Ensino de História. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá-MT, v. 5, n. 2, p. 59-66, jul./dez. 2018.

PAÍS em ordem: salvo o regime democrático. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 3.425, 26 ago. 1961.

PAVANI, C. JUNQUER, A.; CORTEZ, E. **Jornal**: uma abertura para a educação. Campinas, SP. Papyrus, 2007.

PEREIRA, M. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, 2015.

PESAVENTO, S. Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário. **Rev. Bras. de Hist**, São Paulo, v. 15, 1995.

REAÇÃO tenta tirar todo proveito da situação para armar golpe contra Jango. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 1.267, 27 mar. 1964.

REIS FILHO, D. A. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: AARÃO REIS, D.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. [s.l.]: [s.n.], 2014. p. 11-29.

REIS FILHO, D. A. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS FILHO, D. A. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RESPEITO à Lei. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 3.425, 26 ago. 1961.

RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: Pantheon, 2000.

RIBEIRO, R. R. Entre textos e práticas: ensino de história, instituição escolar e formação docente. **História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 151-179, jul./dez. 2015.

ROCHA, H. A ditadura militar (1964-1985) nas narrativas didáticas brasileiras. **Espacio, Tiempo y Educación**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 97-120, enero-junio 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14516/ete.2015.002.001.006>. Acesso em: 8 maio 2023.

ROCHA, H. A ditadura militar (1964-1985) nas narrativas didáticas brasileiras. **Espacio, Tiempo y Educación**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 97-120, enero-junio 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14516/ete.2015.002.001.006>. Acesso em: 8 maio 2023.

ROCHA, H. A narrativa histórica nos livros didáticos, entre a unidade e a dispersão. **Revista Territórios & Fronteiras**, [s.l.], ed. 6, 2013. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosfronteiras/index.php/v03n02/article/view/245/178>. Acesso em: 19 set. 2023.

ROLLEMBERG, D.; CORDEIRO, J. M. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. **História, histórias**, [s.l.], v.9, n.17, jan/jun 2021.

RÜSEN, J. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 07-16, jul.-dez. 2006.

SCHMIDT, M. A. *et al.* **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: UFPR, 2011. v. V.

SENADO Votou: Plebiscito será no dia 6 de janeiro. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 957, 14 set. 1962.

SILVA, J. M. da. **1964: golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Meridional, 2014.

SILVA, M. G. O anticomunismo e o golpe de 1964. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, ano III, vol. 6, n. 16, 2021. Disponível em: <http://www.ioles.com.br/boca>. Acesso em: 23 fev. 2024.

SOARES, J.; DIAS, M. Programa Nacional do Livro didático (PNDL). In: FERREIRA, M. M.; OLIVEIRA, M. M. D. de. **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 202-208.

STEPAN, A. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. [S.l.: s.n.], 1975.

THOMSON, A. B. A. Os paradidáticos no ensino de História: uma reflexão sobre a literatura infantil/juvenil na atualidade. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, jan/jun. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste/article/view/63936>. Acesso em: 23 fev. 2024.

TRANQUILO o primeiro dia presidencialista. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 3.855, 25 jan. 1963.

TRAVERSO, E. **O passado, modos de usar: História, memória e política**. [S.l.: s.n.], 2012.

UMA CONSPIRAÇÃO contra o Brasil: Ibadianos na Câmara querem atrasar a CPI do IBAD. **Última Hora**, Rio de Janeiro, n. 4.119, 7 ago. 1963.

VAINFAS, R. *et al.* **História ensino médio**: o mundo por um fio: guerras, revoluções, globalização. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

VIDAL-NAQUET, P. **Os assassinos da memória**: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas, SP: Papirus, 1988.

ZAMBONI, E. **História, que História é essa?** Uma análise dos livros paradidáticos em História. Tese (doutorado em Educação) — Universidade Estadual de Campinas, 1991.

ZAMBONI, E. O conservadorismo e os paradidáticos de história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25-26, p. 175-192, set.1992/ago. 1993.